

Semântica, enunciação e ensino

...

Virgínia B. B. Abrahão



EDUFES

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari, 514 – *Campus de Goiabeiras*
Vitória – ES · Brasil · CEP 29075-910
+55 (27) 4009-7852 · edufes@ufes.br · www.edufes.ufes.br

Reitor	Reinaldo Centoducatte
Vice-reitora	Ethel Leonor Noia Maciel
Secretário de Cultura	Rogério Borges de Oliveira
Coordenador da Edufes	Douglas Salomão

Conselho Editorial	Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Giovanni de Oliveira Garcia, Glícia Vieira dos Santos, Grace Kelly Filgueiras Freitas, José Armínio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Luis Fernando Tavares de Menezes, Sandra Soares Della Fonte
---------------------------	--

Secretários do Conselho Editorial	Tânia Canabarro
--	-----------------

Preparação e Revisão de Texto	Fernanda Scopel
Projeto gráfico, Diagramação e Capa	Ana Elisa Poubel
Revisão Final	Jussara Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecária: Maria Aparecida da Costa Pereira Akabassi-CRB-6/ES-43/O

A159s Abrahão, Virgínia B. B.
 Semântica, enunciação e ensino [recurso eletrônico] /
 Virgínia Beatriz Baesse Abrahão. - Dados eletrônicos. - 1. ed. -
 Vitória : EDUFES, 2018.
 182 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7772-367-6
Também publicado em formato impresso.
Modo de acesso:
<[http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?
type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=
20&etal=-1&null=&offset=0](http://repositorio.ufes.br/handle/10/774/browse?type=title&sort_by=1&order=ASC&rpp=20&etal=-1&null=&offset=0)>

1. Semântica - Estudo e ensino. 2. Análise do discurso. 3.
Linguagem. I. Título.

CDU: 81'3

Virgínia B. B. Abrahão

Semântica, enunciação e ensino



EDUFES

Vitória, 2018

*A Hugo Mari, meu mestre em Semântica.
Pelas lentes dos seus grossos óculos pude
vislumbrar os homens na linguagem.*

Sumário

Prefácio, 09

CONVERSA INICIAL

O ensino da semântica, 25

CAPÍTULO I

A semântica no quadro das ciências da linguagem, 29

A linguística moderna, 31

Algumas teorias linguísticas, 33

O gerativismo, 35

O funcionalismo, 41

A semântica sob a perspectiva da discursividade, 46

CAPÍTULO 2

A produção de sentidos e o sujeito, 51

A produção de sentidos na linguagem, 53

Aprofundando os conhecimentos sobre a produção de sentidos, 55

Falante ou sujeito?, 58

Aprofundando os conhecimentos sobre a noção de sujeito em linguagem, 61

Diferentes abordagens sobre o sujeito, 65

Sujeito e ideologia, 68

O sujeito vivencia experiências de significado, 71

CAPÍTULO 3

Teoria do signo e teoria da referência, 75

A teoria do signo linguístico, 77

Primeiro princípio: a arbitrariedade do signo, 79

Segundo princípio: o caráter linear do signo, 82

Imutabilidade e mutabilidade do signo, 83

Críticas à abordagem saussuriana do signo linguístico, 85

Aplicando os conceitos, 87

Teorias da referência, 98

Frege e a questão da referência, 100

Referência discursiva, 102

Referenciação, 107

CAPÍTULO 4

Do signo ao discurso, 111

Denotação e conotação, 114

Campos lexicais e campos semânticos, 119

Sinonímia e antonímia, 124

Polissemia e homonímia, 131

Hiponímia e hiperonímia, 137

Metáfora e metonímia, 144

Ambiguidade e paráfrase, 150

Pressupostos e subentendidos, 155

Breves considerações, 160

CONCLUSÕES

A semântica da enunciação, 161

Referências, 171

Prefácio

Por acaso, vale a pena dizer que a semântica, tal como a concebemos neste trabalho (e em trabalhos anteriores do autor), é uma disciplina sóbria e modesta que não tem pretensões de ser uma panaceia universal para curar todos os males e as enfermidades da humanidade, sejam imaginários ou reais. Não se encontrará, na semântica, remédio algum para as cáries dentárias, o delírio de grandezas ou os conflitos de classe. Tampouco é a semântica um artifício para estabelecer que todos, com exceção daquele que fala e dos amigos, dizem disparates.

Alfred Tarski (1972, p. 18, tradução nossa)

O desafio em questão

O comentário em epígrafe¹ poderia nos levar aos impasses de uma situação de desesperança em relação a qualquer efeito prático que pudéssemos extrair do estudo da semântica. Os impasses são muitos – alguns são enfrentados pela autora do livro –, mas eles não nos condicionam à necessidade de ver a semântica como um ideal inalcançável, ou ainda de ver nela um território de eleitos lunáticos, propensos a erigir o senso comum, as evidências imediatas dos sujeitos em fórmulas exóticas para acesso de poucos. É esse o desafio a que a autora se propõe quando intitula o seu trabalho como *Semântica, enunciação e ensino*. É

¹ O comentário de Tarski reflete parte das discussões que vamos desenvolver neste texto, mas é preciso marcar diferenças com as pretensões do autor sobre a semântica no âmbito de sua abordagem como um todo, que não tinha uma preocupação tão imediata com as línguas naturais.

investir menos na formação de “padrões lunáticos” de sentido e mais nas atividades ordinárias dos sujeitos com o sentido.

A conjunção de semântica e ensino já anuncia algo inusitado. Embora a recorrência em outros campos da linguagem seja relativamente corriqueira – *sintaxe e ensino, discurso e ensino* –, no caso presente, o desejo desafiador de superar os obstáculos, colocados pelo primeiro termo em favor do segundo, ressoa como uma inquietação da autora na busca de um fazer com a semântica, ainda tão pouco encorajado pelas reflexões teóricas. O que pode representar o exercitar a semântica nos bancos escolares, quando se trata de algo tão natural na vida dos falantes? O que torna a semântica viável, quando buscamos validá-la no campo de práticas escolares? Vamos ensinar nossos alunos a produzir sentido? Vamos prepará-los para o domínio conceitual de alguns termos da área? Afinal, para que serve a semântica, para além das negações metafóricas de Tarski?

A lista de perguntas é interminável e com ela crescem as responsabilidades da autora para nos dizer algo de representativo sobre o tema. O percurso traçado no livro é alentador, pois destaca questões fundamentais sobre a significação linguística sem deixar de lado sua conviência necessária no campo sistêmico da gramática, alicerçado a partir de orientações sintáticas que foram descritas no trabalho. Além disso, há uma tarefa que talvez possa aglutinar grande parte das preocupações com a semântica, algo que seria não apenas de responsabilidade da autora, mas também dos futuros usuários deste livro. Trata-se de fazer valer os fatos semânticos como uma habilidade cada vez mais intensa para a nossa experiência de leitura e de interpretação.

Na sequência, em vez de apenas repassar o trabalho desenvolvido pela autora em seus itens específicos – eles se autoexplicam –, pretendemos traçar um perfil de alguns nichos da semântica, a partir dos quais a proposta da autora se torna ainda mais importante. Seleccionamos quatro dimensões, com a certeza de que a mesma reflexão poderia ser feita por meio de outras, que julgamos suficientes para se ter uma macrovisão da proposta da autora: a *semântica*, o *significado*, a *teoria* e a *descrição/análise*. Finalmente, concluímos este prefácio voltando ao texto de Virgínia com alguns comentários adicionais.

A semântica em questão

Em qualquer campo dos estudos da linguagem (como, certamente, em muitos outros), existe uma proliferação cada vez maior de abordagens que procuram avaliar determinado objeto, o que é compreensível, naturalmente, em razão da própria evolução do conhecimento. Assim, tivemos na linguística, a partir do século XIX, o *comparativismo*, no século XX, o *estruturalismo* e o *gerativismo* e, mais recentemente, uma ampla discussão contemplando *cognitivismol/experiencialismo*. Nem todas essas perspectivas sobre a linguagem mantêm a mesma extensão e a mesma intensidade na diversificação de abordagens teóricas: umas privilegiaram mais o campo da fonética/fonologia, outras, o campo da morfossintaxe. Em alguma dimensão, todas elas passaram pela discussão do processo de significação com percepções diferentes sobre a questão do significado, com padrões descritivo-analíticos distintos e com abordagens teóricas próprias.

Se adotarmos como critério de verificação a qualificação que algumas áreas do estudo da linguagem foram recebendo, ao longo de sua história, notaremos que existem grandes diferenças entre elas. Na área da **morfologia**, tivemos abordagens como *morfologia diacrônica*, *morfologia descritiva*, *morfologia estrutural*, *morfologia gerativa*, *morfologia funcional* (*morfologia flexional*, *morfologia derivacional*, como discussão de fenômenos internos, no interior de uma abordagem). Provavelmente, não são as únicas possíveis, mas são aquelas que se destacaram, de forma mais efetiva, na área dos estudos morfológicos. O mesmo poderíamos aventar, em termos de qualificações, para outros campos de estudos sobre a linguagem.

O campo da **semântica**, por sua vez, apresenta uma diversificação ampla em termos de qualificações, em razão de idiossincrasias associadas a uma percepção do significado, de perspectivas teóricas distintas e da origem das abordagens. Assim, podemos enumerar *semântica diacrônica*, *semântica lexical*, *semântica sentencial*, *semântica proposicional*, *semântica estrutural*, *semântica gerativa*, *semântica interpretativa*, *semântica funcional*, *semântica cognitiva*, *semântica atencional*, *semântica formal*, *semântica transcendental*, *semântica do discurso*, *semântica da enunciação*, *semântica argumentativa*, *semântica prototípica*, *semântica das catástrofes*, entre tantas outras. A autora não se vale

de nenhuma dessas denominações em seu trabalho, mas sua abordagem, pensada em termos dos dois últimos capítulos, é voltada para a semântica do discurso, ou para a semântica da enunciação.

Essa discrepância no número de abordagens pode estar associada à natureza dos próprios objetos linguísticos, associados, por sua vez, aos dois campos destacados na linguagem. Por exemplo, todos os morfemas que compõem o sistema verbal do português já foram sistematizados em grande extensão, mas não foram sistematizados todos os semas, sememas, traços, categorias – ou outra denominação que possam assumir – que integram a significação dos verbos do português, ou de outras classes gramaticais. Além disso, o morfema é um objeto linguístico em sentido restrito: nenhum outro campo do conhecimento, na dimensão conceitual da linguística, mostrou um interesse particular em seu estudo, em sua apropriação, embora isso não impeça que outras formas de conhecimento possam dele se valer para análises circunscritas; o significado (mesmo com denominações diferentes: sentido, significação, conteúdo, valor, informação etc.) é um objeto que, a princípio, interessa a qualquer área do conhecimento e muitos se valem dele também como objeto de estudo: a lógica, a filosofia, a psicologia, a computação, as ciências da informação, a biologia etc.

Mesmo que o objeto seja o mesmo no interior de cada uma das áreas acima, cada aspecto qualificado de uma abordagem permite vê-lo de uma forma diferenciada, admitindo, porém, que sempre estaremos propícios a ver semelhanças e diferenças que as abordagens captam. Isso, todavia, não nega que essa diversificação terminológica não possa conter redundâncias, sobreposições e mesmo relações de implicação (parte/todo) e até mesmo modismos. Apesar dessa diversificação, as maiores dificuldades presentes nessas abordagens não parecem concentrar-se na configuração teórica dos objetos em questão, ao menos de forma essencial, mas antes no seu processo de análise. Afinal, o que extraímos dessas abordagens como processos que nos levam a explicar, a justificar melhor os fatos de sentido que estão associados aos objetos, aos eventos do mundo? O que representa o padrão de uma análise dos fatos de sentido que essas abordagens propõem realizar? Devemos esperar um nível de descrição e outro de análise, providos por essas abordagens?

Respostas a questões dessa natureza não parecem muito evidentes e, às vezes, contentamo-nos com uma descrição provida por uma teoria, na suposição de estarmos desenvolvendo uma análise. Isso não

representa um erro de avaliação daquele que se propõe a uma análise do sentido, mas a incerteza do que possa, de fato, representar a passagem de uma descrição do sentido para uma análise do sentido, em razão da forma como operamos com categorias que estão disponíveis no interior das teorias.

O significado em questão

No livro *Significado de significado*, Ogden e Richards (1923, p. 186-187) enumeram dezesseis codificações diferentes para o termo *significado*, algumas implicando desdobramentos, a partir de pesquisas realizadas e de usos disponíveis em diversos especialistas que abordaram a questão. Nessas codificações, encontramos os padrões mais diversos que percorrem: (a) dimensões psicológicas – “Os efeitos mnemônicos de um estímulo”, “Emoção suscitada por qualquer coisa” –, (b) dimensões filosóficas – “Uma essência”, “Uma propriedade intrínseca” – e (c) formulações circunstanciais – “As outras palavras anexadas a uma no dicionário”.

Em seu texto “Is semantics possible?” (1977), Putnam, ao propor-se a avaliar algumas questões problemáticas em torno da construção de uma teoria semântica, a partir do estruturalismo, problematiza as dificuldades apontadas pelos autores acima diante desse arsenal de definições, numa pergunta fundamental: *Por que é uma teoria do significado tão difícil?*

A pergunta do autor traduz-se no texto por um objetivo específico, o de analisar padrões de definições como conjuntos de propriedades analíticas $[X_{\text{def}} = P_i \wedge P_j \wedge P_k]$, de forma especial para espécies naturais, que foram assumidas por diversas abordagens semânticas. Essa preocupação se fez representar, ao longo da história da semântica, por muitos textos que traziam como título algo em torno de expressões como “significado de significado”², “o que é significado?”, com variações possíveis. Num texto de 1972, Katz já havia ponderado sobre tentativas de definir significado como uma condição quase única para se chegar à formulação de uma teoria semântica:

2 O próprio Putnam nomeou um dos seus textos como “The meaning of meaning” (1977).

O equívoco, parece-me, está na suposição de que a questão “O que é significado?” pode ser respondida de um modo direto e completo. A questão é geralmente tratada como se fosse paralela a uma questão como “Qual é a capital da França?”, para a qual uma resposta direta e completa “Paris” pode ser dada. Supõe-se que uma resposta possa ser dada sob a forma de “Significado é isso ou aquilo”. Mas a questão “O que é significado?” não admite uma resposta direta do tipo “é isso ou aquilo”; sua resposta é, ao contrário, uma teoria inteira (KATZ, 1972, p. 1, tradução nossa).

O autor registra ao longo desse texto um conjunto de objetos associados ao significado e que são apresentados como uma tarefa essencial para a construção de uma teoria semântica – Katz lista quinze objetos, muitos dos quais são discutidos pela autora do livro. Esses objetos, na concepção do autor, representam um caminho para o entendimento daquilo que, de fato, seja uma concepção possível de significado. Em outros termos, objetos lembrados pelo autor, como *sinonímia*, *paráfrase*, *similaridade e diferença semântica*, *antonímia*, *hiperonímia*, *ambiguidade semântica*, *redundância semântica* etc., fazem parte dessa escala para alcançar uma compreensão mais integrada do que seja significado.

É pela instrumentalização desses objetos, enquanto dimensões integradas ao processo de significação, que a reflexão da autora busca, mais do que uma conceituação de significado, valores que seu uso pode assumir nas práticas de linguagem. Interessa à autora esse salto necessário que só as atividades de ensino poderão propiciar; mostrar o que pode ser estrategicamente realizado com esses objetos, visando a uma depuração maior por parte dos falantes de atividades de leitura e de interpretação.

A teoria em questão

Existem muitas questões associadas à construção de uma teoria semântica que estão além da formulação de um conceito básico como significado e elas não têm, necessariamente, a mesma feição, já que as

origens que marcam as discussões sobre o significado³, antes mesmo de uma especulação sobre a construção de uma teoria, nunca tiveram um ponto único de referência. O significado mereceu uma atenção especial da linguística, da lógica, da filosofia, da psicologia (e de outras dimensões menos enfáticas) e, por isso mesmo, os fatos analisados nem sempre alcançaram padrões semelhantes de formatação.

As razões dessa dispersão são muitas, mas merece destaque especial o fato de o significado ter sido objeto de abordagens técnicas diferenciadas que alternaram entre padrões mais ou menos formais (Katz, Bierwisch, Weinreich, Lakoff), em concepções mais ou menos mentalistas (Jackendoff), em orientações mais ou menos empíricas (Zlatev). Além do mais, cada uma dessas abordagens associou ao significado outras categorias atinentes a essas áreas de forma particular. Cabe salientar, entretanto, até mesmo por dever de ofício, que foi na linguística o lugar onde se buscou uma forma efetiva de seu entendimento, em razão de necessidades técnicas de sua representação acopladas às teorias.

Todavia, neste prefácio, não temos como discutir formatos específicos de representação do significado a partir de abordagens como a análise componencial (Bendix), a semântica interpretativa (Katz), a semântica gerativa (Lakoff), a semântica cognitiva (Jackendoff) ou léxico gerativo (Pustejovsky). Amostras dessas formulações são amplamente difundidas nos textos dos próprios autores, todas elas representativas de uma faceta da semântica dedicada à análise linguística. Aqui ressalto algumas questões que perpassam o trabalho da autora, desenvolvido neste livro. De forma especulativa e geral, início por uma citação de Greimas (1975, p. 7):

É extremamente difícil falar do sentido e dizer alguma coisa significativa. Para fazê-lo convenientemente, o único meio seria construir-se uma linguagem que não significasse nada: estabelecer-se-ia assim uma distância objetivante que permitiria construir discursos desprovidos de sentido sobre discursos significativos.

3 Não pretendo ao longo deste texto fazer uso específico da diferença entre esses conceitos, embora reconheça que em alguns contextos eles não possam ser intercambiáveis. Usarei genericamente significado, mas mantereí sentido quando se tratar de citação em que o termo foi usado.

Esta parece ser uma dificuldade marcante no processo de construção de uma teoria semântica, indiferentemente da natureza da abordagem que ela possa ter: como falar do sentido de uma forma objetiva, se os termos de que nos valemos para isso já teriam uma contaminação de origem?

A proposta do autor é que esse objetivo só seria alcançado se dispuséssemos de uma linguagem (no caso, uma metalinguagem) que fosse ela própria desprovida de qualquer significação. Algumas notações lógicas recorrem a esse tipo de expediente que pode lembrar parcialmente esse desejo do autor, mas o teor de estranhamento de tal metalinguagem poderia gerar um efeito inverso, como foi o caso, por exemplo, da notação proposta por Frege (1999), sob a forma de uma *conceitografia* – uma escrita para conceitos. É nessa dimensão que Greimas lembra a expressão “desprovido de sentido”, isto é, algo que assume sentido no interior da própria metalinguagem, ou que seja esta o instrumento apropriado para tratar dos percursos de significação a que um termo qualquer está sujeito numa língua natural.

As alternativas, que foram aventadas para uma metalinguagem – combinatória de traços em formatos diferentes – para falar do significado, continuam enfrentando dificuldades. Grande parte das críticas ao formato de uma teoria semântica continua incidindo sobre uma representação formal/estrutural de significado. Os desafios sobre a construção de teorias semânticas levaram a uma combinação de padrões diferentes de representação para o significado, ainda que o princípio de composicionalidade de traços tivesse certa recorrência. Parece, todavia, que as dificuldades destacadas nesses processos, ao se valerem da própria linguagem natural, tornam-se menos estranhas do que, muitas vezes, o uso de um sistema artificial, ainda que os formatos naturais possam gerar certas redundâncias.

Não sabemos ainda como isolar o significado de uma contaminação natural a que os signos estão submetidos numa sociedade e nem se esse deva ser um critério para uma teoria semântica. Desconhecemos o que seria um código que mantivesse uma pureza de sentido que pudesse ser validado apenas para um mundo singular de conceitos. Uma das razões que nos levam a esse assombramento diante dos fatos de sentido pode estar associada ao teor intuitivo que temos para significar: qualquer coisa que se apresente à nossa percepção é um significante a que resta atribuir um significado. Os significados nos perseguem, deles não te-

mos como escapar, ou, como formula Greimas (1975, p. 8): “Quer se situe o sentido imediatamente atrás das palavras, antes das palavras ou depois das palavras, a questão do sentido permanece”.

Apesar dessa onipresença do sentido – Onde não há sentido? O que resiste ao sentido? –, as expectativas sobre o seu tratamento sempre representaram um desafio que estava além das especulações sobre a necessidade de uma neutralidade metalinguística. A sua presença acompanha nossas decisões sobre as coisas mais elementares sobre o mundo da vida – por exemplo, significar o que é alimento e o que não – como também sobre as mais complexas. É por razões dessa natureza que Greimas, reportando a Bloomfield, afirma: “o sentido existe exatamente como uma evidência, como um dado imediato, mas que nada mais se pode dizer sobre ele” (1975, p. 8).

Não devemos também desconsiderar que essas dificuldades – ou até mesmo certo reconhecimento de incapacidade diante da aleatoriedade, da dispersão de muitos fatos de sentido – devam ser vistas como algo que se impôs a qualquer formulação sobre sentido de modo a tornar tudo o que foi produzido como absolutamente desprovido de qualquer relevância. Ao contrário do que podemos supor, a compreensão dos fatos de sentido cresceu amplamente em meio ao turbilhão de obstáculos que cada uma das abordagens enfrentou.

Não há dúvidas de que grande parte das teorias semânticas almejou o ideal de um sistema formal que pudesse dar conta dos seus objetos, que fosse um suporte objetivo para conduzir os analistas pelas armadilhas da produção do sentido. E nem se poderia esperar algo diferente para uma teoria. Se nos valem da lógica simbólica como sustentação para a descrição de muitos fatos semânticos específicos – quantificação, estrutura de predicados, negação, pressuposição, condições de verdade –, é porque nela, como um instrumento disponível, depositamos uma possibilidade de pensar os fatos de sentido para além do varejo da intuição. É claro que muitos outros sistemas lógicos foram utilizados na descrição semântica – lógica modal, *fuzzy logic* – com vistas a recuperar fatos semânticos que não cabiam dentro de uma lógica muito rigorosa, e as lógicas não clássicas assumiram esse papel para a semântica. Embora relevante para certas etapas da discussão, as questões sobre o sentido ainda se mantiveram como um desafio renitente, sobretudo a partir do momento em que se tornou necessário assumir questões relativas ao processo de enunciação.

A descrição/análise em questão

Qualquer procedimento de abordagem de dados envolve, em geral, uma descrição desses dados e a sua análise consequente. Em geral procuramos marcar algum tipo de critério que mostre a distinção entre essas duas etapas: é comum nos valermos de um conjunto de categorias conceituais, que compõem um quadro teórico, para o desenvolvimento da primeira etapa, deixando por conta de processos inferenciais, da montagem de uma estrutura argumentativa para melhor expressar a segunda.

Em se tratando das questões de sentido, às dificuldades inerentes ao seu quadro descritivo – fato percebido no interior de cada uma das teorias –, como também aos processos inferenciais – dificuldade que se coloca como um salto qualificativo necessário a superar o descritivismo –, devemos ainda acrescentar o papel da intuição como processo de percepção direta e imediata do sentido e que, muitas vezes, ofusca as dimensões anteriores. A descrição/análise semântica sempre conflita com um eterno *dejà-vu*: o que mostrar para além da intuição, quando ela supostamente já teria mostrado tudo?

As teorias aglutinam esforço analítico na tentativa de mostrar que há estágios a serem desdobrados sobre o sentido, não como forma de neutralizar a intuição, mas como forma de justificá-la, como também de extrair dela algo que esteja além de certo imediatismo que tende a nos imobilizar diante de suas evidências⁴. Tanto Greimas como Berg argumentaram com o ponto de partida dessa questão, mas com orientações diferentes:

O homem vive num mundo significante. Para ele, o problema do sentido não se coloca, o sentido é colocado, se impõe como uma evidência, como um ‘sentimento de compreensão’ absolutamente natural (GREIMAS, 1975, p. 12).

⁴ Essa imobilidade (ou a quase impossibilidade para ir além da intuição) foi materializada na frase de Dale Carnegie (numa das interpretações possíveis), citada por Katz (1970), “Se você tem um limão, faça uma limonada” e não uma teoria semântica ou uma definição analítica, pois, se você já sabe tudo sobre limão, o melhor é transformá-lo numa limonada, isto é, você já tem dele o valor prático que nenhuma teoria lhe dará. Além do mais, é importante lembrar que na história da semântica o termo *limão* aparece como uma das espécies naturais mais destacadas na discussão de propriedades analíticas e de críticas à composicionalidade do significado por meio de matriz de traços semânticos.

O problema aqui é que a semântica não é tão simples. Os falantes competentes nem sempre sabem o que estão dizendo. O que falantes competentes realmente sabem, em virtude de sua competência, é como usar expressões da linguagem; eles conhecem os efeitos que vários enunciados estão aptos a ter em várias circunstâncias. Mas disso não se segue que eles sempre sabem, de modo específico, o que é dito (BERG, 2002, p. 354, tradução nossa).

Greimas argumenta em favor das evidências que o sentido impõe à compreensão dos usuários, e é no exíguo espaço para ir além das evidências que os processos de análise devem atuar, já que a descrição poderia apenas replicar aquilo que as evidências determinam. Berg se orienta por outra direção: a suposição de que os usuários dominam os processos de extensão do sentido para a sua aplicação pragmática, mas não têm domínio daquilo que a língua estrutura na dimensão do dizer, como condição de aplicação. As evidências sobre o sentido podem silenciar, em grande parte, vozes que propagam metalinguagens, mas é difícil supor o que pode representar “saber como usar expressões” sem “saber o que é dito”, por mais que modalizemos essas expressões como fez o autor. Em resumo, é difícil supor a existência de uma competência para o *fazer* (por meio da linguagem) sem que as condições para o *dizer* estejam asseguradas aos usuários.

Os dilemas sobre algo que represente uma análise semântica ainda parecem distantes das abordagens que se tornaram até agora disponíveis. Conhecemos muitos detalhes que as teorias, bem ou mal, realizaram em termos de descrição do significado, em termos de propriedades lexicais e de sua composicionalidade mediada por relações sintagmáticas, mas sabemos muito pouco de como ultrapassar esse limite descritivista. Alguns poderiam objetar, o que estaria implícito na formulação de Berg, que ir além da descrição já é avançar sobre o campo da pragmática e que a descrição seria, ela própria, o limite da semântica. Se assim entendemos os fatos, devemos supor que qualquer estágio de reflexão sobre o significado, para além de sua descrição, deixaria de ser tarefa de uma teoria semântica.

Existem muitos detalhes envolvendo as questões aqui colocadas, mas, de toda forma, parece pouco justificável a concepção de uma teo-

ria semântica que não leve em conta o trabalho interpretativo do falante, o que ele tece em termos de significação quando combina composicionalmente propriedades lexicais e relações sintagmáticas. Por mais que propostas como as de Katz, Katz e Postal, Jackendoff, por exemplo, apresentem dificuldades conceituais, este parece ser um ponto unanimemente aceite: uma teoria semântica é, em sua essência, uma explicação plausível de como falantes de uma língua produzem sentidos por meio das sentenças que constroem e isso está muito além de uma tarefa de apenas descrever o significado de itens lexicais. Em alguma extensão, os processos inferenciais de que os falantes se valem para interpretar sentenças são aqueles que estão disponíveis para uma análise semântica, além do descritivismo lexical.

O livro em questão

Nos parágrafos anteriores, fizemos um pequeno percurso sobre desafios e problemas relacionados à construção de uma teoria semântica, destacando observações relativas ao *significado*, à *semântica*, à *teoria* e à *descrição/análise*. Certamente, esse percurso poderia ser construído em outras bases e, até mesmo, pela passagem por outros autores, já que os caminhos que servem para desenhar percursos teóricos sobre o significado, além de tortuosos, oferecem muitas alternativas. As quatro dimensões foram usadas como uma forma menos convencional de aproximação ao trabalho formulado por Virgínia.

A aproximação do texto de Virgínia com o quadro que foi traçado sobre a semântica evidencia os desafios enfrentados pela autora para dar à sua reflexão uma totalidade integradora da dispersão que se verifica quando se trata de discutir as questões relativas à significação linguística. A autora, por exemplo, não desconhece uma necessidade sistêmica à qual as questões sobre o significado se acham vinculadas. Tanto o capítulo primeiro como o segundo são, em grande parte, destinados a tecer esse vínculo de dependência com as questões formais da língua e, de modo especial, com a questão da sintaxe. Se no primeiro capítulo prevalece a visão de que a semântica precisa ser vista a partir das conquistas da sintaxe, o segundo capítulo acrescenta outros aspectos que fazem mover a língua já em sua dimensão discursiva. De fato, dificilmente a

produção do sentido poderia ser compreendida nos domínios estritos do gramatical. Aqui a autora traz para a cena da significação linguística duas dimensões essenciais – o sujeito e a história – e a complexidade inerente às correlações com a atividade intersubjetiva, com a ideologia, com o processo social, como a própria autora denomina: “Enfim, os conceitos aqui trabalhados remetem-nos para uma concepção de linguagem vinculada aos homens e à sua história coletiva”.

Ambos os capítulos comprimem, de um modo geral, questões relativas ao percurso, das quais destacamos de forma especial a semântica em questão e a teoria em questão. Não existe, na formulação da autora, nenhum compromisso nominal destacado em termos de uma abordagem específica, pois essa talvez não fosse mesmo uma questão relevante. Quando o vínculo sintático se realiza pela gramática gerativa, já temos escalas de abordagens mais ou menos previsíveis, e o mesmo podemos pensar em termos do funcionalismo, com uma perspectiva pragmática mais declarada. Há nesses capítulos indícios das dificuldades da construção de uma teoria semântica: com que elementos e de que forma uma teoria deve se compor para além da dimensão gramatical? É assim que entendemos a discussão em torno do sujeito, da ideologia e das extensões que cada um desses termos comporta.

O terceiro capítulo abre espaço para duas questões nucleares da semântica: a teoria do signo e a teoria da referência, uma com o papel histórico de resgate do estruturalismo e a outra do resgate da filosofia analítica. Os dois enfoques representam uma abordagem seminal para o projeto da autora, pois é a partir deles que ela inicia sua jornada de mostrar o que pode ser feito com a semântica, quando os falantes se apropriam dos signos em sua dimensão estrutural e funcional. É esse lugar que a autora escolhe para projetar os passos iniciais de seu projeto de ensino para a semântica, por meio de movimentos claros na tentativa de explicitar o valor funcional dos conceitos, de validar processos de análise como também de engajar as questões de sentido a uma discursivização do trabalho linguístico. Aqui o texto contorna o que nos referimos anteriormente como o significado em questão, por optar por estratégias de fundamentação para o trabalho linguístico, tanto para a significação e para a referência como também para desdobramentos possíveis de uma e outra. As abordagens “inaugurais”, selecionadas para a discussão do projeto semântica/ensino, não serão submetidas a uma

formatação teórica de ver e de representar certos objetos semânticos, mas orientadas para fenômenos linguísticos de base que servirão para sustentar a dimensão de análise pretendida pela autora em itens diversos que compõem o capítulo seguinte.

O quarto capítulo se faz representar, em grande parte, por aquilo que Katz (1972, p. 4-5) denominou de subquestões para a questão “o que é significado?” e representa um conjunto de objetos semânticos – *sinonímia, antonímia, polissemia, paráfrase, hiperonímia, ambiguidade* etc. –, acrescido de fenômenos linguísticos que implicam estruturação de significados – *teoria dos campos* –, como também processos que operam sobre transformações semânticas – *conotação, metáfora, metonímia*. É nesse capítulo que a autora investe todo o potencial da semântica para o ensino, pois já no início declara: “Nossa intenção é a de fundamentar no futuro professor de língua portuguesa um olhar sobre o movimento dos sentidos em linguagem”.

Pelo exposto acima, os tópicos assumidos pela autora estão distribuídos por muitas abordagens semânticas diferentes, mas são efetivamente sensíveis, ao mesmo tempo, a emperrar e a impulsionar o trabalho dos falantes. A pretensão da autora é que o seu destinatário – o futuro professor de língua portuguesa – seja iniciado no ensino da semântica por esses parâmetros, pois são eles que se apresentam de forma imediata para um trabalho de interpretação – para qualquer texto que lemos, será sempre possível destacar alguns deles, como ensaia a autora em muitas atividades propostas. É nesse momento do texto que são propostas diversas atividades para um fazer com a semântica, quer tenham elas o objetivo de depuração conceitual, quer tenham o papel de uma otimização da leitura. É na dimensão de cada um desses parâmetros, certamente muitos outros poderão ser pensados, que a relação semântica e ensino parece tornar algo muito próximo à atividade dos falantes com a língua. Ainda que sob muitos aspectos as questões apontadas requeiram um desenvolvimento maior, o que é ressaltado constitui, certamente, um ponto de partida para uma qualificação do ensino do português que a autora pretende como semântico. Talvez seja esse um contorno a ser perseguido para aquilo que denominamos a *descrição/análise* em questão.

Ao longo deste prefácio, procuramos apontar alguns desafios interpostos no caminho da semântica, a partir de quatro aspectos selecionados, julgando que eles representam um cenário a partir do qual a autora

formula sua reflexão. Certamente, são questões de magnitude diferente para as quais não temos ainda um projeto que possa aglutiná-las de modo racional.

A semântica continua sendo uma fração do conhecimento humano propensa a muitas rebeldias e para a qual ainda não dispomos de padrões formais nos quais ela pudesse ser teoricamente disciplinada em sua totalidade. A semântica representa padrões de organização do conhecimento, mas esses padrões, por estarem associados a toda atividade sensório-perceptiva do homem, são, pela sua própria natureza, complexos e dinâmicos e, em muitos casos, multimodais. Eles são sensíveis ao desenvolvimento orgânico do homem, à sua capacidade incessante de atribuir sentido e valor aos fatos que compõem o ambiente em que circula. A semântica estrutura o registro de toda essa atividade do homem sobre o ambiente físico e social, embora possamos ainda não saber como todos os registros sensíveis ao corpo figurem de modo organizado no léxico de uma língua.

Uma parcela importante desses desafios foi materializada em muitos momentos nas reflexões da autora, seguramente aqueles para os quais temos alguma certeza de sua manifestação no próprio léxico. Nesse sentido, o texto de Virgínia, sobretudo no último capítulo, é um convite aos professores de língua materna para experienciar, eles próprios e com os seus alunos, um pouco dessa aventura pelos lugares do sentido: uma aventura cujo início a autora propõe, mas na qual também espera contar com os adeptos dessa proposta para um avanço ainda maior. Precisamos começar a romper com essa mentalidade de supor as questões de sentido como inalcançáveis para um fazer pedagógico com a linguagem.

Por fim, esperamos que esse viés inconformista que a autora sempre cultuou em relação à ausência sistemática da semântica nas atividades escolares seja assumido pelos professores de português como um desafio a ser enfrentado em termos de ensino da língua.

*Hugo Mari
PUC Minas*

Conversa inicial

O ensino da semântica

A semântica, como ramo das pesquisas linguísticas, é objeto de estudos nos cursos de letras, mas há poucos livros que possam ser utilizados nas aulas de semântica. Sabe por quê? Porque há muitas semânticas.

Cada professor que ministra essa disciplina traz para ela um enfoque específico. Alguns docentes trabalham semântica e sintaxe; outros, semântica e pragmática; por vezes ela aparece com uma disciplina ampla, como a linguística geral, e assim é só uma unidade dentro de um curso.

O sentido faz parte da estrutura da linguagem, ou seja, sem sentido a enunciação não se faz, tal como ocorre com a estruturação das formas (morfologia das palavras), a estruturação dos sons (fonologia) e a estruturação dos enunciados (sintaxe). A semântica de uma língua é o conjunto de fatores variados e complexos que garantem a sua significação.

O que se pretende aqui⁵ é um modo de observar a linguagem pela perspectiva da semântica da enunciação. Isso quer dizer que pretendemos olhar para o sentido não pela via do dicionário, pelo significado das palavras socialmente mais marcado, mas sim pelos seus efeitos. Segundo Hugo Mari (1991, p. 62)⁶: “Os signos são também produto de

5 Este livro é resultado de um estágio pós-doutoral realizado na UFMG, sob a orientação do prof. Dr. Luiz Francisco Dias, em 2013. Houve financiamento da Capes por meio do convênio de cooperação Ufes/UFMG-Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica).

6 O professor Hugo Mari foi o grande inspirador desse livro. Muito do que aqui se

todo itinerário histórico que eles cumprem: a cada instante de uso, a saber, a cada circunstância política própria, ele se deixa contaminar por aquilo que é circunstancial e momentâneo”.

Trata-se de um modo de olhar a linguagem que prioriza o sentido, voltando-se para uma análise linguística que considera cada palavra, cada texto, cada fala, a partir do lugar de quem a produziu, das condições histórico-sociais de produção, do modo como foi dito e até mesmo de que leitor foi previsto. Essa perspectiva de análise textual discursiva arrisca-se a analisar não as palavras em si, ou os textos por eles mesmos, mas os mecanismos que se registram nas práticas de linguagem, os quais possibilitam determinados *efeitos de sentido*. Por isso ela objetiva as *produções de sentido* na linguagem.

Mari (1991, p. 51-52), comentando sobre a *produção de sentido*, diz: “Ela não tem como objeto a significação ‘*in natura*’ como o faz o cálculo do significado, mas a sua forma desnaturada, degenerada, contaminada pelas práticas de linguagem correntes”.

Dentro dessa perspectiva dos estudos semânticos, o sentido se assegura não só a partir do sistema linguístico que lhe dá suporte, já que uma mesma frase pode ser entendida de diversas maneiras, nem somente a partir do momento histórico em que ele ocorre. Afirmar que determinado discurso significa algo devido ao lugar e ao momento em que foi articulado é negar o humano dentro dos discursos, responsável por movimentar as formações discursivas em função do seu desejo ou da sua consciência, ainda que peremptória. Assim, a significação proposta nunca é da ordem do previsível, do contextualmente determinado.

Para esse autor, um processo de interação em linguagem provoca uma significação pouco precisa, a partir da qual o sujeito produtor dos discursos diz, muitas vezes, para não ser entendido; ou elabora discursos simplesmente para que notem a sua presença ou até para ocupar um lugar de destaque, para ser respeitado. Ele joga com os subentendidos, com os “não ditos”. O discurso mais interessante não é, dessa maneira, o mais informativo ou mais fiel ou verdadeiro.

A questão que se coloca é: *que efeitos de sentido os discursos produzem?* E esses efeitos de sentido não podem ser compreendidos a

partir de interpretações fechadas, unívocas. Ao contrário, múltiplas interpretações podem surgir e é nesse ponto que a semântica da enunciação pode contribuir, observando os fatores linguísticos ligados aos sociais.

É a semântica da língua que possibilita as metáforas, as metonímias, os subentendidos, as paráfrases, as ambiguidades, etc. no jogo com as relações sintáticas, morfológicas, fonológicas, pragmáticas e discursivas. E o seu estudo busca identificar os fatores que possibilitam diferentes formas do dizer e os efeitos que produzem.

Ao observar o jogo semântico que se trava em linguagem, podemos compreender melhor o homem, a sociedade, seus desejos pouco explícitos e até seus medos e esperanças. Isso porque a linguagem não é racionalizada, ela é uma prática social dinâmica e por ela as pessoas e as sociedades são estruturadas.

Por visar a presença da semântica na escola, os conteúdos aqui trabalhados não serão abordados exaustivamente, tendo em vista as várias pesquisas sobre um mesmo tema. Há muitos artigos, teses e livros que podem servir de objeto de pesquisa aos que se interessarem pelos temas aqui levantados.

O que se pretende é que o estudante formado em letras, que se tornar um professor de língua portuguesa, saiba como incluir a semântica em suas aulas. Mas isso sem separar a semântica da sintaxe, da morfologia, da leitura e produção de textos, da pragmática e até da fonologia. Afinal, a língua apresenta diferentes aspectos, mas todos correlacionados e só nas suas relações recíprocas podem ser compreendidos.

A semântica tem sido relegada do seu papel de enriquecer o olhar dos professores e alunos sobre a linguagem. Ela sequer chega às salas de aula de língua portuguesa no ensino médio. Mesmo nos cursos de letras, ela tem sido preterida, o que traz prejuízos para os estudantes, porque eles não são treinados no jogo da linguagem e sim moldados nas suas regras.

Produzir sentidos é fazer a linguagem se renovar a cada instante, tornando-a própria, singular. Estudar os efeitos de sentido produzidos é pensar a linguagem como um jogo de vários parceiros em que diversos fatores entram na análise.

Por isso a proposta aqui apresentada é trazer de volta a semântica para as aulas de língua portuguesa, mas agora como aquela que entre-

laça o linguístico ao social, ao histórico, ao desejo, à vida que pulsa por meio da linguagem.

O foco principal deste livro são os cursos de licenciatura em letras.

Afinal, o que ensinar quando se trabalha semântica no ensino fundamental e médio?

A semântica no quadro das ciências da linguagem

“Veritas filia temporis.”
Brocardo latino

O objetivo deste capítulo é o de apresentar as principais correntes dos estudos linguísticos. Essas correntes refletem as diferentes tendências nos estudos em semântica e, conseqüentemente, nas variadas publicações que encontramos na área, que são destinadas aos cursos de graduação.

Há muitas obras sobre semântica que abordam temas correlatos, mas com enfoques bem diferentes. No geral o estudante em letras não consegue estabelecer essas diferenças e observar de que lugar teórico está falando aquele autor de um livro de semântica que ele porventura encontrou na biblioteca. Ora, isso significa observar os fenômenos linguísticos de modos muito distintos.

Observemos somente um tema, por exemplo, a antonímia, que é a propriedade das línguas de possuírem antônimos. Antônimos são definidos como palavras de sentido contrário. Nas gramáticas normativas, por influência dos estudos clássicos, *a antonímia é vista como uma condição natural da linguagem, apontando para a realidade*. Assim, uma coisa ou é velha ou é nova, ou é bonita ou é feia, assim como as pessoas. Estas ainda são ricas ou pobres, boas ou más, honestas ou desonestas.

Na corrente linguística denominada estruturalismo, os estudos passaram a considerar as palavras em oposição e não as coisas em si. Classificam as palavras em oposição de acordo com a média cultural. Os linguistas separam, então, o que é do âmbito da linguagem daquilo que é do âmbito dos preconceitos sociais. Conforme a abordagem estruturalista, os opostos são classificados em complementares, escalares, recíprocos, polares, e não somente contrários. Por exemplo, subir e descer são ações recíprocas, e não opostas; já velho e novo são termos gradativos, pois admitem outros termos entre eles.

Modernamente, após os estudos em análise do discurso de tendência marxista, já não se admite que as coisas sejam colocadas em oposição, já que a realidade é observada dialeticamente, dentro da complexidade que a estrutura. Desse modo, uma pessoa pode ser “velha” (tradicional) em muitos aspectos e “nova” (moderna) em muitos outros. Um objeto “velho” (antigo) pode ser “novo” para alguém ou tornar-se novo após reformas. Portanto, essas categorias estão na dependência dos discursos/textos em que aparecem, angariando aí valores inusitados. Haveria outras vias de exploração da antonímia, como a filosofia, as teorias cognitivistas, a pragmática, as abordagens referencialistas, entre outras.⁷ Veja, portanto, quanta diferença faz uma opção teórica quando do estudo dos fenômenos linguísticos. Por isso, analisar os livros escolhidos para pesquisas e observar o tipo de abordagem teórica que realizam parece ser o passo inicial para se arvorar nas pesquisas em semântica ou em qualquer outra abordagem dentro dos estudos linguísticos, bem como para ensiná-las.

Por isso, retomaremos alguns conceitos básicos da linguística geral a fim de situar os princípios dessa ciência. Logo depois, enfocaremos as principais correntes nos estudos linguísticos e as abordagens semânticas que eles carregam. Fechando o capítulo, apontaremos para a perspectiva da discursividade como sendo o lugar eleito por nossa abordagem.

7 Voltaremos a essa questão da antonímia no **Capítulo 4**.

A linguística moderna

Afinal, que livros levar para as salas de aula,
ao trabalhar semântica?
Que abordagens os livros didáticos privilegiam?
Quais as consequências dessas abordagens para a compreensão
da linguagem humana, por parte dos alunos?

A semântica é uma parte dos estudos das ciências da linguagem (linguística), como anteriormente dissemos. A linguística tem como objeto de estudo a linguagem humana, mas não todas as linguagens humanas. Ela não estuda a linguagem corporal, por exemplo, ou a linguagem das cores, em diferentes sociedades. A linguística restringe-se ao estudo da linguagem articulada humana, aquela que articula partes mínimas e forma sons, sinais gráficos, letras, palavras, frases, textos. Com mínimas partes, infinitas possibilidades de significativas surgem.

Interessa à linguística não somente as regras, mas também os seus desvios. Ela não pretende padronizar, estabelecer o que é correto ou incorreto na linguagem, a partir do privilégio de uma norma linguística sobre as demais. A linguística interessa-se por estudar as diferentes linguagens, suas variações, suas reestruturações, suas nuances, seus efeitos inesperados.

Dicionário Aurélio:

Linguagem:

“Uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre as pessoas.”

Língua:

“O conjunto das palavras e expressões usadas por um povo, por uma nação, e o conjunto de regras de sua gramática; idioma.”
(FERREIRA, 1977, p. 31)

“Ele estava angustiado porque o que lhe dava prazer nas leituras não era tanto a beleza das frases, mas as doenças delas. Quando isso confessou ao padre, recebeu como resposta que aquilo não era um mal.

— Manoel, isso não é doença, pode muito que você carregue para o resto da vida um certo gosto por nada...

E se riu.

— Você não é um bugre? – Ele continuou.

— Que sim, eu respondi.

— Veja que bugre só pega por desvio, não anda em estrada.

Pois é nos desvios que encontra as melhores surpresas e os arituncuns maduros.

— Esse padre Ezequiel foi o meu primeiro professor de gramática.”

(Manoel de Barros, *Livro das Ignorâncias*, 1997, p. 87)

O marco que inaugura a linguística moderna é o livro *Curso de linguística geral*, atribuído a Ferdinand de Saussure, publicado em 1916. Mas a linguística só chega aos cursos de graduação em letras no Brasil a partir de 1962, com as diretrizes curriculares do então ministro Darcy Ribeiro, e em substituição à filologia românica. Ora, 46 anos foi muito pouco tempo para que se instaurasse uma metodologia que se adequasse tanto à realidade brasileira quanto às modernas pesquisas na área, desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos. Por isso, os pesquisadores brasileiros foram formados alhures e, assim, filiaram-se a escolas francesas, americanas, inglesas, entre outras, o que provoca ruídos no conjunto dos linguistas brasileiros que, por vezes, encontram-se trabalhando em mesmas universidades. Contudo, as pesquisas nas diversas áreas da linguística no Brasil têm crescido muito, apesar de todas as divergências nas abordagens teóricas. Esses confrontos teóricos refletem-se também na semântica, que possui, dentro do território brasileiro, abordagens quase que impossibilitadas de diálogos, de tão divergentes que são nas suas concepções teóricas.

Essas concepções refletem visões também diversas na relação do homem com a linguagem e, portanto, modos diferentes de se observar os múltiplos fatores implicados na significação.

A decisão por um determinado enfoque para abordar os dados significa uma concepção de linguagem, um modo de encarar e até de gerar os objetos de estudo. Por isso, a seguir, abordaremos as principais correntes dos estudos linguísticos modernos e suas consequências na observância dos fatos linguísticos.

Algumas teorias linguísticas

O que o professor leva para a sala de aula é, antes de tudo, o seu olhar, que seleciona os conteúdos e os articula a outros tantos. Esse olhar do professor é uma construção em função de uma teoria, de um jeito de encarar o que vai ensinar e de como isso se liga à vida, às relações cotidianas.

A linguística passou por diversos períodos, nos quais priorizou diferentes enfoques de linguagem, o que fez dela um vasto campo de estudos. A semântica, como parte dos estudos linguísticos, também passou por diferentes tendências teóricas, o que a levou a uma diversidade de abordagens.

Por influência do darwinismo, as gramáticas históricas e os estudos comparativistas influenciaram, até muito recentemente, o nosso modo de perceber a linguagem. As bases para estudos de cunho científico já se apresentavam nos neogramáticos, dentro, ainda, de uma perspectiva de exploração historicista. Por exemplo, as leis de evolução fonética são desse período. Para o historicismo, a linguagem nomeia a realidade a partir de uma relação direta entre nome e objeto nomeado. Essa perspectiva nominalista ainda se encontra em muitas teorias linguísticas atuais, apesar de já ter sido muito questionada.

Embora dominasse o ponto de vista histórico-comparativo, alguns linguistas já se preocupavam com a ideia de que, ao lado de um estudo

evolutivo da língua deveria haver também um estudo sincrônico (em um período de tempo em questão) e descritivo. Quando Saussure conceitua a língua como sistema e preconiza o estudo descritivo desse sistema, faz nascer o estruturalismo como método de estudos linguísticos. Com o estruturalismo a linguística delimitou seu objeto de estudos, definiu seu método e consolidou suas possibilidades. Foi um tempo de descrições detalhadíssimas das línguas, o que fez crescer a fonologia, a fonética e a morfologia, principalmente.

O transformacionalismo surge como um veio do estruturalismo e faz avançar os estudos em sintaxe. Tendo como seu precursor Noam Chomsky, essa corrente dos estudos linguísticos propõe uma revolução conceitual ao trabalhar o inatismo em linguagem, que traz como fruto os conceitos de competência e desempenho. A língua já não é vista como herança social, ao contrário, estrutura uma complexidade imanente, pois adentra a constituição dos seres humanos, no cérebro físico (mentalismo).

Mais recentemente, desde a década de 1970, vêm crescendo os estudos dentro de uma corrente funcionalista em linguagem. Esses estudos partem de uma visão mais global da língua, tentando aglutinar categorias que relevem ao mesmo tempo a estrutura e o funcionamento da linguagem. Trata-se de uma corrente emergente e que, por isso, ainda se encontra subdividida em várias facetas, tendo estas em comum uma preocupação com a língua na sociedade, o que se contrapõe ao que preconizam os mentalistas.

A linguística se fixa, assim, como uma ciência imprescindível a qualquer ramo do conhecimento das ciências humanas, com um cabedal conceitual bem estruturado. Sociólogos, filósofos, antropólogos, psicólogos, psicanalistas, historiadores, enfim, profissionais de diversas áreas vêm se interessando pelo fenômeno da linguagem e buscando se instrumentalizar na linguística.

Imbricados nessas grandes correntes dos estudos linguísticos (historicismo, estruturalismo, gerativismo e funcionalismo), crescem estudos da linguagem que vêm assumindo percursos diversos que se servem do instrumental da linguística para pensar a linguagem vinculada às mais variadas manifestações humanas.

Neste capítulo, abordaremos mais detidamente o gerativismo e o funcionalismo, no capítulo 3 enfocaremos os princípios do estruturalismo saussuriano. Abordar todas as correntes na sua relação com a semântica requereria de nós um livro específico, porém há muitas publicações sobre as várias correntes dos estudos linguísticos e suas conse-

quências na abordagem dos fenômenos. Nosso propósito, aqui, é o de marcar as diferenças entre elas.

O gerativismo carrega o inatismo linguístico, já o funcionalismo assume os pressupostos cognitivistas na estruturação da linguagem, quando se estuda o que em semântica faz parte da cognição humana enquanto condição para a linguagem. Por exemplo, os estudos da metáfora, dentro da abordagem cognitivista, apontam para esse fenômeno como sendo uma das bases da linguagem humana e não simplesmente uma figura de linguagem, um artefato que a embeleza, isso porque as nossas experiências com a realidade são sempre indiretas, gerando realidades múltiplas. As metáforas surgem, assim, a partir de experiências concretas vividas pelos indivíduos em seus confrontos interativos que ocorrem via linguagem; não são resultado de processamentos automáticos derivados das competências inatas para a linguagem. Nessa direção, há um grande espaço entre pensar a construção de objetos de discurso que se dá via processos de significação e considerar a língua como natural (gerativismo). Ou seja, para os funcionalistas a relação da linguagem com a realidade não é direta, mas ocorre na medida em que os grupos articulam seus objetos de discurso e, com eles, suas formas de vida. Esmiuçaremos essas diferenças a seguir.

A abordagem aqui pretendida não é nem gerativa nem funcional, mas sim enunciativa. A construção desse olhar enunciativo sobre a linguagem será objeto do nosso próximo capítulo. No entanto, como estamos focando nossa atenção na formação do licenciando em letras, buscamos construir nele esse olhar para as diferenças nas abordagens.

O gerativismo

Optamos pela seguinte estratégia de exposição: nos quadros colocamos os pressupostos teóricos básicos das correntes linguísticas abordadas; logo a seguir, tecemos comentários pontuais sobre as consequências dessas abordagens para os estudos linguísticos, aprofundando questões e propondo discussões. Desse modo, quando se encontrarem esses quadros, eles significam aprofundamentos teóricos. Pode-se optar por saltá-los e ir direto para as discussões, espaços mais dialogais.

Gerativismo – pressupostos teóricos básicos

Todos os homens, em condições normais, aprendem uma língua. Além disso, a linguagem entra em funcionamento mais ou menos no mesmo período em todas as crianças que gozem de condições normais. Constatações como essas fazem com que os inatistas pressuponham que a linguagem seja um componente próprio da espécie humana, *geneticamente codificado*. Existiria, portanto, um domínio específico para a linguagem na mente humana.

No entanto, Noam Chomsky, precursor dessa corrente, não pretende idealizar as propriedades da mente humana e sim pressupor essas propriedades a partir de dados da realidade linguística. Segundo Chomsky, muito pouco se sabe hoje sobre a mente, o que impossibilita especular sobre ela. Nesse sentido, propõe isolar para estudo as propriedades do que ele denomina *faculdade da linguagem*. Essas propriedades constituiriam elementos essenciais no estudo da aquisição da linguagem, pois dizem respeito aos princípios invariantes do *estado inicial* (S_0) da linguagem humana e à gama de variações permissíveis. À teoria do S_0 , ou estado inicial, Chomsky dá o nome de *gramática universal* (GU). A GU é, portanto, a caracterização dos princípios inatos biologicamente determinados da linguagem humana.

Ao modo de estruturação de uma linguagem natural na mente das pessoas, Chomsky (1980) pressupõe uma *língua-I* (língua internalizada). A língua-I incorporou formas de representações mentais e as regras que transportam/transferem as representações para um dialeto específico. Isso só se torna possível devido aos princípios contidos no S_0 . O problema das gramáticas seria descobrir esses princípios e mostrar como eles possibilitam esse modo de representação diferenciado dos dialetos.

A faculdade da linguagem se apresenta, então, como um sistema computacional rico, estreitamente arquitetado em suas estruturas e rígido nas suas operações essenciais.

Em se considerando *domínio* como o conjunto de representações que sustentam uma área específica do conhecimen-

to, Chomsky pressupõe a existência de um *domínio* específico para a linguagem, o qual se organiza a partir de princípios que determinam as estruturas sob as quais subsequentes aprendizagens têm lugar.

Jerry Alan Fodor, filósofo e cientista cognitivo americano, também inatista, pressupõe uma estrutura mais fechada para a linguagem na mente humana. Para ele, a língua é modularizada, ou seja, possui uma unidade de processamento informacional que encapsula determinado conhecimento e computa a partir dele. Assim, a língua se estruturaria de modo totalmente independente de outros aspectos da cognição, não necessitando estabelecer conexões com outras estruturas do cérebro para se organizar. Está como que encapsulada, com suas bases totalmente desenvolvidas, dentro de uma unidade de processamento informacional.

Os objetivos dos estudos dentro da proposta inatista são, então, identificar as reais propriedades do estado inicial da faculdade da linguagem e sua realização particular como uma potencial ou atual língua-I. Desse modo, para Chomsky, o aspecto maturacional da linguagem é estritamente biológico.

Apesar de montar um modelo de desenvolvimento aplicado a qualquer domínio de conhecimento, independentemente das mudanças de estado ($S_0, S_1, S_2, S_3, \dots S_L$), Chomsky não se detém nas questões de desenvolvimento. Acredita poder pressupor sobre a base inata a partir do estado da linguagem no adulto.

Dois fatos sustentam o gerativismo: um centrado na questão inatista – *qualquer criança, em condições normais, aprende uma língua* – e outro centrado na competência, criatividade linguística regida por regras – *podemos criar e entender milhões de frases sem mesmo tê-las produzido*. Daí por que Chomsky opta pelo modelo sintático-formal.

Nesse modelo, o papel das regras transformacionais é de transformar estruturas (elas são simplesmente um mecanismo de transformação). A interpretação semântica se dá na estrutura profunda. O elemento gerativo é sintático. O falante só pode interpretar semanticamente se ele representar formalmente.

Para René Descartes (*Renatus Cartesius*, em latim), a natureza humana é que garante tudo. A razão do homem é tudo. O bom senso humano é geral. O processo de conhecimento é cognitivo, individual e se dá na subjetividade, na interioridade. A linguística de Chomsky, que tanto influenciou todas as áreas da linguística, situa-se dentro de uma perspectiva cartesiana (de *Cartesius*), pois considera uma independência básica entre a linguagem e as ideias. Também aí a natureza humana garante tudo. Em Chomsky, é a razão crítica do observador que pressuporá o modo de processamento da linguagem no cérebro humano. O conhecimento sobre a linguagem humana está centrado no entendimento, na capacidade de formular juízos.

Wittgenstein (1984) é contrário a se buscar a origem da linguagem e a origem da constituição do significado a partir de uma subjetividade considerada autonomamente. Argumenta que a linguagem é constituída por regras. Poder-se-ia supor que as regras seriam inatas e, nesse sentido, adviriam da subjetividade, mas para Wittgenstein o que constitui as regras é a prática; a regra é regularidade. Esse autor argumenta contra essa visão racionalista subjetivista dizendo que ela levaria ao solipsismo, ou seja, isolamento da consciência a tudo que lhe é externo. As ideias seriam formuladas por uma mente, enquanto entidade de uma realidade privada, e essas ideias seriam passadas via linguagem enquanto coisa já estruturada. Mas como captar a construção das ideias em suas nuances? Como ter a certeza de que a explicação proposta para a realidade por esse sujeito individual é a correta?

A concepção subjetivista pressupõe processos comunicativos isentos de problemas, perfeitos. Evidentemente seria impossível, dentro desse modelo, que uma mente produtora de ideias puras atingisse a outra. É claro que os teóricos dessa corrente não estão preocupados com os processos comunicativos. Para eles, a constituição dos significados é universal.

Wittgenstein admite que uma mesma sentença possua significados diferentes se pronunciada em uma piada, uma hipótese ou em cantigas. Chomsky se safa desse tipo de argumento propondo uma língua ideal, que seria, certamente, uma mera formulação teórica, já que a língua em uso é variável e fluida na constituição de seus significados.

Inevitavelmente inscrevemos Chomsky dentro de uma corrente de pensamento positivista, no que se refere à sua prática científica. A teoria positivista do pensador Augusto Comte é fundamentada à luz de duas premissas essenciais explicitadas por Löwy (1993, p. 69):

1 - A sociedade só pode ser epistemologicamente assimilada à natureza (o que nós chamaremos de “naturalismo positivista”); na vida social reina uma harmonia natural.

2 - A sociedade é regida por leis naturais, quer dizer, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humana.

Fica evidente, pelo anteriormente exposto, que para Chomsky a ciência está livre de julgamentos de valor, é neutra, imparcial e objetiva. Para esse autor, a estrutura e o funcionamento da linguagem, em suas bases, estão presos às leis naturais.

Chomsky não desconsidera os fatores sociais que envolvem a linguagem, mas insiste que estes não levariam a abordagens científicas de fato. Para ele, só pela observação do desempenho linguístico, não seria possível estabelecer hipóteses, permanecendo-se numa postura meramente classificatória.

A ideia da faculdade da linguagem no cérebro humano não é controversa e não é ela que faz de Chomsky um pensador positivista no que diz respeito à linguagem, e sim o fato de, nas suas propostas teóricas, o mecanismo da linguagem no cérebro ser altamente especificado. Por meio de um mecanismo altamente sofisticado, a criança entra em contato com os dados primários e elabora uma linguagem elementar. Ou seja, a linguagem se constitui num mecanismo natural, primário, neutro em relação aos fatores sociais.

O gerativismo se expandiu enormemente, dentro dos estudos linguísticos, nos Estados Unidos principalmente, primeiro porque propunha uma tese mentalista (em oposição ao empirismo), depois porque critica o modelo classificatório, historicista, como sendo taxinômico e propõe um modelo que pressupõe um nível de adequação explanatória.

As consequências desse então novo modelo para o ensino de língua estrangeira foram enormes, pois, seguindo o método estruturalista, as técnicas

de ensino acreditavam que, internalizando as estruturas, o aluno aprenderia a língua em questão. Enquanto isso, Chomsky propõe a hipótese de que podemos criar e entender milhões de frases sem mesmo tê-las produzido. Além disso, a exposição a uma língua seria o suficiente para fazer emergir em nós as hipóteses concernentes à sua gramática. A hipótese da criatividade linguística também influenciou grandemente os métodos de alfabetização.

Na sua primeira fase, a teoria gerativa padrão fornecia um instrumental que realmente colocava por terra os princípios estruturalistas clássicos, a partir dos processos descritivistas dos constituintes imediatos e das possibilidades explanatórias de dois níveis de estruturas com regras que possibilitavam essas descrições.

Contudo, as transformações na teoria acabam por denunciar os seus pressupostos básicos: *afinal, como a criança, em contato com os dados, pode realmente chegar a elaborar a linguagem ou a retomar a linguagem que já tem em si?*

Passa a haver uma inocuidade do ponto de vista descritivo e um problema do ponto de vista teórico. O gerativismo propõe, então, o “modelo de princípios e parâmetros”, caminhando para uma preocupação maior com a GU (gramática universal).

Portanto, mesmo que inicialmente houvesse uma preocupação com os universais linguísticos, a grande atividade girava em torno da noção de *competência*. A teoria ficou no descritivismo. Propunha-se um discurso racionalista, lógico, a partir do método dedutivo de Popper, em oposição a um discurso empirista, mas utilizando-se de um método indutivo de verificação e generalização altamente questionável.

Contudo, a teoria se mantém dentro do formalismo que a reduz à sintaxe. A semântica e o léxico, por exemplo, foram propositadamente relegados, pois o modelo formal não conseguiu dar conta desses dois aspectos da linguagem. Ora, na verdade não era bem o formalismo que não suportava esses aspectos, mas as suas naturezas, as quais denunciavam questões de uso a serem relevadas, as quais implicariam revisão dos pressupostos teóricos básicos. Afinal, via processos de significação, a língua parece muito menos estruturada e muito mais estruturante das individualidades e, via léxico, ela se apresenta muito mais uma estruturação coletiva e muito menos pronta, estruturada de antemão.

Atrás do formalismo, escondem-se profundas revisões teóricas para o gerativismo. Resta saber se a linguagem possui bases inatas, ao modo

como pressupõe Chomsky, em qualquer dos seus eixos constitutivos. O recorte epistemológico elaborado por Chomsky é totalmente consciente dessa complexidade.

Observamos, então, que, enquanto lidava em termos descritivistas práticos, sem evidenciar seus pressupostos positivistas básicos, a teoria consegue respaldo devido ao momento em que se insere e contra quem se insurge. No entanto, o paradigma gerativista começa a entrar em crise quando se volta, sobretudo, para as bases biológicas da linguagem. Dessa crise emerge o funcionalismo.

O funcionalismo

Diferentemente do modo como foi apresentado o gerativismo, no quadro abaixo apresentaremos somente as diferenças do funcionalismo em relação ao gerativismo. Seus pressupostos serão mais bem clareados nas discussões que se seguem. Assim ficará mais fácil observar as diferenças entre essas abordagens.

Funcionalismo – pressupostos teóricos básicos

O funcionalismo em linguística pode ser, no nosso caso, muito mais facilmente apresentado se colocado em relação ao gerativismo, denominado pelos funcionalistas de *formalismo*.

O primeiro ponto importante a se observar é que o funcionalismo não rejeita a hipótese de uma base inata, contudo dá mais valor aos imputes, os quais, segundo os funcionalistas, exercem um papel extremamente relevante na estruturação da linguagem no cérebro do falante. Ou seja, para os funcionalistas, a linguagem não obedece a uma estruturação de ordem exclusivamente inata.

Enquanto os inatistas situam suas teorias a partir dos processos representacionais, os funcionalistas as situam nos processos de significação.

Para os inatistas a língua é um sistema conceitual. Já para os funcionalistas ela é um sistema de função de interação, inscrevendo-se na história, e a significação se constrói, portanto, dentro de um processo socialmente constituído.

O papel do meio demarca, deste modo, um profundo distanciamento entre as duas perspectivas teóricas, pois, entre propulsião e constituir, há uma enorme diferença de abordagem que marca concepções totalmente distintas do fenômeno em questão.

Assim, enquanto os gerativistas enfatizam os universais linguísticos, os funcionalistas enfatizam as variações entre línguas. Estes optam por considerar o texto ou discurso e não a frase, como faz o gerativismo.

Comentários

A partir dos pressupostos funcionalistas acima enumerados, procederemos à análise das bases do funcionalismo com uma postura historicista. Não do historicismo linguístico, e sim dentro da proposta historicista advinda da sociologia do conhecimento idealizada por Karl Mannheim (1968) em oposição ao positivismo.

Segundo Foracchi (1982, p. 138, apud FIGUEIREDO, 1996, p. 20-21), o historicismo parte de três hipóteses fundamentais:

- 1 - qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido dentro da história, através da história, em relação ao processo histórico;
- 2 - existe uma diferença fundamental entre os fatos históricos ou sociais e os fatos naturais. Em consequência, as ciências que estudam estes dois tipos de fatos, o fato natural e o fato social, são ciências de tipos qualitativamente distintos;
- 3 - não só o objetivo da pesquisa é histórico, está imerso no fluxo da história, como também o sujeito da pesquisa, o investigador, o pesquisador, está, ele próprio, imerso no curso da história, no processo histórico.

Löwy (1993, p. 70) assim descreve os pressupostos historicistas: “[...] ninguém está fora do rio da história, olhando para ele de suas margens. Todo observador está imerso no curso da história, nadando ou navegando em um barco neste curso tempestuoso da história, ninguém está fora”.

Se no positivismo se mantém uma concepção de que os fatos, a vida, enfim, obedecem a uma lógica natural, no historicismo qualquer fenômeno é histórico e só pode ser compreendido dentro da história. Além disso, tanto os objetivos da pesquisa como o pesquisador estão imersos no processo histórico. Contudo, afirmar que ninguém está fora da história não quer dizer que todos construam a história. Neste ponto o historicismo se difere do marxismo.

O sujeito, no positivismo, é portador de unidade de consciência totalmente abstrata, supratemporal e suprassocial. No historicismo, o sujeito sofre da história. Já no marxismo, o sujeito constrói a história. Desse modo, o historicismo superou o positivismo, mas não aderiu ao materialismo histórico-dialético.

Este é o retrato perfeito das propostas funcionalistas em linguagem que inserem os estudos linguísticos dentro dos fatos sociais e das influências da temporalidade, mas não apontam para rompimentos de fato com a proposta anterior, ao permanecer tratando a linguagem como instrumento de interação e não como fator constituidor dos sujeitos.

Se o gerativismo pretende explicar o fenômeno da linguagem a partir do cérebro humano dentro de uma perspectiva naturalista, o funcionalismo pretende observar na linguagem o seu funcionamento, a partir de fatores sócio-históricos. Sob as duas perspectivas a linguagem não é constituidora, mas historicamente constituída.

O funcionalismo é muito discutido na sociologia e na educação. Segundo Oliveira (1994, p. 60):

O funcionalismo é uma corrente que adquire definição por intermédio da produção teórica norte-americana. [...] É uma formulação teórica pós-Segunda Guerra, mas tem suas raízes em Durkheim. Este fertilizou o campo ao trabalhar o termo função, estreitamente ligado a uma das suas principais categorias: solidariedade orgânica.

Dentro dessa perspectiva da solidariedade orgânica, a organização é percebida como um sistema orgânico inspirado nas ciências naturais, em que as partes se relacionam com o todo. Assim, o funcionalismo toma para si uma visão integrada da sociedade a partir da ideia de causação múltipla e recíproca e do reconhecimento do consenso como uma base importante de integração.

Trata-se de uma proposta integrada às bases capitalistas e científicas. A anormalidade é conjectural, na verdade há uma harmonia, uma ordem, em tudo. A desigualdade social é percebida como tendo seu lado funcional, pois distribui os papéis necessários ao funcionamento da sociedade.

Um dos princípios basilares do funcionalismo é o de estudar os fenômenos pelas suas consequências. Durkheim acreditava na possibilidade de se encontrar a *verdade científica*. Para ele, os observadores orientavam-se pelas ideias que tinham das coisas, em lugar de observar, descrever e comparar as coisas. Afirmava que a ciência deve ser ela mesma, preservando a sua neutralidade em relação às outras ciências. Para que se constitua como tal, a ciência deve abordar fatos passíveis de observação, classificados por sua homogeneidade e considerados independentemente dos resultados. Dentro de uma postura positivista de ciência, afirma que cabe a ela exprimir a realidade e não julgá-la. Cabe à ciência a verificação isenta.

A teoria dos sistemas é um dos desdobramentos do funcionalismo e tem por base uma visão integrada e dinâmica dos vários sistemas que compõem uma realidade. Busca, a partir dessa visão integrada, soluções para os problemas. Dessa teoria advém a noção de *sistema aberto*, donde se admite um contínuo fluxo de entrada e saída que, em contato com o meio, permite a integração mútua entre as suas variáveis. Desta forma, incorporam-se a manutenção e a mudança, e o sistema se mantém em harmonia apesar dos conflitos internos. Portanto, a totalidade é considerada em seu dinamismo e consequente possibilidade de alteração.

Fica evidente a influência, no funcionalismo em linguagem, dessas correntes funcionalistas norte-americanas que postulam a teoria dos sistemas, pois, também em linguagem, mantêm-se os princípios da organicidade, sistema aberto, etc. O paradigma da gramaticalização é o resultado dessas posturas a partir das quais se pretende observar a ordem nas diferenças, sistematizar o diferente.

Pelo que entendemos, todas as observações anteriormente levantadas sobre o funcionalismo em geral cabem ao funcionalismo em linguagem. Também este parte do consenso e não do conflito, apesar de considerar o todo e pressupor o dinamismo.

É patente a influência do positivismo dentro da perspectiva funcionalista, presente nas suas concepções de homem, de sociedade e de sistema, e os funcionalistas se autodenominam neopositivistas.

São várias as críticas feitas ao funcionalismo dentro da sociologia e da educação. Sander (1984, p. 28) faz algumas considerações em relação às limitações do funcionalismo, as quais parafraseamos, resumidamente, a seguir:

- Ao desconsiderar as consequências da ação intencional dos participantes da organização, o comportamento organizacional torna-se determinístico. O ser humano é determinado pela organização.

- As mudanças organizacionais resultam da adaptação da organização às exigências do ambiente externo, e a solução dos conflitos da organização atende aos interesses do sistema maior.

- Preocupa-se com as consequências da ação social, desconsiderando suas causas.

- Descuida dos aspectos éticos e substantivos do ser humano vivendo em sociedade para cultivar a eficiência utilitarista e a racionalidade instrumental. Utilitarismo materialista.

A própria concepção da linguagem enquanto *instrumento* nos leva à adequação dessas críticas ao funcionalismo em linguagem (utilitarismo materialista). Nele a linguagem é vista cumprindo uma função social determinada. Não se considera a intenção nem as causas do ato comunicativo. A linguagem é determinada pela organização social, assim como o ser humano. Cabe à teoria resolver os problemas de inadequações e variações, buscando entendê-las dentro do todo orgânico. O todo não é a soma das partes, constitui algo diferente.

No geral, em linguística atribuímos parentescos e conciliações entre teorias as mais distintas, mas não percebemos as bases dessas conciliações. Temos a tendência de admitir tudo como sendo o mesmo, sem perceber as diferenças nas bases teóricas entre os diferentes estudos. Essa é uma tendência particularmente marcante dentro das diversas propostas funcionalistas em linguagem, pois a visão do todo, do sistema orgânico é um dos quesitos da proposta. Essa visão plural, que

deveria ser um ponto favorável à proposta funcionalista, acaba por depor contra ela, pois se perdem as particularidades, as causações, em função da organicidade e da causalidade. De acordo com os princípios de Durkheim, a linguagem é estudada por seus efeitos sociais. Os fatos internos à linguagem nos escapam, por isso nos cabe estudar os fatos externos que simbolizam os internos.

A pragmática surgiu no âmbito do funcionalismo como linha de pesquisa efetiva, o que fez com que ela, por isso, privilegiasse não o sujeito, nos estudos, mas o *contexto de interação*.

Neste trabalho não estamos pretendendo privilegiar as relações presentes no contexto comunicativo (uso contratual da linguagem), pois para nós o contexto determina o uso da linguagem, contudo acreditamos que o sujeito burle constantemente as convenções, propondo sentidos sempre novos. Afinal, o sujeito é um dos pilares da produção de sentido. Segundo Pavel (1990, p. 66): “A pressão do contexto linguístico, que depende da força da linguagem, não chega nunca a obturar totalmente a presença de um sujeito doador de significação e imperfeitamente subjugado à linguagem”. Por isso nos distanciamos da Pragmática, enquanto proposta teórica de cunho funcionalista, apesar de valorizarmos uma postura pragmática de trato com a linguagem, aquela que observa a enunciação em seus usos, ainda que sem enquadrá-la em modelos sociocomunicativos predefinidos.

A semântica sob a perspectiva da discursividade

No *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure, preconiza-se o estudo da língua por si e em si: “a linguística tem por único e verdadeiro objetivo a língua considerada em si mesma e por si mesma” (1972, p. 271). Devido à importância desse livro na constituição da linguística como ciência, quando define seu objeto de estudo, a “língua”, o estudo da linguagem passa a ser desenvolvido sem que se levasse em conta aquele que fala ou as condições histórico-sociais desse ser que se articula em linguagem. A língua é separada do homem.

A linguística encontrou seu objeto de estudo ao separar a linguagem do homem. Era preciso observar, formular hi-

póteses, examinar sistematicamente essas hipóteses de tal modo que se esboçassem classificações, semelhanças, distinções. A linguagem, com o estruturalismo, foi percebida como um sistema de funcionamento regular, previsível e passível de descrição sistemática. Assim foi percebida também a movimentação dos astros de Newton; os organismos vivos, na biologia; a estrutura da sociedade, em sociologia (HENRY, 1994, p. 36).

Ainda que, segundo Calvet (1977), o trecho “a língua considerada em si mesma e por si mesma” tenha sido acrescido pelos compiladores do livro, pois não constava dos manuscritos dos alunos de Saussure, esse recorte proposto ao objeto de estudo da linguística constitui, para a semântica, uma limitação nas possibilidades de se observar a significação.

Ao priorizar o significado, a semântica erige-se como um campo de estudos autônomo, vinculado às ciências da linguagem, pois o significado pode ser medido, é estável e é a base da língua de um povo, do seu léxico. O signo é considerado assemelhando-se ao vocábulo, sem que se leve em conta o seu uso. O signo é, portanto, instância da *langue* e não da *parole*. Excluem-se, assim, dos estudos semânticos os fatores ligados à enunciação.

No entanto, essa postura presente no *Curso de linguística geral* parece ser frontalmente divergente daquela presente nos *Escritos de Saussure* (2004), que são uma compilação de anotações do próprio Saussure, encontradas no porão de sua residência. Para o Saussure dos *Escritos*, a língua é um sistema de signos e são os discursos que governam o funcionamento desses signos a partir do sistema de valores que os fazem existir enquanto signos.

[...] toda espécie de valor, mesmo usando elementos muito diferentes, só se baseia no meio social e na força social. É a coletividade que cria o valor, o que significa que ele não existe antes e fora dela, nem em seus elementos decompostos e nem nos indivíduos (SAUSSURE, 2004, p. 250).

No entanto, historicamente, a semântica formal antecede a vertente estruturalista em semântica, apesar de esta ter recebido enorme influência daquela. Aristóteles e depois o alemão Frege (1848-1925) são

pioneiros ao lidarem com o significado a partir de postulados lógicos. Sua herança para os estudos semânticos foi enorme e até hoje as abordagens giram em torno de frases ou proposições, tal qual faziam. Segundo Pires de Oliveira (2001, p. 19): “Há muitos estudos sobre fenômenos do português brasileiro que adotam a perspectiva formal”. Evidentemente, essa abordagem traz para os estudos semânticos um estatuto de cientificidade, além de possibilitar a sua inserção sistemática dentro da linguística, conferindo à semântica um campo de investigação próprio, diferente da sintaxe ou da morfologia. Um nome relevante no Brasil, dentro dessa tendência, é o de Rodolfo Ilari, com suas obras, e uma obra de referência seria a de Kempson (1980).

Oswald Ducrot situa seus estudos dentro da perspectiva estruturalista, e o faz dialogando com a semântica formal. Esta coloca o referente em destaque ao examinar o significado, ou seja, a linguagem aponta para o seu exterior, nomeando-o. Diferentemente, para a semântica da enunciação ou semântica argumentativa, a linguagem institui realidades e instaura a subjetividade.

A semântica ocupa-se das questões de significação em uma língua natural. Obviamente, essas questões relativas à significação, ou, mais propriamente, à produção de sentidos, perpassam diferentes áreas do conhecimento humano, pois a reflexão sobre os diversos sentidos produzidos em uma sociedade leva, sem dúvida, a uma melhor compreensão dessa mesma sociedade, bem como dos sujeitos que dela participam. Entendemos, desse modo, que as questões semânticas recobrem tanto fatores sintáticos, morfológicos e pragmáticos como também fatores da ordem do filosófico, do antropológico, do sociológico, entre tantos campos com ela imbricados.

Sob essa perspectiva, a linguagem é entendida como constituidora de saberes e sujeitos. Trata-se de uma perspectiva que considera o *sentido* como sendo de natureza conjuntural, dependente de fatores variados para se constituir.

Desse modo, não só o discurso é da ordem da história ou da ordem da ideologia, mas também o sistema linguístico, enquanto sistema de relações obrigadas, de imposições sociais e culturais, que varia segundo a comunidade, é da ordem da história, claramente.

Por exemplo, sob o prisma da discursividade, o presente do indicativo não é simplesmente um quadro dentro do paradigma das conju-

gações verbais. A cada situação discursiva, as construções de presente adquirem valores inusitados, atualizando fatos passados, ao substituírem as formas do pretérito: “Em 1964 ocorre o golpe militar no Brasil”; presentificando o futuro, em lugar das formas de futuro, como quando se diz “Vou amanhã”; estabelecendo uma ideia de contemporaneidade coletiva: “Hoje é primavera”; ou de verdade permanente, como quando se diz que “A terra é redonda”; ou, ainda, transportando os fatos para uma situação de presente estendido: “Moro em Vitória”. Portanto, essas construções fazem parte não apenas de estratégias argumentativas, mas de organizações sistêmicas que estruturam os discursos de um tempo, de um local, que estruturam, enfim, “formas de vida”, como diria Wittgenstein (1984).

Já em 1977 o professor Milton José Pinto, em seu livro *Análise semântica de línguas naturais: caminhos e obstáculos*, apontava para a interdisciplinaridade do fato semântico:

Tal projeto, pelo recurso à interdisciplinaridade, tem o que assustar os linguistas mais conservadores, mas traz de volta aos estudos de linguagem uma certa tradição humanística hoje abandonada. O fato é que a significação está na raiz de todos os fenômenos de que o ser humano é participante, e nenhuma ciência humana poderá se constituir sem levar isso em conta (PINTO, 1977, p. 13).

Ao final desse mesmo livro, o autor acrescenta, como uma das perspectivas de desenvolvimento na área da semântica: “uma semântica discursiva, baseada no desenvolvimento de uma teoria dos discursos” (1977, p. 90).

Quanta diferença não faria treinar nos alunos um olhar sobre as estruturas discursivas? Isso implicaria um novo entendimento da complexidade na relação do homem com a linguagem, considerando esta não só como instrumento, mas como fenômeno complexo e nem por isso inabordável. Uma linguagem viva, pulsante, que reflete em si os modos de existência, e não meros paradigmas verbais, frios de gente. Lembrando o cantor e compositor Gonzaguinha na canção “Redescobrimdo”, uma linguagem que se faz “jogo do trabalho na dança das mãos”.

Assim, sob essa perspectiva da cientificidade então vigente, podemos até dizer que a disciplina semântica encontrava-se bastante estruturada e com certa homogeneidade, possuindo muitas obras que sustentavam a sua condição de uma semântica linguística.

Ainda que tenha separado o homem da linguagem ao estudar os significados socialmente produzidos, essa disciplina estruturou-se como um campo de estudos próprio, dentro da linguística. Resta-nos, pesquisadores da área, fazer com que ela incorpore as discussões mais recentes e caminhe de retorno ao homem, fonte inesgotável do sentido.

Contudo, como nos lembra Pavel (1990, p. 64): “é tão vão propor à linguística abrir-se à plenitude do sentido [...] quanto esperar da anatomia que ela se espiritualize através do estudo do coração ou do cérebro.”

“Como se fora brincadeira de roda, memória.
Jogo do trabalho na dança das mãos, macias.
O suor dos corpos na canção da vida, história.
O suor da vida no calor de irmãos, magia.”
(Gonzaguinha, “Redescobrimdo”)

A produção de sentidos e o sujeito

“[...] o mesmo discurso que revela, esconde, o mesmo que aglutina desagrega, o mesmo que esclarece aliena. Assim é a linguagem humana e diferente não pode ser o sujeito que nela se engendra.”

Hugo Mari (1991, p. 29)

Este capítulo tem um cunho bastante teórico, porque nele pretendemos apresentar e discutir os conceitos que norteiam o nosso modo de ver a semântica e o seu papel nas investigações linguísticas e até filosóficas, sociológicas, psicológicas, antropológicas, políticas, etc. Enfim, os conceitos aqui trabalhados remetem-nos para uma concepção de linguagem vinculada aos homens e à sua história coletiva. Por isso são conceitos considerados muito pouco objetivos, já que o seu objeto de abrangência é o homem *na, como e para a* linguagem.

Produzir sentidos é justamente não se vincular ao estático, mas abrir as portas para o dinamismo, para o movimento, para as mudanças constantes. Entender a linguagem como produção de sentidos é encontrá-la no “jogo do trabalho na dança das mãos”.

Então, após buscarmos compreender melhor essa perspectiva da linguagem como produção de sentido, encontrando nela as palavras de Henry (1994) e Marcondes (1994), passaremos à questão do “sujeito” na linguagem, inicialmente considerando que ele possui certo nível de consciência sobre o movimento da linguagem e depois,

com Wittgenstein (1984), observando um sujeito com menos autonomia com relação à linguagem. Logo a seguir, após repassarmos rapidamente algumas diferentes abordagens sobre o sujeito, na sua relação com a linguagem, recairemos diretamente no conceito de ideologia, que traz esse sujeito para as relações históricas e sociais. Retomamos, porém, ao final, o nosso foco na análise linguística a partir dos efeitos do sentido.

Hoje o conceito de ideologia no trato com a linguagem é questionado, pois remete à esfera da representação. Atualmente a construção do conceito de linguagem como sistema simbólico passa pela noção de construção da subjetividade, ao considerar a natureza fabricada/modelada da natureza humana. Portanto, não se pensa mais algo de fora a interpelar os sujeitos, a manipulá-los, mas sim uma construção coletiva totalmente moldada das nossas subjetividades. No entanto, retomaremos aqui o histórico desse conceito, porque muitas são as teorias que surgiram tendo por base uma concepção marxista. A própria noção de discurso elaborada pela análise do discurso de linha francesa participa dessa construção. Entendemos, por isso, que passar por esse conceito é a melhor maneira de demonstrar a complexidade da constituição dos sujeitos em linguagem.

Quando se pensa na enunciação, a produção de sentido parece ocorrer via mecanismos de manipulação do código que apresentam traços de diferença, conduzindo a dimensões referenciais distintas (MARI, 1991). Contudo, algumas teorias discursivas afirmam que o sujeito produtor de discursos não joga com a linguagem de modo consciente, já que se encontra nela imerso, mas os sujeitos observam a realidade de maneiras diferentes e por isso reinauguram a linguagem com novas metáforas, sendo a metáfora própria da condição da linguagem e não um lugar a ser construído por um sujeito a partir das suas escolhas conscientes.

Aqui estamos assumindo um conceito de sujeito não totalmente consciente, nem totalmente individual, mas que vivencia experiências de significados. Assim, realiza produções de sentidos a partir das suas condições de enunciação.

A produção de sentidos na linguagem

A noção de *produção de sentidos* tem sido largamente utilizada na atualidade para dizer da fluidez do sentido. Desse modo, o sentido não é concebido como um produto, mas como uma produção, dependente das condições de produção, de circulação e de consumo pela qual passam os textos (MARI, 1991).

Segundo Mari (1991, p. 60), “no geral se usa da expressão Produção de Sentido para cobrir situações que vão de macrointerpretações de textos até interpretações singulares de itens lexicais”. Mari não vê nenhum inconveniente nisso, mas chama a atenção para as diferentes abrangências com que o termo é empregado: para dizer das diferentes leituras possíveis de um texto; para mostrar que o sentido se produz a partir de condições históricas específicas; para demonstrar as condições de manipulação do sistema linguístico por parte dos falantes. Para o estudioso (1991, p. 62): “Os signos são também produto de todo itinerário histórico que eles cumprem: a cada instante de uso, a saber, a cada circunstância política própria, ele se deixa contaminar por aquilo que é circunstancial e momentâneo”.

Desse modo, a perspectiva da *produção de sentido* contempla fatores da ordem das convenções, das intenções, da determinação histórica, dos sentidos socialmente produzidos. Apesar de não dispor de um aparato teórico fechado, essa perspectiva arrisca-se a explicitar os mecanismos que se registram nas práticas de linguagem, as quais possibilitam determinados *efeitos de sentido*.

Mari (1991, p. 51-52), comentando sobre a *produção de sentido*, diz: “Ela não tem como objeto a significação ‘*in natura*’ como o faz o cálculo do significado, mas a sua forma desnaturada, degenerada, contaminada pelas práticas de linguagem correntes”. As análises puramente linguísticas sobre a significação pautaram-se no estruturalismo e na lógica formal. Começaram na palavra e terminaram na frase.

Assim, a significação proposta nunca é da ordem do previsível, do contextualmente determinado. A categoria sujeito, nos termos colocados por Mari (1991), aponta para um processo de interação em linguagem pouco preciso, a partir do qual o sujeito produtor dos discursos diz, muitas vezes, para não ser entendido, ou elabora discursos para simplesmente ser ouvido ou até para ocupar um lugar de

destaque, ou para ser respeitado. Neste sentido, ele joga com os subentendidos, com os “não ditos”. O discurso mais interessante não é, desta maneira, o mais informativo ou mais fiel ou verdadeiro. Não há como medir essas categorias, pois elas não se encontram nos discursos e sim nos interesses do leitor.

Dentro dessa perspectiva, as palavras não significam em si, mas nos homens, na sua relação com a história. Apesar de as frases assegurarem parte da significação firmada pelas convenções sociais, elas permitem aberturas e rearranjos que rearticulam uma parcela do seu sentido em função das intenções do sujeito produtor dos discursos.

Para as teorias deterministas, a linguagem é tratada como preexistindo ao sujeito e ao objeto, ou seja, a linguagem nomeia a realidade. Para as perspectivas que consideram o *sentido*, o objeto é constituído em linguagem, segundo as condições históricas vividas pelo sujeito.

Por exemplo, por mais que possua a mesma denominação, o que um médico ortopedista entende por “joelho” é bem diferente daquilo que nós entendemos. Se falarmos sobre uma lesão no “joelho”, isso vai significar pouca coisa para um fisioterapeuta, afinal, o “joelho” é algo complexamente estruturado. Por significar coisas distintas para os médicos, fisioterapeutas e pessoas comuns, podemos dizer que a palavra “joelho” não diz de uma realidade única.

Agora pensemos em palavras como “copo”, por exemplo, que remete a uma infinidade de “tipos de copos”, numa multiplicidade de culturas distintas. Imagine palavras como “saúde”, “amor”, e até a palavra “pai”, que para alguns significa “progenitor” e, para outros, “aquele que cuida”, ou mesmo deixa certo vazio significativo para muitos dos que não possuem uma figura paterna como referência.

A linguagem, neste sentido, não se estrutura como um instrumento pronto, ela se reconstrói constantemente nas inter-relações que vai alicerçando. Nesse processo, múltiplas realidades coexistem ao ponto de a comunicação ser um processo de *não comunicação* ou de falta. Pensando que estamos sendo compreendidos, esquecemo-nos de que as realidades de cada pessoa são distintas, pois a sua história lhes trouxe outras significações.

Ao discutir essas questões, Mari chama a atenção para o fato de o sentido não se esgotar em uma matriz de traços conceituais/cognitivos (significado). Na verdade, essa matriz é acrescida de uma intenção. O

sentido é, desta forma, conjuntural. Tanto é assim que os modelos lógicos não conseguiam descrever todas as dimensões do sentido, porque ele caminha por lugares inusitados, sempre, e depende das situações para se fazer. Para Mari (1991, p. 29), “não existe um sentido único, nunca, em nenhuma frase, embora exista um sentido consensual, muitas das vezes”.

A questão da significação em uma língua natural suscita um vasto quadro conceitual, com grande flutuação terminológica, pois o objeto de estudo é por demais fluido, apesar de ser de grande interesse para as mais diversas áreas, como psicologia, sociologia, antropologia, filosofia, neurofisiologia, artes, comunicação social, entre outras, principalmente na atualidade quando a civilização da escrita se instaura dentro da “aldeia global”.

Aprofundando os conhecimentos sobre a produção de sentidos

A *produção de sentidos* é lugar de interseção entre a linguística e as demais ciências do homem, porque parte do princípio de que a linguagem não é simples instrumento de comunicação ou do pensamento individual, ela participa e até determina a constituição dos sujeitos e da história.

Essa perspectiva de linguagem, enquanto constituidora dos sujeitos sociais, remonta ao século passado. Henry (1994) afirma que Wundt, nos seus escritos sobre psicologia, datados de 1863 até o início deste século, já dizia que: “a linguagem de um povo, sua gramática e seu vocabulário particular é o que determina a ‘constituição psíquica’ desse povo, constitui seu ‘gênio’, seu ‘espírito’ próprio, é o ‘corpo’ de sua ‘alma coletiva’” (WUNDT, apud HENRY, 1994, p. 32).

Wundt é contemporâneo dos historicistas para quem a língua é concebida como nomenclatura e “evolui” com o tempo, sofrendo mutações a partir de “leis” de evolução percebidas na observação e comparação entre as mudanças ocorridas na sua estrutura.

Essas concepções presentes nos filólogos e nos neogramáticos ganharam largo terreno no século XIX, quando os Estados preocupavam-se com a sua unidade, contando para isso com a língua como fator essencial.

Desse modo, as concepções histórico-comparativistas, largamente difundidas na época, retiram a linguagem de uma perspectiva meramente instrumental ou convencionalista, perspectiva esta presente nos gramáticos normativistas, advindas das gramáticas greco-latinas.

No entanto, a partir dessas concepções histórico-comparativistas, afirma-se que a história teria, por si mesma, um sentido próprio, independente dos indivíduos. Segundo Henry, Wundt opõe-se à visão dos neogramáticos, porque para estes “a história encontra sua dinâmica originariamente na ação de indivíduos isolados e na psicologia dessas ações” (HENRY, 1994, p. 33).

Logo, para Wundt, a linguagem, ‘die Sprache’, não é, em sua evolução, algo de individual; ela tem sua vida, sua dinâmica e seu determinismo próprio. Os indivíduos são presos a ela e pensam por ela mais do que a produzem ou a enriquecem. Pela linguagem, a consciência individual participa de algo que não é individual, algo que não é um simples “contexto” mas é constitutivo da própria consciência: sem linguagem não há consciência. E como a linguagem tem uma história própria, há formas históricas da consciência. Há então uma “psicologia dos povos” que não é a simples soma ou combinação das psicologias dos indivíduos que compõem esses povos (HENRY, 1994, p. 33).

Wundt já admite a linguagem como constituidora da consciência, “visto que pela linguagem a consciência individual só existe imersa em uma ‘consciência coletiva’” (HENRY, 1994, p. 36).

Na busca de sua cientificidade e consequente especificidade, a linguística não assumiu esse ponto de vista de linguagem porque implicaria pensar a sua relação com as outras ciências humanas. Assim, apesar de a linguística reconhecer a influência do contexto histórico, social ou cultural sobre a linguagem, esta continua sendo percebida como um instrumento de adaptação social. Mesmo que Saussure (1972) tenha considerado a linguagem como “instituição social”, não estabeleceu as relações desta com o sujeito, limitando-se à dicotomia pensamento/ linguagem.

No biologismo de Chomsky, encontramos uma tentativa de dar autonomia à linguística enquanto ciência. Henry assim argumenta

sobre essa tentativa de cientificidade a partir da biologia, quando Chomsky se propõe a pensar a linguagem como geneticamente codificada: “pode-se perguntar com razão se a linguística tem necessidade dessa legitimação e se ela tem alguma possibilidade em encontrá-la desse lado” (HENRY, 1994, p. 39).

Henry (1994, p. 39) admite que, “no campo das ciências humanas e sociais, a linguística ocupa mesmo uma posição particular. Ela chegou a colocar de forma regular suas relações com a história, estabelecendo a autonomia de seu campo em relação a ela”. Desse modo, a linguística pode servir às outras ciências, mas não se abre à história, porque isso significaria assumir a existência de contradições, pois a história não possui um sentido, uma direção *a priori*.

Segundo Henry, as concepções de história presentes nas ciências humanas ou concebem que ela tem sentido por si mesma (historicismo) ou que o seu sentido depende da ação dos homens (marxismo). Ao interligar história, linguagem e sujeito, Henry atribui à história um movimento próprio, afeito às contradições que constituem os acontecimentos. Deste modo, não há uma linguagem *a priori*, um sujeito biologicamente acabado, um pensamento originário e nem uma história que tudo preside. Tanto a história quanto o sujeito e a linguagem se fazem no devir, nas contradições, dentro de um movimento incessante.

Sob a perspectiva da história como acontecimento, caberia às ciências humanas interpretar (reconstruir) os sentidos da nossa realidade subjacente, constituidora dos povos, como quer Wundt, ou dos saberes, como quer Foucault. Daí surge a noção de “produção de sentido”.

Para Henry (1994, p. 51-52):

[...] não há fato ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso.

Segundo Marcondes, Marx aprofunda e radicaliza os questionamentos ao subjetivismo inaugurados por Hegel, que combate essa perspectiva com a noção de uma consciência historicamente determinada:

A partir da influência de Hegel e da importância da interpretação histórica da cultura, as ciências humanas são vistas caracteristicamente como ciências que se fundam na interpretação das manifestações simbólicas da cultura em seus vários contextos. A interpretação, a reconstrução do sentido é portanto o modo de compreensão mesmo de nossa realidade cultural. A própria experiência humana passa a ser vista como produção de sentido (MARCONDES, 1994, p. 201).

Isso porque a linguagem é entendida como constituidora dos sujeitos sociais e, como tal, lugar de onde emanam as concepções ideológicas de uma época e de um povo. Mas em Marx a consciência é sobredeterminada pela história (e, consequentemente, pela linguagem). É na produção dos sentidos socialmente recorrentes que se afrouxam as concepções marxistas clássicas em linguagem, pois o que percebemos é que não há como negar a constituição intersubjetiva dos significados, e isso aponta para certo nível de indeterminação. O fundamental dessa abordagem é que a significação é entendida a partir das suas condições de produção, ou seja, não mais se pensa a significação distante da produção dos discursos.

Evidentemente, os estudos sobre a *produção de sentidos* não se configuram dentro de uma corrente de estudos linguísticos específica, alicerçada em abordagens teóricas fechadas. Ela é sim um modo abrangente que abarca um vasto campo de estudos que se aglutinam dentro de uma perspectiva de trato da linguagem a partir do processamento social do sentido.

Falante ou sujeito?

Uma das diferenças mais marcantes nessa abordagem da perspectiva da produção do sentido é a noção de *sujeito*. Sob essa perspectiva, não há alguém que se aproprie de uma linguagem pronta para transmitir suas ideias e sentimentos (o falante). Aqui a linguagem é entendida como parte integrante na construção da subjetividade. Não há sujeito sem linguagem assim como não há linguagem sem sujeito.

Vamos procurar compreender o que isso significa.

Nenhuma pessoa é considerada uma individualidade completa, pois cada qual é constituída, em suas atitudes, em seus desejos, em sua linguagem, por uma história coletiva. Nem mesmo o pensamento pode ser tido como fruto de um indivíduo autônomo.

Nas teorias que apresentam a linguagem como instrumento de comunicação, o sentido advém da organização das frases e das unidades lexicais. Estas já estariam definidas fora de qualquer contexto. O significado do dicionário é priorizado em detrimento do sentido que as expressões ganham em uso. O resultado é um produto final previsível, com poucas variações.

Se entendermos que sem o sujeito não há linguagem, ou seja, que ela não está pronta antes do uso, o sujeito pode ser compreendido como uma prerrogativa de linguagem (MARI, 1991). Sem ele a linguagem inexistente. Como cada sujeito vivencia experiências de significado distintas, os efeitos de sentido produzidos por seus discursos não podem ser previstos. Nunca se sabe o que o outro vai captar ou perceber. Os efeitos de sentido dependerão das condições de produção, circulação e consumo dos discursos (VERÓN, 1980).

Para Mari (1991, p. 8) o sujeito deve ser o interesse primeiro daqueles que pretendem lidar com a significação. A importância dessa categoria está no fato de ela assumir a questão da produção de sentido em linguagem de um modo não fixado, não previsível. Não se trata somente de um *emissor* ou de um *falante*. Não se trata de uma pessoa que pretende transmitir determinados fatos ou sentimentos da maneira mais clara possível, querendo diminuir o nível de redundâncias, para que o ouvinte tenha a compreensão global da mensagem. Mari (1991) acredita, dessa maneira, que o sentido não se assegura nem só no sistema linguístico, já que uma mesma frase pode ser entendida de diversas maneiras, nem somente em relação ao momento histórico. Assim, a significação proposta nunca é da ordem do previsível, do contextualmente determinado.

No ditado popular, exemplificado por Mari – “Nem tudo que reluz é ouro.” –, somente as palavras sublinhadas podem sofrer redecodificações, visto que a sintaxe é convencionalizada, bem como os elementos coesivos. E, no entanto, o ditado se abre para as utilizações as mais diversas, propondo efeitos de sentidos inesperados, conforme as intenções e o momento. Desta forma, segundo Mari (1991), o sujeito se constitui em três momentos:

- **Linguagem como condição:** o sujeito depende do sistema linguístico para se constituir em discurso. Assim, ele reproduz sim, o sistema (aprende uma língua), como também se confronta com ele. E a determinação do sistema é necessária, pois é por meio dela que o sujeito encontra suporte para se alicerçar.

“Reproduzir e confrontar-se com o sistema linguístico é de domínio de qualquer falante” (MARI, 1991, p. 19).

- **Condição para linguagem:** apesar de ser, de alguma forma, determinado pelas condições históricas e pelo sistema linguístico, existe um espaço onde o sujeito é ativo, autônomo. Desta forma, a linguagem não se apresenta como reprodução: um sujeito falando de um objeto. Ela se apresenta como reflexo: um sujeito elabora em linguagem o seu mundo visível e, também, o mundo possível.

“O sentido passa a construir uma realidade que nem sempre se presta a uma verificação factual” (MARI, 1991, p. 23).

- **Condição na linguagem:** o sujeito emerge segundo as condições históricas que articulam formações discursivas. Ele tem que “aceitar” e se “adequar”, até certo ponto, a essas formações, porque elas determinam o que pode e o que deve ser *dito*, mas o limite entre os dois polos é opaco.

“O sentido decorre, então, de percursos do signo em uma dada situação discursiva” (MARI, 1991, p. 49).

Nenhuma manifestação de linguagem ocorre sem *sujeito*, e a utilização da linguagem não pode ser vista fora da *produção de sentidos*.

Isso parece bastante óbvio.

Então por que o *sujeito* e o *sentido* são esquecidos quando fazemos análises linguísticas?

Aprofundando os conhecimentos sobre a noção de sujeito em linguagem

A concepção de sujeito em Wittgenstein

Para Wittgenstein, no seu livro *Investigações filosóficas* (1984), torno-me sujeito linguístico à medida que me aproprio dos sentidos já dados no mundo. Para esse autor, o sujeito é constituído em linguagem, mas não a partir de uma determinação absoluta. Desse modo, é a comunidade que constitui o sujeito. Este sujeito nunca está pronto, completo, porque não há a linguagem pronta. E ele não é uniforme, porque a linguagem é múltipla.

Nesse sentido, ainda que o sujeito seja uma elaboração coletiva, há na sociedade o espaço da diferença. Se a linguagem possui uma existência social, a subjetividade se constrói na interação com os membros da comunidade. Nessa relação, estabelecem-se reconhecimentos (e, nós diríamos, estranhezas), atribuições de competência, apropriação das formas de comunicação. No entanto, o sujeito vivencia experiências de significado. Essas experiências só fazem sentido dentro da linguagem, mas tratam-se de vivências particulares, ainda que o tipo de comunicação utilizado para expressá-las seja comum. Há um espaço para uma individualidade esboçante uma vez que cada qual percebe as interações de uma forma diferente, vivencia experiências de significados diferentes.

No entanto, o espaço para a individualidade se limita às diferenças e às experiências de significado possibilitadas pela pluralidade, pois a todo momento a linguagem realiza uma forte pressão sobre o sujeito. Isto porque, ainda que a experiência do significado seja individual, a sua constituição se dá a partir de uma *forma de vida*. É a partir desses significados já constituídos que entendemos até mesmo a nossa experiência mais particular de dor. A subjetividade é estruturada por esses significados socialmente arquitetados. O sujeito se faz a partir de lugares historicamente já constituídos, na medida em que ele se apropria e reage à linguagem. O método de Wittgenstein é justamente a busca das diferenças.

D'Oliveira, introdutor da obra de Wittgenstein (1984, p. XV) da Coleção Pensadores, assim apresenta as concepções do filósofo:

A linguagem – diz o “segundo Wittgenstein” – engendra ela mesma superstições das quais é preciso desfazer-se, e a filosofia deve ter como tarefa primordial o esclarecimento que permita neutralizar os efeitos enfeitiçadores da linguagem sobre o pensamento. O centro desse enfeitiçamento da linguagem sobre a inteligência encontra-se nas tentativas para se descobrir a essência da linguagem; é necessário, ao contrário, não querer descobrir o que supostamente esteja oculto sob a linguagem, mas abrir os olhos para ver e desvendar como ela funciona. A atitude metafísica deve ser substituída pela atitude prática.

O significado, portanto, resulta das formas de vida, contexto cultural que define as regras, as convenções. O significado não é constituído pelos indivíduos pensantes, ele é necessariamente intersubjetivo e extremamente variável. Para Wittgenstein, “o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem” (1984, p. 43).

Wittgenstein concebe a linguagem enquanto *jogos de linguagem*, ou seja, ela é dependente de regras convencionalizadas. Os jogos são praticamente automatizados, pouco racionais. No entanto, a linguagem é uma espécie de jogo em que algumas regras básicas estão colocadas pelo contexto social e outras tantas vão sendo constituídas durante o jogar. Tudo se passa num domínio estritamente contingente, via necessidade.

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando, talvez? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos de signo, palavras, frases. E essa pluralidade não é nada fixa, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem nascem e outros envelhecem e são esquecidos. (Uma imagem aproximada disto pode nos dar as modificações da matemática). O termo jogo de linguagem deve aqui salientar que o falar da linguagem

é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida (WITTGENSTEIN, 1984, p. 18).

A noção de jogo coloca a linguagem como uma prática, uma ação, um processo. Não há espaço para se conceber uma linguagem pronta quando se pensa a linguagem como processo de significação que se dá na interação.

As regras dos *jogos de linguagem* refletem características das *formas de vida*. Portanto, as regras podem ser, de alguma forma, posteriores às convenções. Além disso, o que importa no jogar não é puramente a regra, mas o modo de aplicação da regra.

Wittgenstein parte de um modelo contratual. As formas das nossas relações são contingentes, porém estabelecemos com nossos interlocutores um contrato. Desse modo, mesmo a partir de regras contingentes, a comunicação se efetiva. A força das regras é de caráter social, referente ao uso (sentido pragmático).

A linguagem é, portanto, um fato historicamente determinado, mas o significado é intersubjetivo, o que faz a linguagem ser algo vivo. A todo o momento novos jogos surgem e outros desaparecem. A linguagem é uma prática social concreta, é um modo de ação em contextos sociais concretos. Mas, ao mesmo tempo que ela é ato, é estruturadora dos sujeitos sociais, porque se constitui a partir de *formas de vida*. Desse modo, não se usa a linguagem como um instrumento, joga-se em linguagem.

O sujeito não pratica exclusivamente atos linguísticos; como dissemos anteriormente, ele se constitui à medida que se apropria da linguagem e a ela reage. Eu não me constituo falante me apropriando dos significados socialmente recorrentes, por exemplo, via dicionário. A constituição de sujeitos linguísticos exige uma complexidade muito maior, pois significa uma inserção nas regras propostas pelas *formas de vida*.

Wittgenstein estabelece assim uma cumplicidade entre linguagem e pensamento. A linguagem é estruturante do pensamento. Não se pensa antes e depois se escolhe o vocabulário adequado para a expressão desse pensamento. O meu próprio pensar já está imbuído de significados historicamente constituídos.

Dentro da perspectiva proposta por Wittgenstein, não se deve centrar no que está supostamente oculto à linguagem, e sim desvendar o seu funcionamento, conforme dissemos anteriormente. Contudo, ele não propõe uma abordagem da linguagem de um modo simplista e ingênuo; é necessário ter em mente a sua complexidade, como explica D'Oliveira nos comentários iniciais às *Investigações filosóficas* (1984, p. XV):

A linguagem [...] funciona em seus usos, não cabendo, portanto, indagar sobre os significados das palavras, mas sobre suas funções práticas. Estas são múltiplas e variadas, constituindo múltiplas linguagens que são verdadeiramente formas de vida. Em outros termos, poder-se-ia dizer que o correntemente chamado de linguagem é, na verdade, um conjunto de “jogos de linguagem”, entre os quais poderiam ser citados seus empregos para indagar, consolar, indignar-se, ou descrever. Wittgenstein compara os jogos de linguagem a ferramentas utilizadas pelo operário, que usa o martelo para martelar, o serrote para serrar, e assim por diante. Da mesma forma, não há, para Wittgenstein, uma única função comum das expressões da linguagem, nem mesmo algo que possa ser considerado como o jogo da linguagem. O que se pode dizer que existe são certas semelhanças, ou nas palavras do próprio Wittgenstein, certo “ar de família”, certos parentescos que se combinam, se entrecruzam, se permutam.

Wittgenstein recomenda o distanciamento crítico do jogador, como um olhar por cima, panoramicamente, como a postura ideal daquele que objetiva observar o funcionamento da linguagem.

Se ao filósofo basta propor-se a elaborar a experiência comum, ao linguista não basta. Este deve elaborar suas reflexões a partir de uma instância muito próxima ao funcionamento do sistema linguístico.

Não interessa para a semântica classificar os tipos de sujeito que se estabelecem em linguagem; interessa perceber o arranjo proposto ao código linguístico e a maneira pela qual a significação se processa.

Diferentes abordagens sobre o sujeito

A noção de sujeito tem sido utilizada, na atualidade, para contrapor-se ao racionalismo subjetivista que pressupunha um sujeito capaz de se apropriar do real por meio de um processo autônomo, individual.

Segundo Marcondes, no artigo “A crise dos paradigmas e o surgimento da modernidade” (1995), um dos grandes problemas do início da modernidade é o de estabelecer os fundamentos de uma ciência enquanto verdadeiro modelo explicativo do real, que formule teorias científicas verdadeiras, que, por sua vez, efetivamente constituam um conhecimento do real, revelem suas leis e expliquem seu funcionamento.

Porém, como estabelecer estes fundamentos da nova Ciência, onde encontrar as bases para estas teorias científicas? Não é mais possível recorrer à tradição clássica, ao saber adquirido, às instituições, uma vez que precisamente estes estão sendo questionados, já que as teorias que defendiam foram postas por terra. É, portanto, no próprio indivíduo, em sua natureza sensível e racional, que estes pensadores vão buscar os fundamentos para as novas teorias científicas. É com base na razão subjetiva que se construirá a nova concepção de conhecimento (MARCONDES, 1995, p. 19).

A crítica, a reflexão, o questionamento devem evitar que se repitam falhas na ciência. “A possibilidade da crítica pressupõe, contudo, a autonomia da consciência subjetiva bem como seu caráter originário. O modelo de conhecimento é, ele próprio, derivado da subjetividade” (1995, p. 20).

O objeto de conhecimento passa a ser visto como uma construção do próprio sujeito. É dentro dessa perspectiva que se inscrevem Descartes, Locke e Kant. Kant formula a noção de *sujeito transcendental*, aquele que contém as condições e possibilidades do conhecimento, jogando com a intuição pura, o entendimento e a capacidade de formular juízos.

Neste contexto, a linguagem não adquire grande importância, ela é pura *representação* do real. O que importa são as ideias e, para suportá-las, existiria uma linguagem.

Segundo Marcondes (1995, p. 25), no mesmo artigo, é Hegel quem introduz a crítica ao paradigma subjetivista ao questionar a filosofia kantiana. Contrapõe ao caráter originário da subjetividade a noção de uma consciência historicamente determinada, constituída e não mais originária. Para Hegel, o sujeito é resultado de um processo que envolve: *linguagem* – sistema simbólico herdado; *trabalho* – interação com o mundo natural através da produção dos meios de subsistência humana em suas várias formas históricas; *ação recíproca* – interação da consciência individual com outras consciências.

Na linguística, com base em uma perspectiva marxista, o livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, de Bakhtin/Volochinov (1988 [1929]), critica o subjetivismo individualista apontando para um sujeito histórico-social e para uma concepção de língua que não é abstrata e nem possui como fonte o ego. Segundo o autor, a língua se constitui na interação verbal. Bakhtin contrapõe-se a Saussure (1972 [1916]), que trata a língua como abstração e o sujeito como falante, articulador decisivo da linguagem.

Para Althusser (1970, p. 93), também marxista, “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”; deste modo, indivíduos concretos sofrem das ações das formações ideológicas presentes em qualquer sociedade e se transformam em sujeitos. Esses indivíduos passam a ter, então, a ilusão da subjetividade a partir da qual se reconhecem e são reconhecidos em sociedade. Esse sujeito constituído pela e para a ideologia aceita o seu assujeitamento, pois tem a impressão de que tudo é exatamente assim.

Althusser aponta, porém, para sujeitos não reconhecidos socialmente, os “maus sujeitos”, que, não caminhando de acordo com as coerções impostas pelas condições de produção, sofrem punições dos aparelhos repressivos do Estado. Portanto, apesar da extrema determinação apresentada por Althusser em sua teoria, esta acaba por apontar para as contradições presentes no próprio sujeito, ou para certa tensão na sua constituição.

Para muitos teóricos, como Pêcheux, foi Althusser quem formulou os fundamentos reais de uma teoria não subjetivista do sujeito. Baseando-se nessa perspectiva teórica, Pêcheux busca trabalhar essa questão dentro da linguagem e afirma que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com

a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 1988, p. 163).

No entanto, o sentido das palavras é dependente das condições de produção dos discursos. Deste modo, tanto o sujeito como o sentido são constituídos no discurso. Sob esse ponto de vista, nega-se um sujeito fundador da linguagem, detentor do significado, por uma concepção do sujeito constituído em linguagem.

Resumindo:

Em Wittgenstein (1984), o sujeito é muito mais decisório e articulador de significados, jogando com a linguagem de modo um tanto consciente. No entanto, ele é constituído em linguagem e esta possui um caráter puramente social. Em Althusser (1970) e Pêcheux (1988), o sujeito se apresenta com um nível muito maior de determinação, possuindo somente a ilusão de criação do seu discurso, sendo que toda escolha ou operação de seleção linguística se dá no interior de uma formação discursiva. Seria uma nova ilusão pensar que a escolha, a seleção, reflete o conhecimento objetivo que o sujeito tem da realidade. Na verdade, a amplitude do seu conhecer está calcada nas suas condições para a linguagem.

Em Wittgenstein (1984), o sujeito vivencia experiências de significados. Deste modo, há espaço para algum nível de individuação, na medida em que as experiências são diferenciadas.

Em Bakhtin (1988), o sentido se constitui no entrecruzamento entre os acentos contraditórios no interior de toda palavra. Como consequência, o discurso se tece polifonicamente, no entrecruzamento de várias vozes.

Em Pêcheux (1988), o sentido é fruto do jogo ideológico em que o discurso está inserido. As palavras tomam sentidos variados conforme a sua referência com relação às formações ideológicas nas quais se inscrevem.

Wittgenstein (1984) assume que há sentidos já dados, socialmente arquitetados em função daquilo que ele denomina *forma de vida*. Cabe ao sujeito se apropriar desses sentidos, jogando com as suas possibilidades.

O que importa aqui é firmar que o sujeito não é fonte geradora da significação, nem sequer é a sua fonte ordenadora, se considerado isoladamente, enquanto individualidade. Sem dúvida, faz diferença abordar

a significação sob quaisquer desses pontos de vista: dialogal (Bakhtin), inserida nas formações discursivas e ideológicas (Pêcheux), a partir dos jogos de linguagem (Wittgenstein), entre tantos outros.

Pretendemos ter demonstrado o que há de comum entre essas diversas abordagens, que é exatamente a inserção da linguagem na história, do sujeito na linguagem e do sentido nas condições de produção.

Sujeito e ideologia

Quando se diz que o sujeito é constituído em linguagem, o que se está dizendo é que não existe um indivíduo isento da força da sociedade. Esta delinea e limita até os desejos do sujeito. Nesse ponto encontramos o conceito de ideologia. Como vimos anteriormente, para Althusser (1970) os indivíduos são interpelados pela ideologia e tornam-se sujeitos.

Já Pêcheux (1988) percebe que essa transformação do indivíduo em sujeito ocorre à medida que o sujeito se identifica com uma formação discursiva (conjunto de princípios, de valores que regulam os discursos cabíveis, numa dada posição de classe e em função de algum objeto específico). Podemos falar da formação discursiva dos médicos alopatas como sendo diferente daquela dos médicos homeopatas. Essa diferença se dá porque cada grupo possui modos diferentes de conceber a doença, o indivíduo, o remédio, etc. Ou seja, podemos dizer que o que gera a nossa identificação com determinadas formações discursivas são nossos sistemas de valores e crenças, ou a nossa ideologia.

Mas o que significa ideologia?⁸

A origem do termo “ideologia” parece remontar a um determinado grupo de filósofos que, ao final do século XVIII, retoma e desenvolve algumas teses centrais dos enciclopedistas. Eles defendiam a liberdade de expressão. Por causa desses ideólogos, o conceito de ideologia “desig-

8 Sugerimos, como leitura complementar, o livro de José Luiz Fiorin, *Linguagem e ideologia* (2004).

nava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das ideias calcadas sobre o real” (CHAUI, 1984, p. 25).

Os ideólogos inicialmente apoiaram Napoleão Bonaparte, por acreditarem que ele assumia as ideias da Revolução Francesa. No entanto, mais tarde romperam com Napoleão e este passou a usar o termo “ideólogo” como aquele que vive num mundo especulativo, fazendo abstração da realidade. Esse conceito triunfou sobre o anterior e triunfa até hoje.

“A ideologia alemã” – texto que faz parte da obra completa de Marx e Engels, datado de 1845/1846, mas publicado em 1932 – anuncia a existência prática de um conceito de suma importância para estudos subsequentes, o conceito de “ideologia”. Para Marx, a ideologia possui uma ligação direta com as relações econômicas. Os indivíduos são impedidos de constatar a exploração do capital para que aceitem a sua submissão a ele.

Chaui (1984, p. 113) assim a define:

[...] a ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

Gramsci supera o conceito de ideologia como reflexo das bases econômicas. É o primeiro teórico a conceber a ideologia como “relação vivida”. Ao intelectual caberá analisar a organização e produção da ideologia enquanto prática específica. As relações que se estabelecem entre ideologia dominante e senso comum serão impelidas por contradições de classe e frequentemente afetadas por fatores como a linguagem, por exemplo. A verdade de uma ideologia é sua capacidade de mobilização política e sua realização histórica.

Félix Guattari, em vez de falar de ideologia, conceito que se vincula à esfera da representação, opta por falar em “produção de subjetividade”. Ou seja, o homem não possui uma natureza humana, mas fabricada, modelada.

Umberto Eco interessa-se pelo movimento contínuo pelo qual a informação redimensiona códigos e ideologias e se retraduz em novo código e nova ideologia. No livro *As formas do conteúdo* (1974), Eco reafirma a ideologia como “visão de mundo” que os falantes de uma dada sociedade compartilham, o que a constitui em “sistema semântico”. Interpretá-lo é interpretar parcialmente a sociedade.

Rossi-Landi, no livro *A linguagem como trabalho e como mercado* (1985), considera o caráter necessariamente ideológico do discurso, uma vez que todo discurso se localiza numa situação histórico-social determinada. Ou seja, segundo esse autor, só é possível pensar a partir de uma ideologia. Cada discurso apresentará, implícita ou explicitamente, um projeto social que lhe garanta o sentido.

Para Eni Orlandi em *Análise de discurso – princípios e procedimentos* (2003):

[...] as palavras não têm sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. [...] O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (2003, p. 43).

Para essa autora, a ideologia não é um conjunto de representações, uma visão de mundo ou ocultação da realidade. Ela atua sobre o imaginário, afetando os sistemas simbólicos, tais como a linguagem. Por isso Orlandi (2003, p. 49) fala que o sujeito “é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos”.

Ao assumir que a ideologia não é simplesmente um conjunto de valores como moral, nacionalismo, etc., essa autora está mais preocupada em descortinar o funcionamento da ideologia por meio da análise dos discursos. Para Orlandi (2003), a ideologia produz certo sentido, que entretanto aparece como dado, como natural, inerente às coisas ou às relações. Por isso ela diz que a ideologia atua no imaginário, colocando o sujeito em determinados lugares sociais e fazendo-os crer que eles sejam esses papéis, tais como médicos, mães, filhos, professores, líderes religiosos. Ao assumir tais papéis, o sujeito produz os discursos que a sociedade espera de alguém naquela posição e, assim, adéqua-se.

O sujeito vivencia experiências de significado

Por meio deste breve passeio por alguns autores, pudemos perceber que a categoria sujeito é um espaço que diz da complexidade da linguagem, porque envolve tanto as relações históricas e sociais quanto a própria constituição da linguagem.

O que estamos propondo é uma análise da linguagem em uso nas interações, observando-se as questões sociais e culturais que o arranjo do material linguístico propõe, privilegiando-se os efeitos de sentido. Desse modo, o enfoque recai tanto sobre o confronto que o sujeito estabelece com o sistema linguístico quanto sobre o confronto do sujeito com a história. Dentro da concepção aqui adotada, esse sujeito representa sempre um grupo, porque está imerso num sistema simbólico. No entanto, as pessoas possuem experiências de significado que vivem de modos particulares. Dessas vivências surgem traços de diferença. Estamos considerando, portanto, um *produtor de sentidos*, que pode ser um grupo, uma pessoa, uma coletividade, e que, porém, não possui consciência plena do processo de produção dos sentidos em linguagem, já que se trata de um processo complexo e pouco delimitável.

Não montamos palavras exclusivamente para verbalizar. Optar por determinadas estruturas significa optar por um lugar no mundo. Representa assumir posturas em linguagem. Desta forma, as partes constitutivas da linguagem, sua sintaxe, sua morfologia, que estruturam o sistema linguístico, não se encontram prontas ou fixadas. Somos nós (enquanto coletividade) que alicerçamos determinadas estruturas dentro das possibilidades, em função dos nossos desejos, dos nossos propósitos histórico-sociais, para nos colocar, marcar nosso espaço, nosso ponto de vista. Ao linguista cabe observar o funcionamento desses discursos, em cada um dos detalhes que os diferenciam dos demais, no jogo que propõem. A leitura das diferenças vai formando a rede que nos possibilita ler nuances do todo – o momento histórico, a sociedade, as comunidades.

Segundo Gnerre (1998, p. 19), “entender não é reconhecer um sentido invariável, mas ‘construir’ o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece”. O autor acrescenta que:

Nas sociedades complexas como as nossas é necessário um aparato de conhecimentos sócio-políticos relativamente amplo para poder ter um acesso qualquer à compreensão e, principalmente, à produção das mensagens de nível sócio-político (GNERRE, 1991, p. 21).

Diante dessas constatações, é de se supor que, para se formarem leitores atentos aos jogos da significação, se faz necessário formar cidadãos conscientes, atentos ao movimento histórico da sociedade. Neste sentido, a linguagem se instaura como suporte histórico, dentro de processos de significação dificilmente delimitáveis de modo apriorístico. Na verdade, o acontecimento linguístico precede o fato histórico. Hoje sabemos que o que tornou possível a prática militar do nazismo foi uma rede de significações que dizia ser o nazismo um nacionalismo (*natio* = nação). Isso em uma Alemanha que saía de uma guerra e estava em processo de reconstrução.

A linguagem enquanto “jogo de vários parceiros”, enquanto complexidade é manuseada com habilidade consciente por poucos. Mesmo os que reconhecem o momento histórico-social a partir do qual o texto foi produzido raramente estão despertos para o funcionamento da linguagem.

Em duas campanhas políticas de 1994, nas eleições para presidente da república, chama a atenção o *marketing*. O candidato Lula (Luís Inácio Lula da Silva) utiliza-se do *slogan* **Lula Brasil**, propondo um efeito nacionalista bem temporal, pois o país acabara de ter o seu time de futebol campeão na Copa do Mundo, e estávamos num momento de esfuziante nacionalismo, produzido pela imprensa nacional.

O *slogan* conseguiu o efeito imediato de tocar a emoção do brasileiro sem que este vinculasse, conscientemente, o *slogan* à Copa, pois nada nele dizia desse campeonato. O *slogan* aproveitava o efeito nacionalista produzido pela Copa, jogava com os sentimentos da época. O simples **Lula Brasil** já propunha um processo relacional pouco consciente, mas de efeito imediato: a simpatia.

Já o candidato Fernando Henrique Cardoso propôs o *slogan* **O Brasil na mão certa**, jogando com a polissemia da palavra *mão*. Em um só tempo os seguintes sentidos são articulados a partir da palavra *mão*, sem se explicitarem claramente: a que protege, guarda; direção compe-

tente (de um sociólogo, e não de um operário, como é o caso do outro candidato); mão direita (ou seja, uma opção que não é de esquerda); mão sem traumas ou defeitos (o outro candidato não possui um dedo).

Enfim, essa polissemia produziu o efeito de sentido de paternalismo, que veio bem a calhar com o imaginário social da maioria do povo brasileiro, de mentalidade colonialista, reconhecendo no Estado o guardião, o Pai, a Mão que o protege e conduz os seus rumos sem que ele possa, queira ou deva interferir. Mas, igualmente, esses efeitos de sentidos não passaram pelo consciente das pessoas nem seu jogo foi explicitado.

O candidato ganhador foi aquele da “mão certa”, pois, entre um “pai” e um “cara legal”, prefere-se o pai, evidentemente.

A linguagem, neste sentido, não se estrutura como um instrumento pronto. Ela se reconstrói constantemente nas inter-relações que vai alicerçando em espaços que estabelecem relações paradigmáticas (em ausência), a partir de relações sequenciais (sintagmáticas).

A partir dessa mesma perspectiva, Verón (1980) defende que não devemos observar nos discursos quem fala ou com que intenção elabora, mas *como diz e sobre que bases o fez*. Ou seja, é da forma que emerge a significação, ainda que o jogo seja com o momento histórico.

Segundo Mari (1991), os efeitos de sentido provocados pelas *bifurcações de leituras, refrações* ou mesmo *estabilizações de sentido* conduzem a dimensões referenciais distintas, que se devem considerar no momento da análise semântico-discursiva. Para o autor, os sujeitos estão sempre submersos na linguagem, camuflados nas formas padronizadas dos discursos, mas as marcas de seu grupo emergem nas articulações linguísticas que propõem, podendo emergir, também, alguns traços de experiências que diferenciam grupos, fazendo fluir diferentes marcas da memória discursiva.

Já que sabemos que não seremos quase nada
compreendidos, por que falamos?

Na verdade, promover significados em linguagem é significar as relações, os homens, sua história e seus desejos. É um modo de inter-relação, não se bastando em uma relação racional, pautada no significado ou conceito.

Teoria do signo e teoria da referência

“Isto significa que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época; não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade. [...] o objeto [...] existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações.”

Michel Foucault (2008, p. 49)

Neste capítulo, vamos tratar de duas teorias muito importantes para a semântica: a teoria do signo linguístico (de Ferdinand de Saussure) e a teoria da referência (atribuída a Frege, quando este levanta questões sobre a relação entre o sentido e o referente).

Essas duas teorias desdobram-se em várias outras, dentro das diversas correntes linguísticas. Todas elas, porém, trazem uma questão fundamental para essa área de estudos:

Qual a relação das palavras com as coisas?

Cada uma das teorias responderá a essa questão de uma forma diferente. Contudo, o que elas mantêm em comum é uma discussão sobre a significação. Afinal, *a relação entre as palavras e as coisas* é sempre intermediada pelos sentidos que atribuímos aos objetos reais/imaginários, aos sonhos, aos desejos, etc.

Iniciaremos abordando uma parte da teoria do signo linguístico, de Ferdinand de Saussure, porque ela influenciou sobremodo a linguística no Brasil, devido à base europeia recebida pelas ciências humanas neste país, a despeito de outras teorias sobre a linguagem. Logo a seguir, abordaremos as questões sobre a referência e o sentido, desde Frege até as abordagens mais discursivas sobre a relação signo *vs.* realidade. As considerações aqui tecidas são fundamentais para o capítulo 4, em que levantaremos questões sobre o ensino da semântica numa dimensão que pretende ir do signo ao discurso.

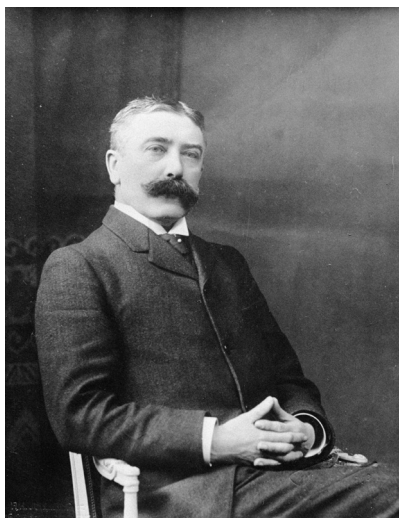


Figura 1: Ferdinand de Saussure.

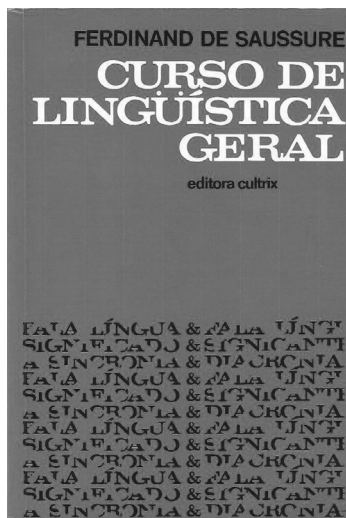


Figura 2: capa do livro
Curso de linguística geral.

A teoria do signo linguístico

No livro *Curso de linguística geral*, atribuído a Ferdinand de Saussure⁹, a língua é apresentada como uma máquina de funcionamento coerente e preciso. É uma postura estruturalista, porque vê a língua como um sistema, regido a partir de leis próprias. Por isso se diz que é com Saussure que se inaugura o estruturalismo em linguística.

Saussure postula, desse modo, uma perspectiva **sincrônica** de estudos da língua. *Sincronizar* é fazer com que os acontecimentos ocorram num mesmo tempo, simultaneamente. *Sincronia*, em linguística, significa estudar a língua tomada em um certo momento, sem recorrer à história.

O autor questionava a corrente historicista, em linguística, que percebia a língua não como estrutura, mas sim na relação imediata entre as palavras e as coisas. Segundo esse autor, para essa corrente a língua é uma listagem de nomes¹⁰.

No capítulo “Natureza do signo linguístico”, quando Saussure trata do signo, do significante e do significado, as seguintes críticas são apresentadas ao historicismo em linguagem:

1. Essa concepção supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras;
2. Ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica;
3. Ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, o que está bem longe da verdade.

Ao levantar essas críticas, Saussure está se opondo ao historicismo que via a língua como nomenclatura, prevendo uma relação direta entre o nome e o referente ou objeto de que se fala. Para Saussure a língua não é nomenclatura, e sim herança social, e se vincula às convenções sociais.

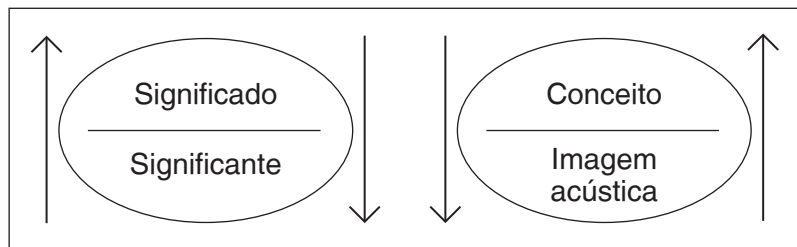
9 Diz-se que o *Curso de linguística geral* é atribuído a Saussure porque não foi escrito pelo próprio autor. É fruto de suas aulas, compiladas por dois alunos (Charles Bally e Albert Sechehaye) a partir dos cadernos de outros alunos.

10 Sugerimos a leitura de dois capítulos do livro *Curso de linguística geral*: “Natureza do signo linguístico” e “Imutabilidade e mutabilidade do signo” (Primeira parte: princípios gerais – capítulos I e II).

A concepção nominalista remonta ao livro *Crátilo* de Platão, para quem o ato de nomear é uma forma de expressar a essência da coisa nomeada, ou seja, existe um elo comum entre os nomes e as coisas que eles nomeiam. O acesso a essa essência primordial seria possível a partir do exame etimológico e da decomposição dos nomes em seus elementos primitivos. Por isso Platão buscava na linguagem a verdade, expressão da própria natureza das coisas. No *Crátilo* apresenta 140 etimologias de palavras. Sob essa perspectiva, pouco importa o que as palavras significam, e sim o que elas nomeiam (o que referenciam). O que está em jogo é a realidade, e não a linguagem. Pela linguagem se pretendia compreender melhor a realidade nomeada.

Já para Saussure não existe uma relação direta entre o objeto, de um lado, e a palavra que o nomeia, de outro. Essa relação é sempre intermediada por um sentido. Isso porque a linguagem, para Saussure, é de natureza psíquica.

O **signo linguístico** é, assim, uma entidade psíquica de duas facetas, o significante e o significado:



É importante observar essas setas, que indicam que não se pode separar, em nenhuma condição, o significante do significado; um só existe em função do outro.

Além disso, tanto o significado (conceito) como o significante (imagem acústica) são de natureza psíquica. Por isso, convém não confundir o significante com a forma da palavra. Ele representa a “imagem mental” que possuímos da palavra ou expressão.

Para ilustrar essa questão da natureza psíquica do signo linguístico, podemos imaginar uma situação de sala de aula.

O aluno diz:

— Olha, professor, tem uma “largatixa” na parede.

O professor corrige o aluno dizendo:

— Não se diz “largatixa”, e sim “lagartixa”.

Então o aluno retruca:

— Mas estou dizendo “largatixa”, do jeito que você falou.

Esse aluno não consegue assimilar a forma da palavra apresentada pelo professor, porque a forma mental que ele possui é “largatixa”. Essa ele adquiriu na sua comunidade de fala e a tendência é que ele continue falando assim.

Portanto, para Saussure, não existe uma relação direta do homem com uma flor, por exemplo, porque essa relação é intermediada por um signo linguístico e o que a pessoa consegue ver da flor é o que a sua comunidade entende por flor. Ou seja, o objeto já possui um conceito que vem com uma imagem acústica. Por isso, dificilmente flor vai ser objeto para comer ou algo perigoso, pelo menos segundo a concepção que possuímos de flor. E essa relação é sempre de natureza psíquica, o que pode levar as pessoas a não compreenderem exatamente o que o outro lhes diz, porque a imagem que cada qual possui do objeto é diferente.

Aqui exemplificamos com objetos concretos, mas imagine o que isso significa quando se pensa em palavras que denotam sentimentos ou crenças, como paz ou inferno, por exemplo. Cada pessoa ou comunidade terá um conceito diferente desses signos, os quais ainda são mutáveis conforme o momento histórico-social.

Ora, então, para Saussure, não possuímos uma relação direta com as coisas, o que faz com que nossa comunicação seja sempre frustrante, de algum modo. Isso também justifica as terapias que pretendem compreender o que significa “família”, “pai”, “ética” para os pacientes, ajudando-os a reconstituir conceitos e compreender melhor as concepções dos outros ao seu redor.

A teoria do signo linguístico, de Saussure, apresenta dois princípios básicos, tendo em vista a própria natureza do signo: a arbitrariedade e a linearidade do signo linguístico. Eles serão discutidos a seguir.

Primeiro princípio: a arbitrariedade do signo

A arbitrariedade do signo linguístico é um princípio básico da teoria do signo, proposta por Saussure, que diz ser arbitrário o laço que une o significante ao significado, no sentido de que o significado não mantém qualquer motivação essencial para se unir ao significante.

Arbitrário não quer dizer algo dependente da livre escolha, já que a língua existe a partir das convenções sociais.

Poderiam existir duas objeções ao princípio da arbitrariedade do signo linguístico: as *onomatopeias* e as *exclamações* (ou interjeições), porque elas são motivadas. Quando se diz “Au, au”, tenta-se imitar o latido dos cachorros. E, quando se exclama “Ai!”, a relação entre palavra e coisa é direta, já que é motivada pela dor.

Saussure argumenta, porém, que também as onomatopeias e as interjeições são arbitrárias, já que se diferem de língua para língua (imitação aproximativa). Para o autor, as onomatopeias e as exclamações são de importância secundária e sua origem simbólica é em parte contestável.

Contudo, se os signos motivados (motivação sonora: tic tac, au au, blá blá blá, etc.), tais como as onomatopeias, mantêm laços fônicos com o real, isso depõe contra a teoria dos signos que afirma ser o signo distante do real no sentido de imotivado? Todo signo linguístico é realmente imotivado?

Langaker, no livro *A linguagem e sua estrutura*, diz que:

A relação entre uma palavra e seu significado é, geralmente, muito arbitrária; é uma questão de convenção. Não existe nenhuma razão inerente para que os felinos sejam designados pela palavra *cat* em inglês, em vez de por qualquer outra palavra (LANGAKER, 1972, p. 31, grifos do autor).

Tanto é que em outras línguas *cat* se designa por outros nomes.

Nem a onomatopeia tem motivação exatamente com o som, já que em cada língua ela se difere. Por exemplo, o canto do galo: em inglês, *cock-a-doodle-doo*; em alemão, *kikerike*; em francês, *coquerico*. Uma ovelha em francês faz *be*; em inglês, *baa* (exemplos de Langaker).

Ou seja, a onomatopeia é uma tentativa de imitação de sons não linguísticos. E essa tentativa difere de lugar para lugar. Langaker ainda admite a possibilidade de simbolismo fonético, que também é variável de língua pra língua:

Há quem sustente, muitas vezes, que alguns sons são associados com certas idéias particulares ou dão determinado tipo de impressão. O som vocálico do inglês *heat*, por exemplo, simbolizado [i], é considerado como relacionado com a noção de leveza, brilho, ou falta de substância, pelo menos quando em contraste com [a]. Este último, em termos relativos, tende a dar a impressão de grandeza e poder (LANGAKER, 1972, p. 33).

Outros dois exemplos, do mesmo autor, de simbolismo fonético no inglês:

Hut [ʌ] – ocorre frequentemente em palavras que denotam peso, obtusidade ou sujeira: *dull* (abafado, nublado, tedioso, chato), *tub* (cuba, barril), *plug* (plugar, rolha, tampão), *gully* (valeta, rego), *bug* (inseto, perturbar, chatear), *mud* (lama, sujeira), *mug* (roubar, caneca), *slut* (prostituta), *club* (porrete), *junk* (droga, porcaria). São palavras que parecem possuir conotações negativas para os falantes do inglês. Mas *cut* (cortar) e *sun* (sol) fogem a essa noção. E nem *heavy* (peso) nem *filth* (sujeira) contêm a vogal [ʌ].

Hit [ɪ] – ocorre frequentemente com palavras inglesas cujos significados envolvem movimentos rápidos ou repetitivos, ausência de intensidade, ou pequenez: *flip* (atirar ao ar, salto mortal), *swish* (assobio, zunir, sibilar), *flit* (rodopiar, girar), *sip* (bebericar), *whisper* (sussurro, cochicho), *skin* (pele, casca, descascar), *whim* (súbito desejo, veneta, capricho), *kid* (brincar, criança), *click* (clicar, estalar), etc.

Em português é comum utilizarmos vogais abertas para xingamentos: babaca, panaca, caraca, entre outras. Porém é preciso, segundo o autor, não superestimar a importância desse simbolismo dos sons: afinal, não há simbolismo em todos os tipos de palavras. Tratam-se de relações associativas.

Como afirma Kristeva (1969, p. 29), recorrendo a Benveniste, não é a relação entre o significante e o significado que é arbitrária; essa relação é necessária. Arbitrária é a relação entre o signo e a realidade que ele nomeia, “ou por outras palavras, a relação do símbolo de linguagem na sua totalidade com o exterior real que ele simboliza”.

O mérito da teoria saussuriana é considerado justamente este, o de tratar a linguagem por ela mesma, isolando-a da sua relação direta com a realidade.

Segundo princípio: o caráter linear do signo

Outro princípio básico da teoria do signo é o caráter linear do signo linguístico. Mas o que sustenta o caráter linear do signo linguístico, já que ele é de natureza psíquica?

Para Saussure, é a relação que o significante mantém com a materialidade da linguagem, ou seja, a sequência fônica ou escrita, que diz da linearidade do signo linguístico. A sequência fônica é linear, ou seja, pensamos as palavras linearmente, por isso ela se materializa em sons.

Todavia, essa concepção é discutível, já que para Saussure o significante é uma entidade psíquica. Então, como estabelecer uma relação do psíquico com o temporal? Ou psíquico quer se referir somente a não motivado (imotivado), isto é, não possui uma relação direta com a realidade?

Essa discussão suscita uma reflexão interessante sobre o processamento mental. Afinal, como pensamos, em palavras, simbolicamente, esquematicamente, abstratamente ou linearmente? Ao que parece, todas essas formas são possíveis e as pessoas possuem mais tendência a uma que a outra. Há aqueles que precisam escrever ou falar, para pensar melhor. Já outros só estruturam as ideias esquematicamente. Outros, ainda, estabelecem uma relação simbólica quando pensam, não chegando a resumir essa percepção em palavras.

Ora, isso levaria a formas diferenciadas de se trabalhar, por exemplo, com a produção de textos. Há pessoas que se adaptam melhor com a elaboração prévia de esquemas que levem aos textos; outras só conseguem “escrever, escrevendo”, sem esquemas prévios. Os primeiros tenderiam a ser mais sintéticos, enquanto os outros mais analíticos. Desse modo, há pessoas que simbolizam mais do que significam as relações e as coisas. Por exemplo, para muitos “pai” é um símbolo, tal como o “Cristo”. Já quando lidamos com conceitos, inevitavelmente eles significam mais que simbolizam. Uma relação não exclui a outra, mas pode haver uma predominância de uma delas, conforme as pessoas processam a linguagem na sua relação com a realidade. Evidentemente, tratam-se, muitas vezes, de relações sociais, que estabelecem padrões cognitivos.

Por isso, para Saussure há uma diferença entre signo e símbolo, ou seja, para ele a linguagem não é simbólica.

Essa relação pode ser pensada a partir de conceitos como extensão, linearidade e arbitrariedade do signo e do símbolo.

	Extensão	Linearidade	Arbitrariedade
Signo	-	+	+
Símbolo	+	-	-

Pensando em símbolos visuais, tal como os símbolos de trânsito, esses possuiriam mais extensão do que os signos linguísticos, porém esses últimos possuiriam mais linearidade e seriam mais arbitrários em relação aos símbolos. Essa relação de linearidade, ligada à de arbitrariedade, propõe que o signo signifique articulando-se em partes mínimas. Ou seja, se no símbolo a forma liga-se a um conceito socialmente estabelecido, no caso do signo linguístico a forma liga-se a uma significação nem sempre estável. Quando alteramos a forma, alteramos o conceito, por exemplo: ralo e calo; Roma e amor; gato e pato, etc. Contudo, estabelece-se entre eles, além dessa relação sintagmática (relação entre os elementos), uma relação paradigmática (associativa) no processamento da significação: gato só é gato porque não é pato. A relação se estabelece na diferença, evocando tudo o que “não é”. Isto é, diferentemente dos símbolos, os signos linguísticos se dizem mutuamente, na medida em que evocam tudo o que não são e poderiam ser. E isso se dá devido à linearidade que os estruturam.

Imutabilidade e mutabilidade do signo

Neste subitem, discutiremos o capítulo II do *Curso de linguística geral*, atribuído a Ferdinand de Saussure. De forma aparentemente contraditória, nesse capítulo Saussure afirma que a língua é *Imutável* e também *Mutável*. O objetivo, aqui, é o de buscar compreender a aparente contradição presente nessa afirmativa.

Imutabilidade

Saussure afirma que: “A língua não pode, pois, equiparar-se a um contrato puro e simples [...]” (1972, p. 85).

Ele faz essa afirmação ao comentar que os contratos podem ser alterados, bem como as leis, mas a língua, apesar de ser um acordo firmado (sem consciência e mais por necessidade) pelos falantes, não permite essa alteração.

Para Saussure a língua é mais do que um *contrato*, ela é uma *instituição social*, tal como a família e a escola. Por isso ela é imune às interpeleções da comunidade.

Ele diz que se trata de uma instituição diferente das demais, pois os indivíduos, em larga medida, não têm consciência das leis da língua. Na verdade, eles nem sabem que ela é uma instituição de tanto ela se entranha na vida das pessoas. Já as leis que regem o funcionamento da sociedade são sempre questionadas, porque fazem parte de um código civil. A língua é aceita passivamente pelos falantes, na verdade nem é objeto de preocupação dos falantes. Isso porque o sistema linguístico é altamente complexo, mais do que qualquer outro sistema institucional.

Essas duas posturas, da língua como contrato e como instituição social, serão muito discutidas posteriormente a Saussure. São elas que fazem a ligação entre os estudos da linguagem e a sociologia (sociolinguística, sociointeracional).

Desse modo, o objetivo da linguística, para Saussure, é *estudar a vida normal e regular de um idioma já constituído*. Por isso opta, em sua teoria, pelo estudo da *langue* (língua como sistema), enquanto objeto de estudo da linguística. Já a *parole* (fala) só será estudada muito mais tarde, com o advento da corrente funcionalista em linguística.

Então, para Saussure, a língua é imutável, pelas seguintes razões:

a) porque possui caráter arbitrário (era de se supor que essa tese estivesse a favor da mutabilidade do signo, mas o fato é que, por não ser motivada, se a língua fosse mutável, as pessoas não conseguiriam se comunicar por meio dela);

b) porque existe uma quantidade inumerável de signos e assim não há como substituí-los;

c) devido ao seu caráter extremamente complexo. Mesmo quando gramáticos tentam modificar a língua, esbarram na sua complexidade;

d) o povo não pensa a língua (os indivíduos não possuem consciência sobre as leis da língua), por isso não pensariam em revoluções (mudanças radicais), nesse nível.

Mutabilidade

O princípio geral que rege a mutabilidade do signo linguístico é o *tempo*, porque ele altera todas as coisas. Mas não há como estabelecer que fatores ou necessidades desencadeiam as mudanças. Para Saussure a língua entra na circulação social e se torna posse de todos (aqui ele trata a língua do âmbito da fala): “Sejam quais forem os fatores de alteração, quer funcionem isoladamente ou combinados, levam sempre a um *deslocamento na relação entre o significado o significante*” (1972, p. 89, grifo do autor).

A aparente contradição entre o caráter mutável e o imutável do signo, os quais o autor aponta como simultâneos, se desfaz quando o autor apresenta o princípio da continuidade do signo. Esse princípio aparece como um fator derivado da determinação da língua enquanto sistema, em conjunto com os fatores da determinação histórica. Mas ainda assim as mudanças ocorrem, contudo, sem alterar o sistema como um todo. “Em última análise, os dois fatos são solidários: o signo está em condições de alterar-se porque se continua” (1972, p. 89).

Observa-se que o conceito de história, em Saussure, é pouco trabalhado, o que acarreta alterações na concepção de tempo. Assim, de um lado, o “tempo = determinação histórica” (língua como herança social) assegura a língua; de outro, o “tempo = passar dos anos” (língua como estrutura) a modifica. Sendo a língua uma estrutura, ela é capaz de se adaptar às condições sócio-históricas, o que não gera contradição entre os dois conceitos de língua anteriormente apresentados. A língua se modifica constantemente, sem se alterar enquanto estrutura organizada. A alteração nas partes não altera o todo.

Essa visão sistêmica da língua inaugura então o estruturalismo em linguagem, provocando uma revolução na concepção de língua.

Críticas à abordagem saussuriana do signo linguístico

A teoria do signo linguístico apresentada no *Curso de linguística geral* recebeu, no correr dos quase cem anos de sua existência, críticas contundentes. As mais recorrentes giram em torno do fato de essa teoria calcar a significação na relação significante-significado, ou seja, não existe significação fora dessa relação, ainda que um significante possa conter vários significados e um significado, vários significantes. As críticas giram em torno da

exclusão da enunciação do contexto comunicativo, ficando este dependente da compreensão do significado, o que faz do significado o soberano, já que é na busca da sua compreensão que deve ocorrer a comunicação.

[...] em estreita dependência com o isolamento da palavra como elemento de base da língua, a teoria do signo constrói-se sobre a dominância do *conceito* como interpretante matricial dos elementos de linguagem. Portanto, não há linguagem no exterior do *conceito* visto que o conceito enquanto *significado* constrói a própria estrutura do signo. A aceitação, até ao extremo, desta tese leva-nos a banir do domínio da linguagem tudo o que não é da ordem do conceito: o sonho, o inconsciente, a poesia, etc., ou pelo menos a reduzir a sua especificidade a um mesmo e único tipo de funcionamento conceptual. Conduz-nos a uma visão *normativa* do funcionamento significante, que não consegue abordar a multiplicidade das práticas significantes, isto quanto não as relega para uma patologia a reprimir. Certos linguistas, como Sapir, observam a este respeito que é inexacto confundir a linguagem com o pensamento conceptual tal como ele se exerce actualmente; Sapir chega mesmo a afirmar que a linguagem é antes de tudo uma função “extra-razional”, o que quer dizer que a sua matéria se oferece a práticas de diferenciação e de sistematização que não relevam forçosamente da razão do sujeito definido actualmente como um sujeito cartesiano (KRISTEVA, 1969, p. 28, grifos da autora).

Também o carácter arbitrário do signo assumido por essa teoria é questionado já que não convencionamos todo e qualquer arbitrário. O que pesa, sobretudo, na língua parece ser o seu carácter convencional, que conduz às práticas enunciativas. Nesse sentido, não se pode mais pensar em palavras isoladas quando se adota a convenção como a base da língua, pois ela articula modos de dizer de comunidades que traduzem formas de significar as realidades. Muitos são os linguistas que, apesar de admitirem o princípio da arbitrariedade, demonstram que, em muitos casos, em todos os níveis da língua, ela é motivada.

O conceito de tempo, presente na obra em questão, também re-

cebeu críticas contundentes, pois, no capítulo “Imutabilidade e mutabilidade do signo”, se admite que o tempo altera a língua, porque altera todas as coisas. Nesse contexto, “tempo” é compreendido como o passar dos anos, como tempo cronológico. No entanto, o *Curso* de Saussure propõe como objeto de estudo da linguística “estudar a vida normal e regular de um idioma já constituído” (SAUSSURE, 1972, p. 87). Como se pode perceber, a língua é vista como herança social e, nesse sentido, o “tempo” aparece como fator de determinação histórica. Portanto, apesar de colocar a língua como instituição social, essa obra não a entende como acontecimento histórico-social e, nesse sentido, os significados já estariam assegurados de antemão, ainda que passíveis de variações próprias do signo, que muda sem alterar o sistema. O que se apresenta, portanto, é uma língua relativamente estável, a partir da dominância do conceito, como dito anteriormente.

Aplicando os conceitos

Agora vamos aplicar na análise de um conto os conceitos saussurianos abordados até aqui. Esse exercício foi proposto pelo professor Hugo Mari em uma de suas aulas e o reproduzo aqui, porque ainda parece ser o melhor texto para discutir os conceitos saussurianos de signo linguístico, pressupondo uma condição de enunciação concreta. Os exercícios propostos nos permitem analisar o texto como um todo ou em suas partes, na medida em que se pode responder questão por questão ou propor um texto de análise.

O conto “Menina”, de Ivan Ângelo, evidencia o processo de aquisição da linguagem, o que aponta para questões de significação numa língua natural, tais como:

- a) o predomínio do significante sobre o significado;
- b) a língua como instituição social;
- c) o deslocamento na relação entre o significante e o significado;
- d) a passagem da denotação para a conotação ou a condição conotativa da linguagem;
- e) a relação sentido e referente quando da construção do referente “pai”.

A seguir, temos o conto, que será posteriormente analisado na íntegra, em cada um dos aspectos acima levantados.

Menina

“Oh, ela sabia cada vez mais.”

Clarice Lispector

Assentar-se, contar até um número e esperar agudamente um acontecimento importante, era seu exercício mais despido de maldade. Havia outros, menos intensos: gritar “ah” de olhos fechados e, abrindo-os, esperar que tudo houvesse desaparecido; colocar a mão molhada na testa e sentir a propagação do sangue frio pelo corpo; imóvel e muda, obrigar a fruteira de cristal brilhante a estilhaçar-se no chão com a força do pensamento; passar sem comer um dia inteiro para preocupar a mãe e ouvir deliciada: “Ana Lúcia, você me mata!”

Entretanto, esperar que algo importante acontecesse dava-lhe um segundo de vida intenso do qual ela saía sempre um pouco mais velha, e apressava a respiração, como um cansaço ou um beijo de Guilherme em Nilza. Horas depois, ou no dia seguinte, quando ouvia as pessoas grandes conversarem graves um fato recente, dizia-se, plena de poder, ela mesma perplexa ante suas possibilidades: “Eu, eu. Fui eu que fiz”.

Achava péssimo ir à escola, a professora era horrível. As coisas de que mais gostava: pensar sem ninguém perto, brincar de santa, dormir, comer doce. Bom mesmo era fazer nada, nem pensar, mas isso só às vezes ela conseguia, e era impossível gozar o momento, sempre passado. Pois quando o sentia, ele já acabara: ela começara a pensar. Gozar aquilo na mesma hora seria morrer? – perturbava-se ela com pensamento, cada vez sabendo mais.

Sim, cada vez sabendo mais. Sempre lhe parecera um mistério ela não ter pai. Ela, que podia tanta coisa, afinava-se embaraçada de não conseguir dizer “papai” do modo de Tita ou Nina. Era a única coisa que faziam melhor que ela, dizer “papai”. A diferença talvez

só ela percebesse, sutil. Toda pessoa tem que ter um pai, dizia-se. Sentia que pai era algo parecido com mãe ou roupas: tem-se sempre. Tita e Nina sabiam que aquela era uma vantagem:

— Quede seu pai, Ana Lúcia?

— Está viajando – disseram-lhe isso ou ela inventara? Ah, cada vez sabia mais, sempre mais.

Guilherme e Nilza não se beijavam quando a mãe estava presente. Se ela chegava eles perdiam o ar ansioso, os gestos rápidos (via tudo da janela do quarto), sua respiração tornava-se sossegada, pareciam dois amigos de mãos dadas. Beijar devia ser proibido. Ou pecado. (Sabia mais, sempre mais.)

— Ana Lúcia, seu pai ainda está viajando?

— Está.

— Mentirosa! Sua mãe é desquitada.

Sentiu-se impotente ante a palavra desconhecida. Uma coisa nova, que não se podia saber de que lado olhar para possuí-la toda ou a parte mais bela. Desquitada. Jamais perguntaria a Tita, era uma alegria que não lhe daria. Ficou uns instantes sem saber como sair ilesa da nova armadilha. Tita corada e brilhante de prazer na sua frente.

— E o que é que tem isso?

Tita desmontou como um quebra-cabeça. Ana Lúcia balançara o tabuleiro. Jamais teria medo de Tita, ela sempre dependia das coisas, de um gesto, de uma palavra como desquitada ou parto. Desquitada. Passou dias tentando solucionar sozinha. Seria algo como bonita? Não, não parecia. Flor? Flor parecia. Orquídeas, rosas, sempre-vivas, desquitadas... Parecia. “Mentirosa! Sua mãe é desquitada! Não era flor. Tita dissera como quem diz o quê? O quê? O quê? Sem-vergonha. Sim!, como quem diz sem-vergonha: olhando de frente e esperando um tapa.

Nesses dias amou a mãe com excessiva força, amou-a até sentir lágrimas, defendendo-a contra a palavra bruta: desquitada, sem-vergonha. Pensava a palavra de leve, com receio de ferir a mãe. Experimentava, baixinho, torná-la mais suave, molhando-a de lágrimas e amor: desquitadinha, sem-vergonhinha. Mas a palavra agredia, sempre feria.

Sentada no chão, picando retalhinhos de pano com a tesoura, amava a mãe intensamente, enquanto ela costurava, rápida, bonita mesmo, com aqueles alfinetes na boca. Chegava alguém para provar vestidos, a mãe mandava-a sair. Era feio ver gente grande mudar de roupa – a mãe dizia. Saía contrariada por deixá-la exposta à palavra, em perigo. Abria-se a porta, ela entrava de novo, amando, amando.

Estava cansada; só por isso duvidou de si, subitamente um dia a tomar leite para dormir: desquitada podia não ser como sem-vergonha! Pura, respirando fundo e observando-se, ela seguia pronta para novas descobertas. Deixou que a nova ideia se acalmasse. Em breve adormecia.

No dia seguinte recomeçou. Mais uma vez preocupava-se com a palavra, agora não nova, mas mistério, sombra. Não se arriscava a dar um palpite, havia o perigo de outro engano.

A professora velha e feia protegia-se atrás da mesa da visão completa das alunas. Ao terminar a aula perguntava:

— Alguém deseja saber alguma coisa?

Ana Lúcia acendeu-se emocionada. Por que não a professora? Talvez ela fosse boa, talvez dissesse sem raiva o que era desquitada. Levantou-se tímida, insegura. Já de pé, desistiu: – não perguntou, quero sentar-me; ela é má, eu sei; não pergunto.

— O que é? – a voz da professora era mansa, mas fria, fria. Não pergunto, dizia-se.

— O que é? – a voz insistia.

As meninas riam, insuportáveis. Helenice e seus dentes enormes impossibilitando tudo. Ana Lúcia sentiu que ia chorar. Estar perto da mãe era o que mais desejava.

— Sente-se – ordenou a professora irritada.

A máquina de costura avançava decidida sobre o pano. Que bonita que a mãe era, com os alfinetes na boca. Gostava de olhá-la calada, estudando seus gestos, enquanto recortava retalhos de pano com a tesoura.

Interrompia às vezes seu trabalho, era quando a mãe precisava da tesoura. Admirava o jeito decidido da mãe cortar pano, não hesitava nunca, nem errava. A mãe sabia tanto! Saberia que Tita chamava-a de... Como quem diz... (tentava evitar pensar as palavras, mas sabia

que na mesma hora da tentativa tinha-as pensado. Oh, tudo era tão difícil!). A mãe saberia o que ela queria perguntar-lhe intensamente agora quase com fome depressa antes de morrer, tanto que não se conteve e

— Mamãe o que é desquitada? – atirou rápida com uma voz sem timbre.

Tudo ficou suspenso, se alguém gritasse o mundo acabava ou Deus aparecia – sentia Ana Lúcia. Era muito forte aquele instante, forte demais para uma menina, a mãe parada com a tesoura no ar, tudo sem solução podendo desabar a qualquer pensamento, a máquina avançando desgovernada sobre o vestido de seda brilhante espalhando luz luz luz.

A mãe reconstruiu as coisas em sua exatidão com uma voz maravilhosa e um riso:

— Eu precisava mesmo explicar a situação. Mas você é tão pequena!

Olhou a filha com carinho, procurando o jeito mais hábil. Achou que não devia dizer tudo. Sabia como.

— Desquitada é quando o marido vai embora e a mulher fica cuidando dos filhos.

Pronto, libertara-se – sentiu Ana Lúcia. Desquitada, desquitada, desquitada – repetia sem medo. Não precisava saber mais. Sentia-se completa e nova. Alegrou-se por não precisar amar com aquela força de antes. Sendo apenas uma menina podia cansar-se e então o que seria da mãe? Bom, que desquitada não insultasse. Bom mesmo, deixava-a livre para pensar e não pensar, coisa tão difícil que...

— Marido é o pai? – ocorreu-lhe de súbito. A mãe sorriu e confirmou.

(Tita sabia dizer “papai” porque a mãe não era desquitada – ia Ana Lúcia aprendendo, descobrindo.)

Havia muita coisa em que pensar naquela conversa. Por exemplo: o que ela chama de marido é o que eu chamo de pai. Essa é uma diferença entre mãe e filha.

Ela sabia cada vez mais.

Ivan Ângelo (1984)

Análise semântica do conto “Menina”

O domínio das convenções é apreendido com o domínio da língua como convenção. E não apreender o universo cultural significa sofrer, angustiar-se, como aconteceu com a personagem:

Mais uma vez preocupava-se com a palavra, agora não nova, mas mistério, sombra. Não se arriscava a dar um palpite, havia perigo de outro engano...

A instituição do signo linguístico *desquitada* ocorre paralelamente à instituição da família, para a personagem do texto em estudo. Conhecer a significação da palavra *desquitada* é o mesmo que reconhecer como deve ser uma família no contexto cultural do texto.

Assim, Ana Lúcia recebe um significante – *desquitada* –, mas recusa-se a contemplar nele o significado proposto pragmaticamente no diálogo com Tita.

Saussure, no *Curso de linguística geral*, afirma que o signo linguístico só existe na relação significante-significado. Quando adquirimos um significante sem o significado, essa “imagem psíquica ou imagem acústica” – significante – se esvai das nossas lembranças com muita facilidade, porque não chega a existir de fato como signo linguístico. Por exemplo, se ouvimos a hipotética palavra “hicanano”, dificilmente conseguiríamos retê-la na memória, porque não a compreendemos e muito menos saberemos utilizá-la. Portanto, Ana Lúcia recebe sim um significado para *desquitada*, ainda que o negue; esse foi um significado pragmaticamente sugerido: *sem-vergonha*. Como ela o nega, por ver na mãe uma doçura, ela vai em busca de outro significado.

Com o signo ainda flutuante, a menina vai em busca de outros significados, já que, pela expressão de Tita, ela sente que o significado sugerido fere a mãe. Contudo, recai naqueles sentidos prováveis a partir do que deixa transparecer Tita; o sentido pragmático do termo: *mulher sozinha* e, o pior, *sem-vergonha*.

desquitada

bonita, flor, mentirosa, sem-vergonha, mulher sozinha

Em um primeiro momento, Ana Lúcia trabalha sobre o próprio sistema linguístico tentando encontrar um significado para a palavra via motivação, a partir de estruturas sintáticas possíveis à palavra:

*Orquídeas, rosas, sempre-vivas, desquitadas...
... desquitadinha, sem-vergonhinha.*

Mas a menina já tinha certa ciência do funcionamento do sistema linguístico, ainda que de modo pouco consciente. Por isso ela percebe que não basta inventar um significado possível. Segundo Saussure, mesmo que busquemos separadamente um significante ou um significado, “somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar” (SAUSSURE, 1972, p. 80).

Há, pois, nesse conto, o predomínio do significante, porque o significado ainda não estava fixo, estabelecido, pelo menos para a menina. Mas, apesar da pouca idade, Ana Lúcia já sabia que o signo linguístico é institucionalizado e que uma palavra deve significar para existir na sociedade.

Desquitada. Passou dias tentando solucionar sozinha. Seria algo como bonita? Não, não parecia. Flor? Flor parecia. Orquídeas, rosas, sempre-vivas, desquitadas... Parecia. “Mentirosa! Sua mãe é desquitada! Não era flor. Tita dissera como quem diz o quê? O quê? O quê? Sem-vergonha. Sim!, como quem diz sem-vergonha: olhando de frente e esperando um tapa.

Deter o conhecimento das palavras e saber manipulá-las de acordo com as convenções sociais advoga poderes, como acontece com Tita, colega de sala de Ana Lúcia. Intuitivamente, Ana Lúcia percebe essa imposição do poder pelo conhecimento do universo cultural e pensa:

Jamais teria medo de Tita, ela sempre dependia das coisas, de um gesto, de uma palavra como desquitada ou parto.

O significado da palavra *desquitada* se apresenta flutuante para a menina. Ela procura o significado e encontra um *sentido* que é atribuído pela sua mãe. Por meio da passagem da denotação para a conotação, a palavra é definida como sendo:

[...] é quando o marido vai embora e deixa a mulher cuidando dos filhos.

A palavra desquitada não é definida pelo seu significado jurídico: “separação de corpos e bens dos cônjuges, sem quebra do vínculo matrimonial” (HOUAISS; VILLAR, 2009). A mãe aplica a ela um sentido conotativo muito próprio das suas vivências. Contudo, o próprio significado atribuído a desquitada, pragmaticamente, por Tita – *sem-vergonha* – e apreendido por Ana Lúcia é também da ordem do conotativo. Ou seja, durante todo o texto o significado de desquitada é sempre conotativo. Não ocorreria o mesmo com as outras palavras da língua? Não seria a língua necessariamente metafórica, sendo a sua base a conotação?

Roland Barthes afirma que o futuro pertence a uma Linguística da conotação. Ao que parece ele tinha razão.

Todavia, o futuro sem dúvida pertence a uma Linguística da conotação, pois a sociedade desenvolve incessantemente, a partir de um sistema primeiro que lhe fornece a linguagem humana, sistema de segundos sentidos e essa elaboração, ora ostentada, ora mascarada, racionalizada, toca muito de perto uma verdadeira Antropologia Histórica (BARTHES, 2006, p. 96).

Essa citação de Barthes retrata perfeitamente o que ocorre no conto em análise. É curioso observar que o significado jurídico da palavra desquitada, que pode ser considerado o seu significado básico (denotativo), não é utilizado pela sociedade. Na verdade, a sociedade retratada no conto entende desquitada como *sem-vergonha*.

Até o final do século XX, uma moça, filha de mãe desquitada, era preterida socialmente, já que a mãe era vista como “sem-vergonha”. Os pais não deixavam as filhas brincarem com meninas filhas de desquitadas, e as mulheres nessa condição não arranjavam empregos com facilidade, recorrendo à costura para sobreviver e criar os filhos sozinha, já que as pensões alimentícias não eram exigidas.

Portanto, ao ir em busca da palavra desquitada, Ana Lúcia depara-se com o peso da língua como instituição social, impondo-se à menina.

A partir de um sistema de referências da mãe, Ana Lúcia descobre o que é “pai”. Estava explicado por que, apesar de ter pai, Ana Lúcia tinha dificuldades com a palavra “papai”.

São duas expressões utilizadas para dizer do referente “pai”, o qual recebe dois sentidos: com relação à mãe é o *marido* e com relação à filha, o *pai*. Como Ana Lúcia não possui esse referente, ela conclui:

Toda pessoa tem que ter um pai, dizia-se. Sentia que pai era algo parecido com mãe ou roupas: tem-se sempre. Tita e Nina sabiam que aquela era uma vantagem

Desse modo, Ana Lúcia vivencia o peso da palavra “desquitada”, na medida em que galga os patamares da produção de sentido em sua complexidade, deparando-se, como consequência, com a falta de referência do que seja “pai”.

A seguir apresentamos um pouco mais da teoria saussuriana do signo linguístico, chegando ao conceito fundamental de “valor linguístico”.

Saussure e a questão da referência

É apontada como o grande mérito da teoria de Saussure, no *Curso de linguística geral* (CLG), a exclusão do referente (elemento da realidade concreta, aquilo de que se fala) da linguagem. Ou seja, não se buscava mais a verdade da linguagem, assumindo a sua existência em si e por si. Rompe-se, assim, com a tradição da semiótica ocidental de se estudar a relação tríade: sujeito-linguagem-referente.

Dentro da concepção arquitetada no CLG sobre o signo linguístico, tanto o significado (conceito) como o significante (imagem acústica) possuem natureza psíquica. Assim, para o Saussure do *Curso*, a linguagem não aponta para a realidade, mas para processos históricos de construção de representações, passados de geração a geração. A língua é, deste modo, uma instituição social que se impõe aos indivíduos desde que nascem. E as nossas relações referenciais são relações internas a um grupo social, e não relações direcionadas para uma realidade objetiva. O sistema linguístico fala mais alto que a vontade dos falantes. Aprendemos a linguagem via conceitos que se ligam a imagens formais das palavras. Os

signos instituem, assim, o que chamamos de realidade.

Contudo, em 1996 foram encontrados os manuscritos de Saussure, que são os rascunhos que resultariam em um livro de linguística geral. Uma parte deles foi organizada por Simon Bouquet e lançada no Brasil em 2004 com o nome de *Escritos de linguística geral*.

Nos *Escritos* de Saussure, o signo é apresentado não a partir do sistema dual (significante-significado), mas na sua diferença com outros signos, e só se percebe a sua significação na relação com o que ele não significa. Dentro dessa concepção o signo é forma e significação, sendo que uma forma é relativa a uma significação e uma significação a uma forma, e isso em relação a outras formas e a outras significações também. Assim, os signos não estão prontos na língua, eles existem na relação com outros signos.

Sob essa perspectiva, continua-se a isolar o referente da linguagem e importa pouco a relação referencial, mas pesa menos a língua como instituição, como herança social que calca nela os significados. Estes passam a se fazer na relação com outros signos, no movimento mesmo da linguagem.

Poderíamos supor que o Saussure dos *Escritos* já assume a língua no âmbito da sua realização e assim o sistema de referenciação seria um arquitetar constante dentro das práticas de linguagem. No entanto, essa concepção de signo ali presente está calcada na de *valor linguístico*, na ideia de língua como sistema, e aponta para relações discursivas de trocas. Isso porque os valores se definem pelas suas diferenças. Há signos intercambiáveis entre si, outros não, e o seu valor é um valor dentro do sistema semiológico da língua. Segundo o próprio Saussure do *Curso* (1972, p. 129): “Todavia, malgrado a importância capital das unidades, seria preferível abordar o problema pelo aspecto do valor, que é, a nosso ver, seu aspecto primordial”.

Também nos *Escritos*, a relação da linguagem com a realidade apresenta-se fortuita, pois se estabelece na relação entre signos, dentro de um sistema de trocas. Os signos se constroem, assim, na sua negatividade: A só é A porque não é B.

Isso significa que a organização sistêmica da língua estrutura as

suas possibilidades, mas as realidades propostas pela linguagem se definem não conceitualmente, e sim reciprocamente. Isso aponta para uma linguística da fala ou do discurso. Nas palavras do próprio Saussure (2004, p. 273):

A linguística, eu ousou dizer, é vasta. Particularmente, ela comporta duas partes: uma que é mais próxima da *língua*, depósito passivo, outra que é mais próxima da *fala*, força ativa e verdadeira origem dos fenômenos que se percebem em seguida, pouco a pouco, na outra metade da linguagem.

Na verdade, essas concepções já se encontravam no *Curso de linguística geral*, quando passamos da noção de valor para a de signo, e não o inverso, tal como fora organizado pelos compiladores. Segundo Bouquet (2009, p. 168):

A divergência mais acentuada entre o *Curso* e os textos originais concerne ao próprio fundamento da epistemologia saussuriana: o objeto da linguística. De fato, a famosa frase final do *Curso*, “a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma”, não corresponde a nenhum enunciado de Saussure, nem em suas aulas, nem em seus escritos.

Diante desses apontamentos, acreditamos que hoje há muito o que se estudar sobre as concepções de referência em Saussure.

Aqueles que buscam um método de interpretação de discursos poderiam argumentar: mas não existe significação fora da relação do significante com o significado e, portanto, resta ao analista interpretar essa relação no contexto imediato, ou seja, o texto em análise. Contudo, já Saussure (1972) apresentava a complexidade dessa relação, primeiramente ao deslocá-la da materialidade linguística e transportá-la para os processos mentais. Coloca, desse modo, o signo como uma entidade psíquica de duas faces: significante (imagem acústica) e significado (imagem conceitual). Ou seja, a realidade não

existe senão para os indivíduos que a significam, já que o processo de significação passa pelo deslocamento da relação da linguagem com a realidade. Não se trata de um processo individual de produção de significados – porque a língua, em Saussure, é herança social –, mas de um processo pouco assegurado de antemão.

Saussure fala ainda dos deslocamentos inerentes a essa relação significante-significado, pois um significante pode gerar inúmeros significados e um significado pode caber em mais de um significante, dependendo do contexto histórico-social em que os discursos se situam, o que gera as conotações, as polissemias, as metáforas, etc.

O autor trabalha o conceito de “valor linguístico”, estando os signos na dependência dos valores de troca e valores de uso, os quais são socialmente estruturados e, por sua vez, estruturantes das relações sociais. Se, por um lado, em Saussure a língua possui uma faceta estritamente individual, já que se articula em indivíduos independentes, por outro ela é vista em estrita relação com a história coletiva, fazendo-se e refazendo-se segundo os processos históricos que estruturam as sociedades.

Teorias da referência

Sempre que, em linguagem, nos remetemos a algo externo a ela, algo que se encontra na realidade concreta, estamos no âmbito da referência. Nesses casos, o nosso referente pode ser um objeto, uma pessoa ou algum acontecimento. Mesmo quando falamos sobre sentimentos ou objetos imaginários, estamos ainda no âmbito da referência.

A referência é um dos grandes temas da história da semântica e, mais especialmente, da filosofia da linguagem. Os estudiosos dessas áreas do conhecimento debatiam-se sobre a linguagem como nomeação do real, em oposição à tese da linguagem como convenção social.

Interessa-nos, para essa discussão, enfocar a abordagem discursiva da referência, para a qual o processo de convenção se insere nas questões de organização e sustentação das comunidades de linguagem e estabelece relações de poder e de força. Sob essa perspectiva, convém observar o movimento de construção e transformação dos sentidos. A construção de um conceito de referência discursiva permite-nos uma melhor leitura das possibilidades referenciais da linguagem enquanto modos difusos de comportamento dos sentidos.

Discussões sobre os modos pelos quais a linguagem referencia a realidade advêm dos primórdios dos estudos sobre a linguagem, encontrando-se mesmo em Platão, quando este propõe o debate sobre a natureza da linguagem: seria ela natural ou convencional? Outra importante referência sobre essa questão, agora mais centrada no funcionamento da linguagem, é *Sobre o sentido e a referência*, de Frege, datado de 1892, que é considerado o texto marco dessa discussão.

No Ocidente, essa questão caminhou de modo tradicional via tríade semiótica, em que se distinguem sujeito-linguagem-referente/representação. Ou seja, entre o sujeito e a realidade (ou objeto com o qual ele deseja estabelecer alguma relação), está a linguagem.

Após Saussure, passou-se a considerar que essa relação não é tão objetiva como se poderia supor, já que em linguagem a realidade é refratada. Tal como a luz que ao passar por um vidro se refrata, não atingindo as coisas diretamente, assim acontece nessa relação do sujeito com o objeto, o sujeito vê o objeto pela “parede” da linguagem; antes disso, o objeto não existe para ele de modo significativo, mas pela linguagem o objeto perde a sua característica natural e passa a ter uma existência convencionalizada socialmente.

É consenso nas teorias que discutem a linguagem que ela não aponta para os objetos, referenciando-os, já que via linguagem os objetos adquirem significação. Além disso, objetos deixam de existir e outros passam a existir, conforme o momento histórico-social. Não só as coisas presentes no mundo físico são objetos de discurso, mas também os desejos, os sentimentos, os objetos imaginários, entre outros, possuem realidade em linguagem.

Ora, se ocorre a significação da realidade via linguagem, então o que se interpõe de fato entre a relação sujeito *vs.* objeto são os *sentidos*. Isso nos leva a acreditar que o sujeito não entra em relação direta com a realidade, pois essa relação é sempre intermediada pela linguagem, com tudo o que ela carrega de convenção, de concepções e até de história.

Além disso, o momento histórico-social parece articular os discursos possíveis de uma sociedade e de uma época. Afinal, o próprio sujeito se constitui como tal, em linguagem, já que é um ser social.

Desse modo, não é a linguagem enquanto sistema que interdita a relação direta entre o sujeito e a realidade, mas sim essa relação complexa que o sistema linguístico mantém com a história e com os sujeitos. O que resulta dessa relação entre o sistema linguístico, a história e os sujeitos é o sentido. Este se apresenta como algo errático, flutuante, adaptável, reorganizável, instável.

O sentido não deixa que a relação entre o sujeito e o objeto seja de natureza puramente referencial, direta, marcando exclusivamente as propriedades desses objetos. Por isso, sob o ponto de vista aqui adotado, o objeto de estudos da semântica deve ser o *sentido* e não o *significado*, já que este é relativamente mais estável, dentro de uma sociedade, indo até mesmo para os dicionários. É verdade que os significados nos dão a ilusão da referência, mas essa ilusão logo se dissolve diante de um olhar um pouco mais atento sobre o funcionamento dos discursos.

Frege e a questão da referência

Frege (1892) foi o primeiro a discutir a questão da referência pela via do sentido. Tendo por base uma perspectiva filosófica de discussão da linguagem, a sua preocupação era com a busca da verdade.

Ao estudar essa relação entre linguagem e realidade, esse filósofo entendia que de um lado está o sujeito (falante) e do outro lado, o objeto (referente – *aquilo de que se fala e que possui uma existência objetiva*). Mas do lado dos objetos estão os sinais, que são resultantes das representações dos sujeitos sobre os objetos. Para Frege a representação possui, portanto, uma natureza subjetiva. Ainda ao lado dos objetos estão as referências, que para o autor são as *impressões de natureza objetiva na relação sujeito vs. objeto*. Portanto, o sujeito possui sinais para indicar os objetos, mas esses sinais são resultantes tanto das representações que esse sujeito possui desses objetos quanto das referências, suas impressões sensoriais sobre esses objetos. Desse modo, os sinais, ou seja, a linguagem que se utiliza para referenciar não é tão objetiva assim.

Além disso, Frege percebia que entre a representação e a referência está o sentido, que para ele são *modos de apresentação do objeto*. O sentido não é resultante nem da representação e nem da referência, mas está no meio das duas.

representações – *sentido* – referências

Então, mesmo que o sujeito queira referenciar objetivamente a realidade, ele dependerá das representações. Caso ele queira ser mais subjetivo, para se fazer compreender ele terá ainda os sentidos e as referências ao estabelecer sinais que digam desse objeto.

Os sentidos não são resultantes, portanto, nem exclusivamente das representações e nem prioritariamente das referências. Para Frege, o sentido surge naturalmente intermediando essa relação entre a representação e a referência a fim de garantir a compreensão do que se diz. Afinal, se falássemos somente a partir das nossas impressões subjetivas (representação), não nos compreenderíamos. Por outro lado, se nos comunicássemos somente descrevendo objetos (referências), caracterizando-os, eles não fariam sentido para nós porque não participariam de uma representação social. Portanto, o sentido surge quase que naturalmente, possibilitando-nos transitar entre o objetivo e o possível, dentro da linguagem.

Sendo fluante, instável, dependente do momento para constituir um modo de apresentação dos objetos reais ou imaginários, por vezes o sentido pende mais para o polo da representação, ou seja, segundo Frege, o polo mais subjetivo. Outras vezes, pende mais para o polo da referência, sendo mais objetivo, portanto. Isso vai depender das circunstâncias em que a comunicação se articula, suas condições e intenções.

Cabe ao analista da linguagem observar, portanto, os sinais dentro dessa complexidade que os constitui, sendo o sentido o que pesaria, sobretudo, nessa articulação da linguagem com as realidades possíveis.

Desse modo, não se pode dizer que, segundo Frege, o sujeito res-signifique os objetos segundo as suas intenções pessoais. Não se pode negar, porém, que em linguagem significamos as nossas realidades. Essa significação parte tanto das condições de representação dos objetos quanto das suas condições de referenciação.

Referência discursiva

Tomando por base a discursividade como modo de ser da linguagem, interessa-nos aqui, sobretudo, pensar a relação do sentido como propulsor das relações de referênciação.

Segundo Cardoso (2003, p. 139), “os sentidos de um discurso somente se tornam viáveis pela história, pela formação de uma memória enquanto condição do legível”. Os sentidos não surgem como um adendo do léxico, a sua contraparte conceitual. Eles se estabelecem enquanto modos de ser da linguagem, na história e como condição dos sujeitos.

No entanto, os sujeitos possuem uma **ilusão referencial** que os faz supor que exista uma relação direta entre linguagem e realidade. É como se houvesse formas absolutas do dizer apontando a linguagem diretamente para a realidade. Ora, se assim fosse, seríamos sempre inteiramente compreendidos, o que não ocorre de fato. Além disso, essa concepção pressupõe que o pensamento seja separado da linguagem, já que a função da linguagem seria prioritariamente referencial. Essa concepção pressupõe, também, sujeitos isentos do processo social da linguagem, ou seja, a linguagem aparece como natural, e não como uma convenção, algo compartilhado sócio-historicamente.

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. Por isso é inútil, do ponto de vista discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse “X” (ilusão da entrevista *in loco*). O que sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentido estão ali presentificados (ORLANDI, 2003, p. 32).

Portanto, a relação referencial é construída a partir de redes de sentidos possíveis, e não por condições aparentes de referencialidades marcadas pela realidade objetiva ou por um sujeito autônomo que pensa e utiliza a linguagem, instrumentalmente, para transmitir o que pensa.

Tendo em vista a perspectiva da discursividade da linguagem, não poderíamos considerar o sujeito como simples indivíduo, autônomo em relação à linguagem e sem qualquer dependência desta para elaborar as suas concepções. Dissemos que o sujeito se constitui em linguagem, e nada mais. Agora podemos inferir que ele não é em si uma individualidade, mas muito mais uma complexidade. Sujeito aqui não é o falante, não articula a linguagem pela fala, ao contrário, ele não é “fora da linguagem” e “fora da história”, já que é um sujeito social. Também não se sabe se é ele quem fala, quando se articula em linguagem, ou “se falam” por meio dele outros sujeitos, os lugares comuns, a sociedade, seus amigos, seus pais, seus professores, etc. Enfim, como afirma Kristeva (1969), é preciso saber quem fala quando eu falo e que me implica totalmente em cada som que enuncio, em cada palavra que escrevo.

Quando falamos de história, não estamos pensando em uma sequência de acontecimentos no tempo, e sim na própria construção dos acontecimentos no discurso. Sem história não há linguagem e não há sujeito, porque é na história que eles se constituem e não em si. Desse modo, a história é constituidora das realidades possíveis e estrutura em si as relações que propulsionam os sentidos, afinal, os discursos são marcados historicamente. É ela que os arquiteta, e não a vontade de um sujeito autônomo. É nela que se inscreve a memória. É na história que os dizeres se arquivam como possibilidades ou são subsumidos enquanto realidades. Os saberes aí se inscrevem assim como todas as organizações sociais e políticas.

Partindo da constatação de que a história não se constitui por si mesma, mas nos homens, de que ela se faz num movimento, numa direção que não possui um sentido *a priori*, tendo a contradição como condição mesma desse movimento, e de que é nesse movimento que o próprio homem se constitui, então se pode dizer que por si mesma a história não existe. Ora, então como a linguística pode compreender o seu objeto, a língua, já que ela se faz na história?

Segundo Henry (1994, p. 51):

É bem verdade que é ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há “fato” ou “evento” histórico que não

faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso.

Isso nos leva a entender por que, para as teorias da enunciação, cada ato enunciativo constitui um acontecimento único, ainda que seja uma frase repetida. Isso significa que a enunciação não se instala em um tempo-espaço estabelecido na realidade imediata. A enunciação em si é história e requer uma interpretação para se constituir. Ela não se faz por si mesma, mas nos homens, na sua relação.

O sistema linguístico também não está isento da história e do sujeito. Ele se tece na comunidade e depende das condições históricas dessa comunidade para se estruturar. Poderíamos dizer que ele é o mais determinista de todos os elementos estruturantes do sentido, contudo ele permite a conotação, a metonímia, a polissemia e tantos outros processos por meio dos quais o sentido se renova. Além disso, para a linguagem significar algo, ela depende das condições histórico-sociais. E para se renovar também, pois o sistema deve garantir a compreensão da linguagem por todos os envolvidos.

Não há, portanto, como separar sujeito, história e linguagem, já que um só existe em função do outro. O resultante dessa articulação são os sentidos. E para adentrar a proposta de discussão da referência discursiva aqui apontada, é necessário pensar essa relação a fim de considerar o modo mesmo de construção dos discursos.

O conceito de “referência discursiva” considera que, ao nos referirmos, não apontamos para a realidade, mas para relações internas de uma comunidade de linguagem. Desse modo, criamos elos de dependência de grupo e, por conseguinte, transitamos por relações de poder ou nos submetendo ou questionando os suportes interdiscursivos dessas dependências. Evidentemente, as relações referenciais criam mundos próprios e é por meio desses “mundos possíveis” que temos acesso ao que chamamos de realidade. Mas esses “mundos possíveis” não podem ser discerníveis senão pelas suas relações. Eles não existem em si, mas como um sistema complexo que organiza sujeitos e discursos. Os indivíduos também são estruturados a partir dessas relações, tornando-se sujeitos.

Segundo Foucault (1987, p. 161):

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder [...]. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Desse modo, o aparecimento, a transformação, a dispersão, o reaparecimento, a aceitação e a rejeição de objetos no discurso estão intimamente ligados ao momento histórico-social e transitam por relações de poder e força que estabelecem o que pode e o que deve ser dito dentro de uma conjuntura específica.

Essas relações estabelecem-se em linguagem e estruturam organizações sintáticas, morfológicas, fonológicas, semânticas e pragmáticas específicas. Ou seja, a estrutura linguística ao mesmo tempo organiza e possibilita as relações, em conjunto com os sujeitos e a história. Não estamos aqui considerando uma determinação absoluta da estrutura linguística e social sobre os discursos, e sim uma relação de contradição que estabelece jogos de força que possibilitam o dizer e constrói sujeitos e desejos.

Sob essa perspectiva, essas construções linguísticas parecem, então, marcadamente organizadas, não sendo casual o seu aparecimento, pois emergem a partir de uma ordem discursiva específica. Entendemos, enfim, que a língua oferece condições para a construção e reconstrução de sentidos e que, como efeito, produz diversas possibilidades de percepção do que chamamos de realidade.

O sentido se estabelece, então, nesse tripé entre sujeito, sistema linguístico e história, sendo que essa é uma relação em teia dinâmica, sempre rearticulada, que possibilita a nossa inserção no que chamamos de realidade. Ou seja, a realidade enquanto concretude está mais distante das possibilidades de representação do que se pensa.

Segundo Wittgenstein (1984), até a experiência mais básica de dor é possibilitada pela linguagem, ou seja, até os nossos sentidos básicos

se influenciam pelas nossas possibilidades historicamente arquitetadas em linguagem. Se assim não fosse, sujeito e linguagem não se confundiriam. Como não há sujeito fora da linguagem, esta determina mesmo as possibilidades de existência para nós daquilo que experimentamos.

Neste sentido, a representação resulta das possibilidades determinadas pelas condições instauradas pelo sentido. Mas, sob essa perspectiva, o sentido se apresenta como altamente determinista, impondo as possibilidades do sujeito na sua relação com a realidade.

Segundo Mari (2005, p. 98):

[...] o determinismo, numa língua natural, é da ordem do necessário, é uma imposição de qualquer sistema linguístico sobre seus usuários (a gramática fala mais alto que o desejo dos falantes), mas o rompimento com esse determinismo é da ordem do possível, portanto, uma hipótese de ação a ser colocada para os falantes.

Por ser uma condição dos sentidos, esse tripé (sujeito-sentido-história) aponta para uma dinamicidade que não soa como coerção e sim como possibilidades infinitas dentro da constante articulação que os sentidos propõem.

No entanto, compensa questionar o que seria de fato a realidade. Na verdade, sob esse prisma teríamos que falar de uma infinidade de realidades, que se articulam pelos sentidos enquanto possibilidades, e não de um sistema de representações calcado nas condições sociais dos sujeitos e da linguagem. O que aparentemente garante a comunicação necessária apresenta-se como relativamente estável: o sistema linguístico, as condições histórico-sociais e as possibilidades de relações historicamente construídas. Porém, quando observados na sua interligação que os atualiza constantemente, esses três fatores determinantes para a interação em linguagem apontam para uma dinamicidade que aparentemente impossibilitaria qualquer interação. É o que acontece, por exemplo, quando observamos a dinâmica da oralidade.

Portanto, dentro dessas possibilidades infinitas que os sentidos apresentam, em função da dinâmica da sua articulação em linguagem, o que se pode supor é que a comunicação esteja muito mais interditada do que seja gratuita. Afinal, como nos diz Mari (2008, p. 28): “O mesmo discurso que revela esconde, o mesmo que aglutina desagrega, o mesmo que esclarece

aliena”. Ou seja, estamos numa condição de não comunicação na medida em que, ao mesmo tempo que um falante articula seu discurso a partir da sua condição de leitura, o seu interlocutor pode estar em outro modo de articulação das possibilidades do sentido proposto, tendo em vista as suas próprias condições de leitura. Se as realidades são múltiplas, como garantir a compreensão entre os sujeitos, enquanto falantes de uma língua?

Neste momento, necessitamos de outro conceito para compreender essa relação que se estabelece em linguagem, o conceito de *referenciação*, agora também ele retomado pelo prisma da discursividade.

Referenciação

A linguística moderna vem observando que a linguagem não aponta, necessariamente, para algo que está fora dela, representando esse objeto. Os objetos são construídos no discurso por um *processo de referenciação* linguística que se organiza a partir de estratégias muito específicas¹¹. Trata-se, portanto, de objetos de discurso alicerçados em processos cognitivos e mantidos socialmente. Isso impede a criação assistemática e obscura que levaria à não comunicação.

A *referenciação* é, portanto, um modo de organização dos discursos que pode ser observado na linguagem, na sua materialidade, mas que se articula dentro de condições históricas específicas. A realidade não é negada, mas desmistificada na sua influência sobre a linguagem, pois o que se entende por representação não é mais a ideia de uma palavra que se coloca no lugar de algo ou alguém representando-o, mas sim um processo mental de estruturação de *objetos de discursos*, os quais fazem parte de uma época e de um modo de organização sócio-histórico.

Hoje já não se pode discutir a questão da referência em linguagem sem passar pelo conceito de referenciação, pois cabe à linguística considerar a organização material dos discursos que cria e manter os objetos de discurso.

No entanto, para muitas teorias que lidam com a referenciação, essa organização linguística não afeta a realidade e não é por ela afetada, ou

11 Para conhecer essa teoria chamada aqui de pragmática, recomendamos o texto de Mondada e Dubois, “Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação” (2003).

seja, mantém-se uma relação causal com a realidade que é considerada estável e preexistente, não afetando os sujeitos que se constituem como falantes. Tudo se passaria por meio de um processo cognitivo pouco explicado, como se a mente dos falantes fosse o foco das representações. Além disso, as condições históricas que possibilitam a construção de objetos de discursos são vistas como fatos sociais e tudo se processa porque a linguagem é entendida como interação social.

Ao referir-se a essa perspectiva pragmaticista da referencialização, Araújo afirma:

Para eles, há um PROCESSO DE REFERENCIALIZAÇÃO e não a pura e simples referência. Uma teoria da referência, tal como a entende *grosso modo* a teoria causal, acarreta os inconvenientes que vimos apontando, dentre eles, a suposição de uma estabilidade no mundo dos fatos, de um lado, e um sujeito de outro lado, cuja mente é o *locus* de representações (ARAÚJO, 2004, p. 206, grifo da autora).

Trata-se de uma perspectiva pragmática, mas não exatamente enunciativa, pois a história não aparece como fator fundante nem da linguagem e nem dos sujeitos que nela se articulam.

Com o advento da enunciação, a referência foi reintegrada enquanto um valor legítimo da linguística, como parte integrante da enunciação, mas [...] a enunciação foi pensada como ato de um sujeito locutor, fora das coordenadas históricas do discurso, o que acabou por comprometer o conceito de referência adotado (CARDOSO, 2003, p. 132).

Ora, os objetos de discurso não são em si, mas em função dos discursos em que se articulam, pois, como afirma Cardoso (2003, p. 139), “os sentidos de um discurso somente se tornam viáveis pela história, pela formação de uma memória enquanto condição do legível”. Os sentidos não surgem como um adendo do léxico, a sua contraparte conceitual; eles se estabelecem enquanto modos de ser da linguagem, na história e como condição dos sujeitos.

A referenciação é, assim, uma forma de organização dos discursos que pode ser observado na linguagem, mas que se articula a partir de condições históricas específicas e dos sujeitos que nela se constituem. Portanto, a referenciação engendra em cada discurso um modo de ser e o organiza segundo acordos específicos que instauram as possibilidades do dizer. Para compreendê-la, precisamos observar a organização dos elementos envolvidos nos discursos que estruturam um sistema, uma organização própria.

Dessa maneira, não basta identificar os modos de criação e recriação de objetos de discurso, é preciso identificar as possibilidades desses objetos nas *práticas discursivas*.

Podemos pensar, como exemplo, o discurso sobre a doença realizado por um médico alopata em oposição ao mesmo tema abordado por um médico homeopata. Eles organizarão seu discurso em função de suas compreensões sobre doença e, desse modo, cada qual criará uma relação referencial própria, o que gera uma organização discursiva específica de cada área. Há, portanto, em cada um dos discursos, processos referenciais muito específicos. Para uns as doenças podem ser entendidas como reflexos de uma realidade mais complexa, para outros, como uma mera questão biológica conjuntural.

O sentido não está anexado ao léxico, mas é determinado pelo jogo sócio-histórico que possibilita o dizer. Por isso o sentido está mais em função das posições que os sujeitos ocupam nos discursos – seja no momento da sua produção, seja no do seu reconhecimento – do que em função da sua relação referencial ou, mais precisamente, de uma intencionalidade referencial.

Portanto, para as teorias da enunciação, a referência se constitui dentro de uma prática discursiva estando diretamente dependente do sentido para organizar as coordenadas do dizer.

Foucault (2007, p. 136) afirma:

Finalmente, o que se chama “prática discursiva” pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases

gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Partindo, então, da teoria Saussuriana de signo linguístico, passando pela teoria da referência de Frege e chegando à questão da referência, o que percebemos é que o que chamamos de realidade é realmente muito relativo. Além disso, o sentido emerge dessas teorias como mais dependente dos sujeitos e do momento sócio-histórico do que propriamente de uma intencionalidade referencial. Ele não está ligado ao léxico, assim como a linguagem não nomeia a realidade.

Do signo ao discurso

“Eta, língua desgranida!
Alfonsín não entende nada:
Porta é maior que portão
Pois não quer dizer que sim
Pois sim quer dizer que não
Mas se Sir Ney diz que sim
E Pires dita que não
Alfonsín entende tudo:
Farda é mais que fardão”
Millôr Fernandes

Com base na perspectiva da produção do sentido, anteriormente abordada, observaremos agora alguns processos de significação. Desse modo, vamos iniciar com questões exclusivamente lexicais: as *conotações*, os *campos semânticos*, as *sinonímias*, as *antonímias*, as *polissemias*, as *homonímias* e as *hiponímias*. Logo depois vamos abordar as chamadas “figuras de linguagem”: as *metáforas* e as *metonímias*. Passaremos, na sequência, para os processos argumentativos advindos das *ambiguidades*, das *paráfrases*, das *pressuposições* e dos *subentendidos*.

Entendemos que esses são assuntos abordados em salas de aula de ensino fundamental e médio, por isso a importância que adquirem neste livro sobre semântica e ensino. Evidentemente os processos de significação em uma língua natural são vastos e muitos outros poderiam ser aqui discutidos, mas, observando esses selecionados, poderemos obter

uma base para discutir os demais, porque, afinal, pretendemos sair da palavra em direção ao discurso.

Nossa intenção é fundamentar no futuro professor de língua portuguesa um olhar sobre o movimento dos sentidos em linguagem.

Fugiremos das definições estanques, calcadas na noção de desvio ou uso particular de algumas palavras em situações especiais e buscaremos evidenciar que, em uso, as palavras adquirem novos sentidos, a todo o momento.

Por isso evitaremos a concepção de “figura de palavra”, “figura de linguagem” ou “tropo”, conforme as abordagens encontradas nas gramáticas normativas. “Tropo” significa, justamente, o emprego de uma palavra em sentido figurado, especial, diferenciado do uso normal. E “figura de palavra”, segundo Nicola e Infante (1992, p. 441), “consiste na substituição de uma palavra por outra, isto é, no emprego figurado, simbólico, de uma palavra por outra”. Difere-se das figuras de construção e das figuras de pensamento; ora, uma *metáfora* não só depende da substituição de palavras (figura de palavras), mas também das construções em que aparecem (figuras de construção), e, muitas vezes, requerem reflexão (figuras de pensamento) para serem compreendidas. Portanto, entendemos que essas classificações são limitadas na compreensão do movimento dos sentidos em linguagem.

A concepção de figuras de linguagem advém da tradição aristotélica que trata o texto poético como texto alegórico e busca nele as marcas dessas alegorias. Ou seja, as *metáforas* e *metonímias*, nessa concepção, são percebidas como sendo um uso fortuito da palavra, um uso especial que provoca um efeito de sentido inesperado, fora do normal, figurado, portanto. Hoje os linguistas, a partir dos estudos cognitivistas, tendem a reconhecer que a *metáfora* é a base da linguagem; que a linguagem é essencialmente metafórica.

Ao compreender as *metáforas* e *metonímias* como processos de significação, o professor poderá tratá-las não como substituição de palavras e sim como uma construção de linguagem própria do uso cotidiano, que cria e recria os signos. Por isso, buscaremos enfocar todos esses proces-

so de significação a partir de uma concepção enunciativa, ou seja, da linguagem colocada em uma condição de enunciação e não somente da palavra abordada por si mesma.

Nosso intuito é o de treinar no aluno um olhar sobre o movimento dos sentidos nos discursos, em vez de observar palavras isoladas. Tendo em vista a formação do professor de língua portuguesa, separaremos os processos de significação para que sejam compreendidos em suas estratégias específicas. Contudo, na linguagem em uso percebemos, por exemplo, que junto das *metonímias* ocorrem as *metáforas*, as *polissemias*, as *conotações*, os *campos semânticos*, as *hiponímias*, etc. Evidentemente muitos processos de significação embasam outros ou ocorrem de modo concomitante, porém concordamos com Jakobson (2000, p. 56), para quem “uma observação atenta mostra que, sob a influência dos modelos culturais, da personalidade e do estilo verbal, ora um, ora outro processo goza de preferência”.

Ao focar determinada estratégia de significação, como a *ambiguidade*, pode-se observar que para ser construída ela se utiliza das *conotações*, das *hiponímias*, das *homonímias*, etc. Entendemos que, ao olhar um processo de significação separadamente, no caso, a *ambiguidade*, o professor aprofunda discussões sobre seu uso. Com isso evita a atitude simplista de só identificar ambiguidades, passando a observar a produtividade delas, conforme o discurso em que aparecem, tal como as piadas e charges e o seu uso problemático em textos informativos. Podem-se observar, então, os tipos de ambiguidades que mais aparecem em determinados discursos. E, quando elas desaparecem, nos textos de propagandas, por exemplo, quais seriam os motivos? Sugerimos, portanto, que cada um dos fatores de significação aqui abordados sejam trabalhados separadamente, em sala de aula, ainda que se completem. Além disso, pensamos que é fundamental colocá-los em uma situação de uso.

Também os alunos dos cursos de letras deveriam ser levados a produzir polissemias, metáforas, metonímias, ambiguidades, paráfrases, etc. a fim de que, por sua vez, despertassem seus alunos no jogo dos sentidos.

Essa perspectiva de ensino tem o privilégio de incluir o aluno como leitor-produtor de textos e discursos e de inseri-lo no jogo da linguagem, nas suas artimanhas. Sob a perspectiva dos estudos gramaticais, o aluno era relegado às regras e à identificação de “figuras de linguagem”. Ele era excluído do processo mesmo da sua produção e permanecia como leitor medíocre, sofrendo da linguagem e, o que é pior, mantendo em si o imaginário de que a utilização “correta” e “bela” da linguagem é coisa de poucos. Esse aluno só estuda fatores semânticos, então, para poder compreender o que lhe dizem. Ele terá dificuldades em se ver jogando com esses elementos para produzir sentidos sempre novos. Está excluído social e culturalmente da linguagem e, por conseguinte, da cultura, mas pronto para ser um leitor passivo, bem como um cidadão que não questiona, resumindo-se a consumir; facilmente manipulado, portanto. É esse o aluno que queremos formar?

Consideramos difícil, para o professor, assumir esse lugar da linguagem que estamos propondo, formando cidadãos inquietos e atentos ao movimento da linguagem na sociedade. Isso significa abandonar uma concepção de ensino focada no significado, no sentido acorrentado pelo dicionário. Ao assumir que a linguagem se constitui no uso, estamos propondo uma concepção dinâmica de construção de realidades, pautada nas interações, nas trocas cotidianas.

A prática cotidiana desse tipo de trabalho com a linguagem pode trazer enorme prazer para professores e alunos. Afinal, os sentidos falam dos homens, das suas organizações e trazem para as aulas a singularidade das comunidades de fala.

Denotação e conotação

Na maior parte da literatura voltada para o ensino de línguas, a *denotação* é colocada em oposição à *conotação*¹².

Em uma busca na internet, na primeira entrada indicada, encontramos as seguintes definições:

12 Uma boa abordagem sobre esse tema pode ser encontrada no livro didático *Para entender o texto*, de Platão e Fiorin (2007).

Denotação: É o uso do signo em seu sentido real, ou seja, o uso da palavra em seu sentido original.

Conotação: É o uso do signo em sentido figurado, simbólico, ou seja, o uso da palavra, dando-lhe outro significado, que não o original; um sentido figurado (CATARINO, 2014, grifos nossos).

Diante desses conceitos, perguntamos:

Qual o sentido real, original, de uma palavra?

O “sentido real” de uma palavra seria o sentido dado pelo dicionário? Mas nele as palavras não possuem um sentido único. Observemos, por exemplo, o significado da palavra “cabo”, que possui pelo menos quatro significados reconhecidos:

1. [Geo.] Ponta de terra que avança pelo mar adentro. *O **cabo** do Seixas é o ponto mais ocidental do Brasil.*
2. Parte ou extremidade de um objeto ou instrumento, por onde se agarra ou maneja. *O **cabo** daquela enxada era muito rústico e pesado.*
3. Pode significar: fim, termo. *“Ao **cabo** de um instante, voltou-se, encarando comigo.”(Coelho Neto)*
4. Graduação acima de soldado. ***Cabo** fala: - Tome posição de sentido soldado, quando falar comigo! (DICCIONÁRIO INFORMAL, 2006-2017).*

Qual seria então, o sentido “real”, “original”, da palavra *cabo*?

Ninguém nega que haja um sentido consensual para um grupo específico, conforme a situação de uso da língua. E isso ocorre com várias

palavras da língua de uso cotidiano, por exemplo a palavra “carteira”. Há múltiplos significados para tal termo, a ponto de não sabermos qual o primeiro: carteira de dinheiro; de sentar, de banco, de identidade, imobiliária, etc. No conto “Menina”, trabalhado no capítulo anterior, o conceito da palavra “desquitada” não é conhecido, já que se trata de uma palavra de uso jurídico. O que é dado como conhecido, no conto, é o uso conotativo do termo, que correspondia a “sem-vergonha”. Na época retratada no conto, década de 1970, esse parecia ser o sentido consensual do termo.

Já a conotação é definida como sendo um “sentido figurado” da palavra, um sentido “simbólico”. Ora, então a conotação é tratada como um uso especial da palavra. Mas, se pensarmos em algumas palavras da língua, como a acima mencionada, “desquitada”, ou a palavra “chato” (piolho do púbis), perceberemos que é comum o uso segundo da palavra, e não o seu sentido primeiro. Isso ocorre com muitas outras palavras da língua, por exemplo a palavra “estrela”, que é utilizada para se referir a planetas.

Quando pensamos na linguagem em uso, observamos que os sentidos atribuídos às palavras são flutuantes. No uso cotidiano, a palavra “corda”, por exemplo, adquire conotações variadas como “dar corda” (estimular), “corda bamba” (situação difícil), “tá com a corda no pescoço” (alguém está pressionando a pessoa), entre outros usos.

Se levantarmos nomes de partes do corpo, tais como cabeça, mão, cotovelo, pés, olhos, etc., e os observarmos no uso cotidiano, veremos o quanto são usados com sentidos os mais variados: “dor de cotovelo”, “pés no chão”, “olhos nas costas”, “passar a mão”, “cabeça de vento”, etc. Portanto, o que se verifica é uma movimentação constante do sentido das palavras, o que nem sempre corresponde a um sentido especial, figurado. Por exemplo, “burro” no sentido de não inteligente já é tão comum que não chega a ser um “sentido especial”. O mesmo acontece com a palavra “cara”, que pode significar “rosto”, “pessoa”, “alto valor”, entre outros usos.

Como se pode observar, os sentidos variam conforme a cultura, a classe social, a “tribo” e nesse processo ganham conotações diversas, pois a conotação acontece no âmbito da história. Observemos, por exemplo, a listagem de nomes de animais, abaixo:

Utilização conotativa dos nomes de animais – fenômeno próprio da linguagem coloquial: ameba, anta, aranha, aranha cabeluda, arara, asno, baleia, besouro, bode, boi de piranha, bruxa, burro, cabra, cachorro, carneirinho, carrapato, cascavel, cavalo, chato, cobra, coruja, curiango, dinossauro, égua, elefante, foca, formiguinha, galinha, galo, gambá, garanhão, gato, gavião, jacu, jararaca, jiboia, leão, lesma, lobo, macaco, mariposa, maritaca, marmota, muquirana, onça, ovelha, papagaio, peixinho, periquita, peru, perua, piolho, piranha, porco, potranca, rato, sanguessuga, sapo, tartaruga, tigresa, morcego, tiú, tiziu, topeira, tubarão, vaca, veado, zebra.

Órgãos sexuais: cobra, perereca, periquita, peru, pinto, pomba, rola.

Se buscarmos exemplos de usos cotidianos para cada um desses nomes acima, poderemos nos assustar com a frequência em que os nomes de animais aparecem sendo utilizados para qualificar os humanos. Alguns são tão frequentes que nos esquecemos mesmo que se referem a animais, tais como besta, peru, pinto, sanguessuga, anta e asno. Essa listagem nos leva a perguntar:

Por que os nomes de animais são utilizados de forma tão
pejorativa na nossa sociedade?

Seria um modo de o homem estabelecer a sua superioridade
em relação aos demais animais?

A observação dessa lista de nomes de animais nos faz perceber que eles recebem um sentido associado, sem deixar de lembrar aquilo que o animal evoca. Por exemplo, quando se diz que uma pessoa é uma “baleia”, o tamanho e o peso da baleia são evocados.

**Isso nos leva a concluir que a conotação provoca
um efeito de sentido que estabelece uma relação
com um significado anterior.**

Assim, a conotação se associa a planos de expressão já constituídos, crescendo-se aos significados já existentes. Segundo Mari (1991, p. 68):

Não existe um “sentido/significado conotativo”, mas existe um uso conotativo que pode ser projetado, potencialmente, para qualquer signo da língua e que, cessado esse uso particular, suspende-se também a atuação da conotação. Ela tem, assim, um caráter eventual e por isso mesmo se torna a marca de um uso muito singular que emerge e se esvai na mesma rapidez. No geral, todos os signos, no seu processo de circulação social, estão expostos a essa turbulência que a conotação pode introduzir e que nenhuma normatização pode evitar.

Por essa via de compreensão da conotação, podemos deduzir que ela não pode ser vista como modo de classificação de alguns usos das palavras na língua, como num rótulo. E nem ela é própria de um tipo de discurso, o poético ou o irônico, por exemplo. A todo o momento estão ocorrendo deslocamentos no sentido das palavras cuja propulsão são as variações conotativas. Esse é um processo de construção da própria linguagem que faz transitar um significado estabilizado para outros planos de significação e por vezes eles são aí estabilizados, como aconteceu com a palavra “chato” e outras anteriormente comentadas.

Podemos concluir, portanto, que cabe ao professor apresentar a dinâmica da significação na linguagem em uso, *sem diferir a conotação da denotação*. Afinal, a *conotação* é base para todos os outros processos de produção de sentido que iremos trabalhar ainda neste capítulo. Além disso, não há um sentido real, original, verdadeiro e outro figurado, simbólico, pouco verdadeiro.

Também a *denotação* passa a ser da ordem do fortuito, no movimento mesmo da linguagem, sendo ela compreendida como um significado de base, num determinado momento, que ganha outros sentidos associados, na medida do seu uso. A linguagem é, então, colocada no movimento da enunciação.

Com essa postura, o professor estará trabalhando a ampliação das condições de leitura dos alunos, porque a grande dificuldade de compreensão de um texto decorre da compreensão das coordenadas propos-

tas pelas conotações¹³. Assim, trata-se a conotação como uma forma de o falante intervir no sistema linguístico, e não mais dentro da clássica diferenciação entre verdade *vs.* mentira, tão comum nos manuais didáticos, os quais tendem a ver a conotação como processo classificatório de significados.

Quando, porém, o professor difere a *denotação* da *conotação* nos moldes tradicionais (*denotação* = expressão exata da realidade; e *conotação* = falseamento do real), ele está afirmando que tudo o que vem da literatura, do humor, do uso corriqueiro da linguagem – que usa muito a conotação – é falso, não deve receber crédito. Como consequência, fica implícito que há os lugares de verdade na sociedade, que só se utilizam da *denotação*: a ciência, por exemplo, ou a medicina, o direito – o que as análises têm mostrado que não é verdade (CORACINI, 1991). O professor está, então, referendando a estrutura social vigente em que os lugares da verdade estão estabelecidos e está formando pessoas crenes no poder, pouco questionadoras, passivas.

Campos lexicais e campos semânticos

A noção de campo foi introduzida para demonstrar que o vocabulário não é um inventário rígido de componentes independentes e isolados. Para as teorias dos campos, o vocabulário se constitui numa série de elementos combináveis que, estruturados em campos, constituem a totalidade do léxico, ou conjunto de palavras de uma língua. Essa teoria surge com o advento do estruturalismo nos estudos da linguagem.

Foi Jost Trier (1931) quem desenvolveu a teoria dos campos semânticos. Esse autor foi um dos primeiros a demonstrar que as mudanças semânticas alteram as estruturas dos campos semânticos. Por isso as palavras formam campos semânticos a partir da realidade presente entre elas, dado um determinado contexto histórico-social. O autor percebe a relação entre o léxico e a relação sócio-histórica. Por

13 Sugestão de leitura: capítulo “Denotação e conotação” do livro *Elementos de semiologia*, de Roland Barthes (1997). Esse texto é um marco para a revisão desses conceitos. Retomando os *prolegomena* da Hjelmslev, Barthes considera a conotação como uma forma de o falante intervir no sistema linguístico.

esse motivo, Trier só usa o conceito de *campo semântico*, não tratando do *campo léxico*. A partir dessa ideia, ele conseguiu analisar o campo semântico do iluminismo e o que esse movimento representava para a sociedade em que surgiu. Fez uma espécie de análise de conteúdo ou análise inicial do discurso, ou ainda uma análise da representação social daquele momento.

Trier constatou que eram três as palavras-chave que melhor definiam as concepções referentes ao “conhecimento”, na Alemanha de 1200: *Wisheit* (sabedoria, conhecimento espiritual, estética e religiosa), *Kunst* (conjunto de conhecimentos dos nobres, do cavaleiro) e *List* (ofício, conhecimentos populares). Essas palavras refletiam uma divisão do saber popular (*List*) e cortês (*Kunst*), mas uma sabedoria espiritual que estaria acima dessas duas (*Wisheit*). Um século depois, em 1300, *Kunst* passa a significar conhecimento elevado, ou arte; há uma substituição de *List* por *Wizzen* (saber em geral, e também uma capacidade técnica particular), mas agora como uma habilidade individual e não social. Houve, assim, uma mudança na sociedade que foi claramente demonstrada pelas mudanças de sentidos das palavras.

Ullmann (1977), por sua vez, considera a palavra como um elemento no interior de conjuntos, classificados a partir de uma análise das estruturas sociais. Deste modo, a lexicologia está diretamente relacionada à ciência da sociologia, para esse autor.

Os *campos semânticos* são muito utilizados principalmente na análise de conteúdo e nas teorias das representações sociais, advindas da psicologia (MOSCOVICI, 1989).

Um campo de significação é um conjunto de palavras associadas. O *campo léxico* ou *campo lexical* está mais preso às significações já estabelecidas, recorrendo às variações sufixais, ao dicionário, ou ao que estritamente se observa em relação a uma situação ou a um objeto. Já o *campo semântico* é um conjunto de palavras associadas a uma ideia, identificando-se com o momento histórico, os dialetos e as situações de uso da linguagem.

Por não estarem devidamente diferenciados ou definidos, na maior parte das teorias e livros de semântica, os conceitos de *campo semântico* e *campo lexical* frequentemente são confundidos. Há autores que os tratam por campos léxico-semânticos, ou campos associativos tal como faz Ullmann (1977). Na verdade a base dessa diferenciação está na ideia

de *denotação* e *conotação*, ou seja, o campo léxico está para o âmbito da *denotação* (significados estabilizados na língua, tendo em vista um determinado momento histórico); já o *campo semântico* está para o âmbito da *conotação* (significados associados).

Como exemplo, podemos pensar o *campo lexical* de “morrer”: *falecer, deixar de viver, passar de um estado de vida biológica para um estado de morte biológica*, etc. Já um *campo semântico* de “morrer” poderia ser: *bater as botas, ir dessa para melhor, passar para um plano superior, apagar, ir pra terra de pés juntos, bater a caçoleta, esticar o pernil, desocupar o beco, dar a casca* e tantos outros, conforme as culturas.

Enquanto nos *campos lexicais* temos palavras unidas por uma relação semântica comum, formando um campo conceitual, os *campos semânticos* representam o conjunto de significados possíveis em torno de uma unidade lexical, dado um determinado contexto histórico, social e cultural. Ou seja, o *campo semântico* é mais amplo porque engloba tudo o que está associado a uma ideia.

De acordo com a discussão anteriormente feita, sobre *denotação* e *conotação*, observamos que as palavras estão em constante modificação por receberem conotações as mais variadas, o que torna mesmo difícil estabelecer os limites entre a *denotação* e a *conotação*. Ora, então podemos concluir que, quando associamos palavras em um campo comum, tendemos a nos deslocar sempre para a *conotação*.

Vejamus um exemplo que justifique a afirmação anterior. A partir da ideia de “automóvel”, teríamos os seguintes campos de significação:

Campo léxico: roda, freio, retrovisores, volante, espelhos, bancos, lona de freio, parafusos, modelo, ano de fabricação, cor, lâmpadas, caixa de marchas, pedais, etc.

Compuemos o campo de significação com palavras associadas estritamente visíveis em um automóvel – campo lexical. No entanto, como podemos observar, grande parte dessas palavras migraram de outros campos para compor esse, por exemplo: cor, lâmpadas, parafusos, bancos, espelhos, pedais, etc., ou seja, servem a mais de um campo léxico. Não há, portanto, palavras estabilizadas na língua, com funcionamento fechado, preciso, que comporiam um *campo lexical* básico. O que ocorre são associações constantes, já que as palavras da língua sempre se estruturam em analogia com outras.

Por isso podemos concluir que o que temos na língua, na verdade, são *campos semânticos*, já que os significados são pouco estáveis, em qualquer língua.

Além disso, os campos associativos não são compostos somente de palavras, mas de expressões, frases, enunciados diversos.

Assim, se nos propuséssemos a pensar um *campo semântico* para “automóvel”, teríamos uma diversidade enorme de palavras e expressões associadas, além daquelas elencadas no campo lexical que também cabem aqui:

Campo semântico: modelo, corrida, Fórmula 1, ano de fabricação, desejo, prestação, desastre, hospital, família, balada, trabalho, etc., etc.

Enfim, conforme as pessoas, os grupos, os lugares sociais, novas e imprevisíveis associações podem ser feitas e todas elas caberiam em um *campo semântico*, pois ele diz de uma época, de um grupo, de um momento histórico.

Saussure não desenvolveu a noção de rede associativa, mas, a partir da ideia de valor linguístico, advinda das teorias de mercado (valor de troca e valor de uso), afirma que as palavras não significam, mas valem, sendo que a significação se faz na relação entre um significante e um significado. Assim, o autor deixa um espaço para concluirmos que os diferentes grupos sociais aproximam termos que têm algo em comum, tanto por associação mental quanto pela natureza das relações, formando os campos associativos.

No momento da alfabetização e no ensino de língua estrangeira também são muito úteis os campos associativos (FERREIRA, 2009).

Dicas de sala de aula:

Como dito anteriormente, as palavras não somente significam, elas “valem”, conforme as condições colocadas no momento de sua utilização. Por isso o campo lexical contempla dois parâmetros de organização: um *vertical*, tendo por base as *palavras sinônimas*, e um

horizontal, tendo por base o *valor* que as palavras possuem para determinado grupo, em certo momento histórico-social. Um bom exercício pode ser solicitar ao grupo que organize palavras de uma listagem de sinônimos dentro de uma organização horizontal, ou seja, pelo valor que possuem.

Campo semântico de movimento:

Organizar as palavras abaixo, indo daquelas que significam movimentos mais lentos para aquelas que significam movimentos mais rápidos.

vagaroso – rápido – lento – demorado – galopante – apressado
(outras podem ser incluídas pelos alunos)

A ordem por eles estabelecida seria, então, coletivamente discutida. Na sequência os alunos podem ser levados a inserir palavras verticalmente, associando outras palavras àsquelas já existentes, levando em consideração seu grupo social, seu momento histórico. Pode-se discutir o que essas palavras significam para diferentes culturas e quais outras são a elas associadas, conforme o grupo social. Os alunos observarão que algumas nem existem para alguns grupos sociais.

Já um bom exercício para se trabalhar os campos semânticos são as “tempestades de ideias”. A partir de um tema dado, o professor propõe aos alunos que levantem palavras que aquele tema evoca para eles. Pode-se discutir ou não as palavras levantadas. Esse exercício pode gerar uma produção de textos ou ser simplesmente uma estratégia para iniciar um tópico de ensino. Os alunos podem ser levados, ainda, a construir nuvens de palavras com a ajuda de programas de computador que criam essas nuvens automaticamente.

Sinonímia e antonímia

A *sinonímia* e a *antonímia* referem-se à propriedade das línguas de possuírem sinônimos e antônimos ou, simplesmente, ao fato de haver sinônimos e antônimos¹⁴.

Sinônimos: palavras de sentido igual ou semelhante.

Antônimos: palavras de sentido contrário.

Se observarmos as palavras em seu uso, veremos que elas adquirem matizes de sentido diferenciados, cargas semânticas diversas, especializações conforme o dialeto, enfim, raramente duas palavras encontram-se com o *mesmo sentido* (sinonímia) ou *em oposição* (antonímia) em todos os contextos. Por isso é difícil dizer que uma palavra seja antônima de outra ou que uma palavra seja sinônima de outra.

Pensemos alguns casos que comprovem essa afirmação. Quanto à *sinonímia* entre *casa* e *lar*, por exemplo, não há uma equivalência total de sentidos, porque se procura uma *casa* para alugar e não um *lar*. Já com relação aos sinônimos *fenecer* e *morrer*, no geral o primeiro termo é utilizado para plantas e o segundo para animais. Para os homens se usa *falecer*. Ora, se há especializações nos usos, como é o caso de *calvo* e *careca*, então não se pode dizer que essas palavras sejam sinônimas.

Um exame detido nos mostrará que a identidade dos sinônimos é muito relativa; no uso (quer literário, quer popular), eles assumem sentidos “ocasionais” que no contexto um não pode ser empregado pelo outro sem que se quebre um pouco o matiz da expressão (BECHARA, 2009, p. 492).

Perine (1996, p. 249-250) admite que “a noção de sinonímia permanece intuitiva e bastante nebulosa”. Já quanto à antonímia, o autor afirma ser “menos nítida que a sinonímia”, porque, segundo ele, “não há nenhuma relação semântica (e/ou lógica) que se aplique a todos os casos”. Perine não vê coerência na conceituação da antonímia e não observa qualquer utilidade em listar os antônimos, propondo mesmo que

14 Uma boa discussão sobre essa questão encontra-se no livro *Semântica*, de Ilari e Geraldi (1990).

se abandone esse conceito, devido à sua pouca utilidade e inconsistência. Quanto à sinonímia, diz que os dicionários de sinônimos deveriam se chamar dicionários analógicos, já que veiculam ideias afins.

Palmer (1976) faz um exaustivo estudo sobre a sinonímia, o que o leva a afirmar que:

Podemos, contudo, continuar a dizer que não há sinônimos integrais, que duas palavras nunca têm exatamente o mesmo significado. Seria, na verdade, muito pouco provável que duas palavras, exatamente com o mesmo significado pudessem ambas sobreviver. Se considerarmos vários sinônimos possíveis, há, pelo menos, cinco maneiras de provar que são diferentes (PALMER, 1976, p. 74).

Já sobre a antonímia, o que se questiona é se os termos estão mesmo em oposição. Afinal, uma pessoa ou é boa ou é má? Ou é velha ou é nova? Ou é casada ou é solteira? Ou é feia ou é bonita? Uma rápida observação da realidade pode contradizer a existência desses pares.

Ilari e Geraldi (1990) afirmam que raramente duas expressões em oposição encontram-se em mesmo pé de igualdade no uso corrente, pois uma das duas é mais utilizada com determinado sentido e a outra, com outro. Exemplificam com as perguntas: “Você está bem?”, “Você está mal?” (em caso de cumprimento, dificilmente utilizaríamos a segunda delas); “Gostaria de saber a que distância/proximidade fica a base aérea?” (dificilmente utilizaríamos o segundo termo do par para fazer essa pergunta, pois o primeiro é mais marcado na língua em uso).

Muitos autores, observando que nem sempre os termos se encontram em oposição, utilizam-se de classificações variadas e nem sempre congruentes entre si: opostos escalares e polares, contraditórios, contrários e recíprocos (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 22); complementares, contraditórios e recíprocos (DUBOIS, 1986, p. 97-98); em complementaridade, antonímia e reciprocidade (LYONS, 1980, p. 489-515); entre tantas classificações, variáveis de autor para autor, com exemplos que se contradizem.

O que essas classificações demonstram é que as palavras antônimas não são opositivas, mas por vezes estabelecem relações de reciprocidade (nascer e morrer) ou em escala (grande-médio-pequeno), por exemplo.

Além disso, são consensuais em dizer que falar de antonímia, pura e simplesmente, é insuficiente, porque nem sempre há oposição contraditória, por vezes o que há é reciprocidade, como em *comprar* e *vender*.

Existem mesmo sinônimos e antônimos?

Para avaliar essa questão devemos recorrer à discussão anterior sobre *denotação* e *conotação*. *Sinônimos* e *antônimos* só existem se considerarmos palavras isoladas e com sentido denotativo. No entanto, se prevalece o sentido denotativo entre duas formas, uma tende a substituir a outra, conforme lemos na citação de Palmer (1976). É o caso de palavras estrangeiras que entram na língua referindo-se a mesmos objetos, mas uma delas tende a ser suprimida, como aconteceu com: metamorfose (latim) e transformação (grego); antagonista (latim) e adversário (grego); abecedário (latim) e alfabeto (grego).

Como dissemos anteriormente, quando pensamos a linguagem em uso, o que temos são os usos conotativos. Sob essa perspectiva, pode-se falar em **valor sinonímico** e não em *palavras sinônimas*, assim como se pode falar em palavras com **valor opositivo**, ou palavras *colocadas em oposição* em determinados textos e/ou discursos, e não propriamente em *antônimos*.

Na verdade, cotidianamente utilizamos o conceito de *sinônimo* com sentido de palavras que possuem **valor sinonímico**. Observem os exemplos no quadro abaixo:

“Perguntar é sinônimo de ensinar.” (Xenofonte)

“Saber e não fazer é sinônimo de ainda não saber.” (Ditado Zen)

“Andar na ponta dos pés é sinônimo de ficar sem firmeza.” (Lao-Tsé)

“A zombaria é sinônimo de pobreza de humor.” (Jean de la Bruyère)

Todos os estudiosos da sinonímia concordam com a importância da substituição de palavras no texto, para evitar repetições constantes. No geral, as substituições de palavras, nos enunciados, são feitas muito mais

em função do público que se pretende atingir, adequando discursos.

Diante dessas constatações, sugerimos que os professores questionem a definição de *sinônimos* e *antônimos* nos manuais didáticos, bem como os exercícios que cobram substituição de palavras em frases soltas.

Sugerimos um ensino baseado na produção e interpretação de textos. Estudantes e professores podem criar textos como o abaixo, feito por duas alunas do curso de Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Fernanda Maia e Tatiana Aparecida, para ensinar *sinonímia*:

Viajando pelas palavras

O pai saiu de casa com as malas. Parecia nervoso. Todos os vizinhos ficam surpresos com a cena. Sabiam que pai e filho não se davam muito bem.

Dona Maria, depois de observar toda a cena pela janela, gritou para a filha:

— Joana, desta vez não teve jeito! O pai **abandonou** o filho.

Joana respondeu:

— Não acredito! O que se passa na cabeça de um pai para **desamparar** o próprio filho?

A vizinhança continuava perplexa.

Pedro, professor da escola do bairro, que tinha um filho de 15 anos, achou um absurdo a atitude do vizinho.

— Não deveria ter colocado um filho no mundo. Onde já se viu um pai **desprezar** um menino tão bom como era Carlos. Estudioso, inteligente. Isso é o fim!

— Pai! – disse o filho do professor Pedro. – Você não pode julgar o pai do Carlos sem saber os motivos que o levaram a **deixar** o filho.

— Ora, meu filho! Até parece que você aceitaria se algum dia eu o **largasse** sozinho, **desistisse** de você por qualquer motivo que fosse. Você fala isso porque só tem 15 anos e ainda não é pai. Se fosse, saberia que um pai em momento algum deve **renunciar** ao próprio filho. – falou o professor Pedro, indignado.

— Seu pai tem razão, meu filho. — disse a esposa do professor. — Você ainda não tem noção do amor que os pais sentem pelos filhos. Somos capazes de fazer qualquer coisa por vocês. É inconcebível o **repúdio** de um pai pelo filho.

A vizinhança continuava atenta às movimentações na casa do menino Carlos.

— E agora, — perguntou o dono da farmácia a um cliente que lhe teria dado a informação. — será que o menino vai morar sozinho? Coitado! Ele já não tem mãe e o pai... **enjeitou** o próprio filho! O mundo está perdido!

— Do que você está falando? — perguntou o vizinho da esquina.

— Ora, você ainda não sabe? O pai que **rejeitou** o filho...

— Que pai, que filho?

— O pai de Carlos, o menino que mora ao lado de sua casa. Você está desinformado, hein?!

— Vocês estão ficando loucos? — perguntou o vizinho da esquina, com um ar de espanto.

E continuou: — Carlos não foi **rejeitado**, **abandonado** e muito menos **desprezado** pelo pai. Acho que houve um engano. Os desinformados aqui são vocês. O pai de Carlos apenas viajou. Viajou para comprar um presente para o filho. Só isso!

— Não acredito nisso, toda a vizinhança sabe que os dois não se dão muito bem — retrucou o farmacêutico.

— É verdade, eles brigam de vez em quando, mas daí a **des-samparar**, **abandonar** o próprio filho, isso ele não faria.

Exercício: A atitude de um pai que sai de casa, nervoso, com as malas na mão e que, além disso, não se dava bem com o próprio filho, desencadeou na vizinhança uma série de comentários. Os vizinhos utilizaram palavras diferentes para expressar o que viram ou o que ficaram sabendo. Vejamos as interpretações:

O pai **abandonou** o filho.

O pai **desamparou** o filho.

O pai **desprezou** o filho.

-
-
- O pai **deixou** o filho.
 - O pai **largou** o filho.
 - O pai **desistiu** do filho.
 - O pai **renunciou** ao filho.
 - O pai **repudiou** o filho.
 - O pai **enjeitou** o filho.
 - O pai **rejeitou** o filho.

De acordo com o contexto e com as diferentes interpretações que os vizinhos atribuíram à atitude do pai, é possível dizer que as palavras sublinhadas são sinônimas?

Há palavras que possuem **valor sinonímico**, mas que precisam ser bem compreendidas, porque não são termos sinônimos. É o caso de:

mesmo e igual; eventual, potencial e possível; negro e preto.

Interessante seria observar os usos desses termos em jornais, a fim de precisá-los, lembrando que por vezes os termos podem estar com usos incorretos nas notícias.

Exemplos de significações diversas, com o uso desses termos ditos sinônimos:

- “Tomei água no *mesmo* copo” e “Tomei água num copo *igual* a esse”.
 - “João é um *eventual* candidato do partido”; “Paulo é um *potencial* candidato do partido”; “Hermes é o *possível* candidato do partido”.
-
-

Sobre o ensino da *antonímia*, o que fica é que qualquer palavra pode ser colocada em oposição a outra, conforme o contexto em que aparece. Ao mesmo tempo, nem sempre as palavras que são listadas como antônimas encontram-se em oposição, como é o caso de *ganhar* e *perder*. Essa oposição pode valer em situações de jogos, mas não de *ganhar presentes*, por exemplo, pois nesse caso não se usa *perder presentes* como seu antônimo.

Então, o que se pode trabalhar em sala é o **valor opositivo** de termos nos textos. Podem-se utilizar textos poéticos ou músicas, como no caso da música abaixo:

O quereres – Caetano Veloso

Onde queres revólver, sou coqueiro
E onde queres dinheiro, sou paixão
Onde queres descanso, sou desejo
E onde sou só desejo, queres não
E onde não queres nada, nada falta
E onde voas bem alto, eu sou o chão
E onde pisas o chão, minha alma salta
E ganha liberdade na amplitude

Onde queres família, sou maluco
E onde queres romântico, burguês
Onde queres Leblon, sou Pernambuco
E onde queres eunuco, garanhão
Onde queres o sim e o não, talvez
E onde vês, eu não vislumbro razão
Onde o queres o lobo, eu sou o irmão
E onde queres cowboy, eu sou chinês

Ah! Bruta flor do querer
Ah! Bruta flor, bruta flor

Onde queres o ato, eu sou o espírito
E onde queres ternura, eu sou tesão
Onde queres o livre, decassílabo
E onde buscas o anjo, sou mulher
Onde queres prazer, sou o que dói
E onde queres ternura, mansidão
Onde queres um lar, revolução
E onde queres bandido, sou herói

Eu queria querer-te amar o amor
Construir-nos dulcíssima prisão
Encontrar a mais justa adequação
Tudo métrica e rima e nunca dor
Mas a vida é real e é de viés
E vê só que cilada o amor me armou
Eu te quero (e não queres) como sou
Não te quero (e não queres) como és

Ah! Bruta flor do querer
Ah! Bruta flor, bruta flor

Onde queres comício, flipper-vídeo
E onde queres romance, rock'n'roll
Onde queres a lua, eu sou o sol
E onde a pura natureza, o inseticídio
Onde queres mistério, eu sou a luz
E onde queres um canto, o mundo
inteiro

Onde queres quaresma, fevereiro
E onde queres coqueiro, eu sou obus

O querer

es e o estares sempre a fim
Do que em mim é em mim tão desigual
Faz-me querer-te bem, querer-te mal
Bem a ti, mal ao quereres assim
Infinitivamente pessoal
E eu querendo querer-te sem ter fim
E, querendo-te, aprender o total
Do querer que há, e do que não há
em mim.

Nessa música, as oposições são as mais inesperadas e podem ser trabalhadas a partir da expressividade que carregam. Numa metáfora belíssima, “O querer

es” se pauta na oposição para estabelecer reflexões sobre as relações a dois. Há muito o que se trabalhar, a partir dela, numa aula sobre palavras em oposição (antonímia).

O que se percebe quando se opta por tratar a *antonímia* a partir de itens lexicais isolados é uma postura dualista preconceituosa, já que um termo exclui o outro. Por essa perspectiva, ou uma pessoa é *normal* ou *anormal*, ou é *rica* ou é *pobre*, ou é *nova* ou é *velha*, ou é *boa* ou é *má*. Isso significa treinar nos alunos uma redução na observação da realidade, e não a sua ampliação. Além disso, cultivam-se preconceitos já tão fortemente arraigados em nossa sociedade. Por isso seria bom que o professor desfizesse os opostos marcados socialmente, em vez de referendá-los.

Polissemia e homonímia

Segundo o *Dicionário gramatical da língua portuguesa*, de Celso Pedro Luft:

Homônimos – Os homônimos são palavras de origem, significação e função diversa, mas foneticamente iguais. Ex.: **são**: **são** casos difíceis / indivíduo **são** / **são** Pedro. A significação e a função dessas palavras decorrem do contexto.

Polissemia – Propriedade de uma forma linguística ou palavra ter variadas significações, que se precisam dentro da cada contexto. Assim, por ex., as palavras **pena**, **flor**, **manga**, **cabeça**, **ponto**, **bico** podem significar coisas diversas (LUFT, 1966, p. 39, grifos do autor).

Como se pode perceber, é muito difícil dizer se **manga** é uma palavra homônima ou polissêmica, assim como as palavras **ponto**, **fio**, **cabeça**, **linha**, etc. Isso porque tanto a *homonímia* como a *polissemia* referem-se a palavras de mesma forma, mas sentidos diferentes.

Toda palavra é *polissêmica* por natureza, ou seja, toda palavra pode adquirir vários sentidos (*poli* = vários; *sema* = sentidos), conforme o uso que dela é feito, na língua. Câmara Jr. afirma no seu *Dicionário de linguística e gramática*:

Todas as formas da língua apresentam polissemia, que se refere tanto à significação gramatical ou interna (como

nas preposições, nas conjunções, nas flexões, etc.), como à significação externa concentrada nos semantemas e caracterizadora das palavras (v.), mas há casos extremos que principalmente chamam a atenção na descrição linguística; cf. prep. **a** em – ir **a** Lisboa, andar **a** pé, falar **a** Pedro, ou andar em – andar a largos passos, andar de automóvel, andar doente. As correspondências de formas, de uma língua a outra, nunca se mantêm em todo o campo polissêmico que cada forma na sua língua abrange, o que complica a técnica de fatura do dicionário bilingue (v.) e a tradução de língua a língua (CÂMARA JR., 1986, p. 116, grifos do autor).

Já com relação à homonímia, segundo os gramáticos, para que uma palavra seja homônima de outra, ela precisa possuir:

- classe gramatical diferente: são (verbo), são (adjetivo) e são (substantivo);
- origem diferente: canto (*kanthós* – do grego, significando ângulo, extremidade) e canto (*cantu* – do latim, música vocal);
- entrada diferente, no dicionário:
 - cabo¹ [do lat. *Caput*, ‘cabeça’] – hierarquia militar; militar que detém a posição hierárquica de cabo; comandante, chefe, cabeça; término, fim, limite; ponta de terra que entra pelo mar; promontório, ponta.
 - cabo²: [do lat. *capulu*, ‘corda’] – extremidade pela qual se segura um objeto ou instrumento; rabo, cauda; feixe de fios metálicos; ventre; ânus.
 - cabo³ – lugar onde uma pessoa ou coisa cabe ou está (FERREIRA, 1977, p. 96);
- nítida diferença semântica: pena (de ave) e pena (punição); manga (fruta) e manga (de camisa).

Contudo, nem sempre as palavras homônimas obedecem a todos esses critérios. A própria palavra **são**, exemplificada por Luft, possui a mesma origem latina nos três significados (santo = *sanctu*; sadio = *sanus*; são, verbo ser = *sunt*), apesar de obedecer aos três outros critérios: classes gramaticais diferentes; entradas no dicionário diferentes; e nítida diferença semântica.

O que é importante percebermos é que, mesmo sendo *homônimas*, as palavras são *polissêmicas*, já que essa é uma propriedade de todas as palavras da língua. Uma propriedade não exclui a outra.

Podemos perceber, ainda, que a distinção entre *homonímia* e *polissemia* também depende das propriedades *denotativa* e *conotativa* das palavras. Se se considera a *denotação*, a palavra isolada do contexto, o que se chama de sentido real ou primeiro, então o peso recai sobre a homonímia. No entanto, se pensamos a língua a partir da *conotação*, estaremos no âmbito da *polissemia*, pois o que a possibilita é a condição de as palavras conotarem, ou seja, adquirirem cargas semânticas diversas.

Nas salas de aula, o que observamos é o ensino da *homonímia* com o fim de diferenciação ortográfica. A abordagem gira em torno da seguinte classificação, com algumas variações.

- Homófonas homográficas (homônimos perfeitos): palavras iguais na escrita e na pronúncia – são, manga e cabo, por exemplo;
- Homófonas heterofônicas: palavras iguais na escrita, mas diferentes na pronúncia – colher (ação, verbo) e colher (utensílio, substantivo);
- Homófonas heterográficas: palavras iguais na pronúncia, mas diferentes na escrita – concertar e consertar, por exemplo.

Observe como é difícil para o aluno compreender essa distinção e gravar essa nomenclatura que pretende diferenciar os processos homonímicos.

Já sobre a *polissemia*, lidar com ela significa possibilitar a ampliação da condição da leitura dos textos, observando-os em suas nuances de sentidos, bem como da produção de sentido pelos alunos, quando produzem suas falas e textos.

O texto de Monteiro Lobato, colocando a problemática da linguagem nas palavras de Emília, pode ser fantástico para demonstrar aos alunos o papel da *polissemia* na linguagem.

Por que eles não cortam a língua?

Monteiro Lobato

Emília ria-se, ria-se. O pobre anjinho não tinha ideia nenhuma das coisas da Terra, porque sempre vivera no céu, lá nas nuvens. Emília era obrigada a explicar tudo, tudo...

— Oh, disse ela, você não imagina como é interessante a língua que falamos aqui! As palavras da nossa língua servem para indicar várias coisas diferentes, de modo que saem os maiores embrulhos. O tal cabo, por exemplo. Ora é isto, ora é aquilo. Há os cabos de faca, de bule, de panela, como eu já disse que são as pontas por onde a gente pega nesses objetos. Há os cabos da Geografia, que são terras que se projetam mar adentro. Há os cabos do Exército, que são soldados. Há os cabos submarinos, que são uns fios de cobre compridíssimos por meio dos quais os homens passam telegramas dum continente a outro por dentro dos mares. E há um tal “dar cabo”, que é destruir qualquer coisa.

— Mas por que é assim?

— Para atrapalhar a gente. Eu penso que todas as calamidades do mundo vêm da língua. Se os homens não falassem, tudo correria muito bem, como entre os animais que não falam. As formigas e as abelhas, por exemplo. Esses bichinhos vivem na maior ordem possível, com suas comidinhas a hora e a tempo – e que comidas! O mel é uma perfeição que você nem sonha! Exatinho da cor dos seus cabelos, mas sem cachos; em vez de cachos tem favos. E qual é o segredo da felicidade desses animaizinhos? Um só: não falam. No dia em que derem de falar, adeus paz, adeus mel! A língua é a desgraça dos homens na Terra.

— Se é assim, por que eles não cortam a língua?

Quanto à *homonímia*, sem dúvida ela é importante para o trabalho com a ortografia. Contudo, hoje se sabe que exercícios com palavras isoladas, listando-as, não ajuda na memorização. Por isso sugerimos

que textos sejam utilizados para se ensinar homonímia, abandonando-se os *tipos de homônimos* ou as *listas de palavras homônimas*. O texto abaixo pode servir como um bom exemplo. Ele foi criado por uma aluna do curso de Letras da Ufes: Ludimyla Sathier Aguiar.

Um conserto no concerto

Acordei atrasado para o trabalho. O Banco abria às 10h, entretanto, ainda estava em casa e, além do mais, sexta-feira! – Deus me livre! Apesar de ser o último dia de trabalho na semana, estava no “prego”, um “caco”.

Tudo começara. Fui acordado com um “bom dia elétrico”, sabe como é, mulher em TPM, em plena sexta... Que catástrofe!

— São 9h! Você tá atrasado! – Gritou minha mulher “suavemente”, da cozinha.

Fui pro ponto pra pegar o ônibus. Esperei por quase dez minutos, quando ia me assentar no banco do ponto, lá estava vindo o “busão”. Quando parou “tava” lotaaado! Antes de entrar “saquei”, assento hoje só no banco do Banco. Que engraçado, *banco do Banco*! Viagem longa....

Ufa, enfim cheguei! Começou a correria...

Caixa aberto, cliente, cliente, cheque, extrato, mais cliente. Ainda bem que era sexta... o fim de semana estava pertinho. Será que até lá estaria são? Sentia-me em xeque, numa cela, o cérebro dando um laço, não, pior, um nó.

Olhei o relógio, pelo menos era quase meio-dia. Daqui a pouco teria o “rango” e uma pequena sesta, quinze minutinhos seriam suficientes para repor as forças.

Almocei e quando olhei novamente o relógio, acabou! Voltei ao trabalho. Antes ainda passei na seção de pessoal e lá havia uma caixa pra mim. Ao abrir era um presente. Por quê? Havia me esquecido a data, era meu aniversário!!!

Que legal! Apesar da correria alguém se lembrara de mim.

— Alguma coisa naquela sexta tinha que dar certo...

De volta ao trabalho, cheque, cheque, cheque, extrato, extrato, extrato, cliente, cliente, cliente...

— Daqui a pouco isso termina!

No final da tarde, enquanto me preparava para encerrar o expediente, recebi de minha esposa, aquela com TPM, uma bela cesta de vinhos e, nela, um convite para um concerto no Teatro Carlos Gomes, com direito, no final do espetáculo, a um “con-
certo”, esticadinha a dois, para recompensar o bom dia elétrico, a TPM e tudo mais...

Acho que disse que tudo tem começo, meio e fim. Creio que, especialmente naquele dia, estava quase tudo certo, porque apesar de toda a correria daquela sexta, tudo teve começo, meio e conserto, ainda bem!!!!

Há muitos textos, tais como charges, histórias em quadrinhos, propagandas, etc., que nos permitem trabalhar esses conceitos em aulas de língua portuguesa, mas o texto acima conseguiu encaixar perfeitamente bem um conjunto de palavras homônimas, que imediatamente podem ser identificadas ao mesmo tempo que vamos percebendo a relação entre a ortografia e o contexto de uso desses termos. Desse jeito fica muito mais fácil assimilar seus usos, quase que naturalmente.

O estudo da *homonímia* traz à tona a questão das palavras parônimas: palavras parecidas na escrita e na pronúncia, por exemplo: couro e coro, osso e ouço, sede e cede, comprimento e cumprimento, entre outros pares.

No entanto, segundo Celso Cunha, em sua *Gramática do português contemporâneo*, devido à imprecisão do conceito, os parônimos não foram incluídos na Nomenclatura Gramatical Brasileira.

As palavras que se assemelham na forma, sem que tenham qualquer parentesco significativo, são conhecidas geralmente por PARÔNIMOS. Assim: descrição e discrição; infligir e infringir; intemorato e intemerato, etc. O termo, pela imprecisão do conceito que encerra, não foi incluído na Nomenclatura Gramatical Brasileira (CUNHA, 1972, p. 60).

Portanto, não convém que aqui tratemos dos parônimos, ainda que apareçam nos livros didáticos, devido à imprecisão conceitual que carregam.

Hiponímia e hiperonímia

O termo *hiponímia* vem do grego (*hupó* + *ónoma*). ‘*Hupó*’ expressa a direção ou a posição inferior, com ideia de movimento – ‘para baixo, para baixo de’ – ou de imobilidade – ‘debaixo’. ‘*Ónoma*’ significa nome de pessoa ou objeto (material e conceitual). Do mesmo modo ocorre com o termo *hiperonímia* vem do grego (*hupér* + *ónoma*). ‘*Hiper*’ significa ‘acima, sobre’.

A *hiponímia* é uma relação existente entre palavras de sentido mais específico com outras de sentido mais genérico. Assim, *vaca* está numa relação de hiponímia com *mamífero* e este com *animal*. Trata-se, portanto, de uma relação paradigmática ou ‘para baixo’ em relação a uma listagem. Para baixo, porque o termo mais geral estaria abaixo dos demais.

Já a *hiperonímia* estabelece uma relação inversa entre os itens lexicais, ordenando-os dos termos mais gerais para os mais específicos, numa relação “para cima”. *Animal* está numa relação de *hiperonímia* com *mamífero*, e este, com *vaca*.

Hiponímia

Vaca
↓
Mamífero
↓
Animal

Hiperonímia

Animal
↓
Mamífero
↓
Vaca

O termo mais específico denomina-se **hipônimo** (se há vários termos específicos, serão chamados **co-hipônimos**) e os demais, **hiperônimos** ou *superordenados*.

Relação de Hiponímia:

cavalo – leão – zebra – elefante → **CO-HIPÔNIMOS**

↓
animais

HIPERÔNIMO
(ou *superordenado*)

cavalo → **hipônimo** de **animal**

A relação poderia ser:

cavalo → **mamífero** → **animal**

mamífero → **hipônimo** de **animal**

Mas, nesse caso, apesar de **cavalo** e **mamífero** serem **hipônimos** de **animal**, eles não são **co-hipônimos**. *Os co-hipônimos devem estar num mesmo nível argumentativo.*

animal → **hiperônimo**

A relação de **hiperonímia** é inversa: **animal** → **mamífero** → **cavalo**.

Nessa relação, **animal** é **hiperônimo** de **mamífero** e **mamífero** é **hiperônimo** de **cavalo**.

Observação: *esses conceitos podem confundir o aluno do ensino médio. Por isso, o foco do trabalho deve ser a relação argumentativa provocada pela hiponímia e não a solicitação de que eles decorem esses termos.*

A *hiponímia* atua basicamente na progressão textual-discursiva, ordenando a argumentação por meio do processo de retomadas anafóricas. Está muito voltada para a organização do campo semântico central

do texto. Essa relação de hiponímia interna ao texto não está fixada anteriormente a ele, por meio do significado denotativo dos vocábulos de uma língua, já que no texto as palavras adquirem sentidos diversos. O que é importante para garantir a coesão textual é que seja estabelecida uma relação interna de hiponímia, própria de cada discurso.

Segundo Ilari e Geraldi (1990, p. 52, grifos dos autores):

A relação hiponímica é aquela que intercorre entre expressões com sentido mais específico e expressões genéricas, por exemplo, entre *geladeira*, *liquidificador*, *batedeira de bolos*, *ferro elétrico* etc. e *eletrodoméstico*; é a relação que intercorre entre pardal e passarinho, e que verbalizamos dizendo “todo pardal é um passarinho, mas nem todo passarinho é um pardal”.

Ilari e Geraldi (1990, p. 51) acrescentam que a hiponímia não acontece apenas entre termos e expressões, mas também em construções complexas, estabelecendo correção entre termos nos discursos. Eles citam como exemplo as frases “(22) *Mãe, quebrei o vidro de geleia*” e “(23) *Mãe, o vidro de geleia quebrou*”: “A construção ativa exemplificada em (22), na medida em que é mais exata do que a construção média exemplificada em (23), é sua hiponímia [...]” (1990, p. 52). Esses exemplos são interessantes, porque estabelecem uma relação entre “vidro de geleia” e “quebrar” (quebrei – quebrou). “Vidro de geleia” é o termo específico, e “quebrar”, o termo mais geral. Essa é uma relação possível para a nossa compreensão, ainda que pouco demarcada no léxico da língua. O jogo argumentativo se dá na relação de atividade ou passividade estabelecida para o “vidro de geleia”.

É Palmer (1976, p. 91) quem utiliza a expressão superordenado para designar os termos mais gerais, pois, segundo ele, “hiperonímia é infelizmente demasiado parecido com hiponímia, prestando-se por isso a confusões”. De acordo com Palmer (1976, p. 93), há uma relação de consequência: uma frase pressupõe a outra quando a primeira é verdadeira e a segunda também o é. Quando dizemos “aquilo é um canário”, pressupomos que também está sendo dito “aquilo é um pássaro”. Por isso a relação de hiponímia é também conhecida como acarretamento, já que um termo ou expressão *acarreta* ou traz à mente outros correlatos.

É John Lyons (1980) quem acrescenta o conceito de co-hipônimos: lexemas relacionados a um mesmo hiperônimo. Desta forma,

curió e *canário* são co-hipônimos em relação a *pássaro*, que seria o hiperônimo nesta relação. É preciso ressaltar que ser hiperônimo não é uma característica imutável do lexema. Na relação *pássaro* e *animal*, *pássaro* passa a ser hipônimo de *animal*.

A *hiponímia* estabelece uma relação argumentativa indispensável à clareza do texto ou discurso. Uma ideia ou conceito sempre acarreta outra, e, se essa relação não estiver bem organizada no texto, o leitor demora a compreender o que está sendo dito.

Além disso, ela traz envolvimento, prendendo o leitor na construção argumentativa. Observe o texto abaixo:

Barra de São Miguel, município do litoral sul de Alagoas, poderia ser descrita como um daqueles redutos paradisíacos do Caribe. A praia, uma larga faixa de areia branca com mais de 6 quilômetros, é pontuada por coqueirais. As águas, protegidas por uma barreira de recifes, formam piscinas com cores do azul-turquesa ao verde-escuro e atravessam o ano com a temperatura média de 27 graus. Existem no lugar seis marinas.

Observe, nessa reportagem, como a *hiponímia* é bem trabalhada. Inicialmente se especifica o assunto com muita precisão, no caso, a intenção é divulgar um local (Barra de São Miguel, município do litoral sul de Alagoas). Após ser conduzido para esse local, pelo autor do texto, o leitor é conduzido para as suas praias largas, extensas e de areia branca. Da praia ele é encaminhado para águas claras e quentes. Das águas, então, ele visualiza a beleza do lugar. Desse modo, fica impossível resistir ao desejo de ir para esse reduto paradisíaco, muito habilmente descrito.

No entanto, isso nem sempre acontece com as reportagens. No geral elas trazem sinônimos ao termo central, o qual estabelece o assunto foco, e esses sinônimos vão se repetindo alternadamente. O texto deixa, assim, de ganhar progressão, tornando-se cansativo, enfadonho, pouco envolvente. Basta ir a um jornal e observar as reportagens para ver o que ocorre com a relação hiponímica ali estabelecida e que efeitos ela provoca no leitor. Seria um bom exercício para as salas de aula, pois ajudaria na produção de textos.

Além disso, se a progressão não for feita do termo mais geral para o mais abrangente, de repente o leitor pode perder o foco pretendido pelo autor e até não conseguir compreender o que se diz. Veja o seguinte exemplo:

Em uma festa subitamente entra alguém dizendo:

“Acabaram de rebocar um carro que estava estacionado na frente da garagem da casa vizinha. Havia muitos outros carros estacionados em frente às garagens, porque a rua é pequena; não havia locais para deixarmos os veículos em segurança. Uma caminhonete Fiat Estrada estava em frente a outra garagem, mas os policiais consideraram que o veículo estava estacionado em local irregular. Depois multaram e chamaram o guincho para o Fiat. O proprietário do automóvel terá que pagar a multa e o guincho do Uno”.

Observe que o ouvinte já não sabe se o carro multado foi o Uno Mille ou a caminhonete Fiat Estrada. Isso porque a progressão não foi feita adequadamente: carro → outros carros → veículo → caminhonete Fiat Estrada → o veículo → Fiat → Uno. Além disso, um co-hipônimo foi colocado, a caminhonete Fiat Estrada, sem que ficasse no mesmo nível argumentativo que Uno Mille. Resultado, o ouvinte terá que se esforçar para compreender o que é dito.

Vamos tentar deixar o texto mais claro:

Refazendo o texto – hipo-nímia:

Em uma festa, subitamente entra alguém dizendo:

“Acabaram de rebocar um Uno Mille branco, que estava estacionado na frente da garagem da casa vizinha. Os policiais disseram que o Fiat estava estacionado em local irregular. Multaram e chamaram o guincho. O proprietário do veículo terá que pagar a multa e o guincho. Havia muitos outros carros estacionados em frente às garagens, porque a rua é pequena, não havia locais para deixarmos os automóveis em segurança. Uma caminhonete Fiat Estrada estava em frente a outra garagem, mas não foi multada nem retirada. Acho que só um dos vizinhos reclamou.”

A relação hiponímica (do termo mais específico para o mais geral) ficou assim estabelecida:

Uno Mille branco → Fiat → veículo.

Co-hipônimos: muitos outros carros e caminhonete Fiat Estrada, mas entraram depois que a informação sobre a multa foi concluída.

Com essa ordenação, o foco do texto recai sobre a multa que o Uno Mille branco recebeu.

Se o texto fosse ordenado do termo mais abrangente para o mais geral, teríamos uma relação baseada na *hiperonímia*. No geral, opta-se por essa relação quando se quer causar suspense ou prender o leitor.

Refazendo o texto – hiperonímia:

Em uma festa, subitamente entra alguém dizendo:

“Acabaram de rebocar um veículo que estava estacionado na frente da garagem da casa vizinha. Os policiais disseram que o automóvel estava estacionado em local irregular. As garagens estavam quase todas obstruídas, porque a rua é pequena, não havia locais para deixarmos os carros em segurança. Multaram o Fiat e chamaram o guincho. O proprietário do Uno Mille terá que pagar a multa e o guincho. Uma caminhonete Fiat Estrada também estava à frente de uma garagem, mas não foi multada nem retirada. Acho que só um dos vizinhos reclamou.”

A relação hiperonímica (do termo mais geral para o mais específico) ficou assim estabelecida:

Veículo → automóvel → carros → Fiat → Uno Mille.

Co-hipônimo: caminhonete Fiat Estrada.

Nessa direção argumentativa (*relação hiperonímica*), o foco do texto deixa de ser o Uno Mille multado e passa a ser a narrativa do acontecido. Se se tratasse de um texto de suspense, certamente essa seria a relação adequada.

A progressão de muitos textos sofre pela não observação da *relação hiponímica/hiperonímica*. No entanto, antes de observar o próprio texto, o aluno precisa treinar o olhar para essa relação argumentativa, porque ela não possui limites precisos. O importante é que, diante do

foco central do texto, o produtor opte por termos mais específicos ou mais genéricos.

A importância do trabalho com a *hiponímia* e com a *hiperonímia* nas aulas de ensino de língua é inegável, contudo, ela é dificilmente encontrada nas gramáticas e livros teóricos de linguística e nos manuais didáticos.

Para os textos argumentativos, a relação adequada é aquela que decorre da *hiponímia*. Para os textos literários, de suspense, por vezes a *hiperonímia* pode ser a mais adequada.

Observação importante: como o trabalho em sala de aula é mais centrado no texto argumentativo, pensamos que o trabalho com a *hiponímia* deveria ser enfatizado. A relação *hiperonímica* só poderia ser trabalhada posteriormente, em textos específicos em que ela aparece, a fim de não confundir o estudante.

Sugestões de trabalho com a HIPONÍMIA em sala de aula:

- Analisar a relação argumentativa da *hiponímia* em reportagens de dois ou mais jornais locais, após explicá-la e exemplificá-la rapidamente.
- Analisar a *relação hiponímica* em redações escolares ou de vestibular.

A intenção dos exercícios é observar se a *hiponímia* foi bem trabalhada e se trouxe clareza ao texto. Ou o inverso, se a *relação hiponímica* não foi observada e que prejuízos trouxe ao texto.

É importante observar que, em um texto longo, no geral se utilizam vários termos co-hipônimos até que se chegue aos hiperônimos. Além disso, essa relação nem sempre se dá entre palavras, pois se pode optar por expressões. Essas expressões não possuem limites estabelecidos por uma relação entre palavras sinônimas, na verdade ocorre uma relação sinonímica inusitada, em muitos textos. Por exemplo:

Em uma reportagem sobre um ator, após ele ser referenciado pelo seu nome próprio, pode ser chamado pelo nome de um dos seus personagens e, por fim, pode ser identificado como “marido de alguém” ou “pai de alguém”.

A *relação hiponímica* estabelecida pode refletir uma direção específica do texto. No exemplo anterior, a reportagem poderia terminar com o hiperônimo: **esse ser humano...**, para enfatizar as qualidades do ator. Bem como, no caso de uma reportagem policial, poderíamos encontrar: **esse monstro...**, enfatizando atitudes desumanas de alguém.

Essa direção argumentativa pode refletir uma opção discursiva de alguém ou de alguma empresa jornalística, por exemplo. Se a intenção for científica, provavelmente encontraremos termos comedidos e mais objetivos; contudo, se a revista deseja envolver o leitor, pode utilizar estratégias mais ostensivas, buscando hipônimos que chamem a atenção. Isso nos leva a crer que a análise das relações argumentativas propostas pelas *hiponímias* e pelas *hiperonímias* é um bom suporte para a análise de discursos.

Metáfora e metonímia

A *metáfora* e a *metonímia* são consideradas *figuras de linguagem* ou, mais especificamente, *figuras de palavra* ou *tropos* (emprego de uma palavra com sentido figurado), o que as diferencia das figuras de sintaxe. As figuras de linguagem são reconhecidas como recursos pouco convencionais que os escritores ou falantes utilizam para promover mais expressividade à mensagem.

Esse conceito de figura de linguagem advém da concepção de que a linguagem nomeia a realidade, possuindo com esta uma relação referencial, portanto. Haveria, entre pensamento e linguagem, uma relação de utilidade: a linguagem expressaria o pensamento. Ou seja, o pensamento estaria separado da linguagem. Os usos fortuitos da linguagem figurada romperiam com essa relação puramente referencial, provocando alegorias para as expressões comunicativas.

A partir de Saussure, com o advento da linguística moderna, como vimos nos capítulos anteriores, já não se concebe o pensamento separado da linguagem. Para Saussure (1972), tanto o significante quanto o

significado são de natureza psíquica. Isso quer dizer que, quando aprendemos uma língua, já estamos imersos nos seus significados e, assim, na possibilidade de compreensão da realidade que essa língua admite. Para Wittgenstein, no seu livro *Investigações filosóficas* (1984), a linguagem estabelece o limite do nosso mundo e, por conseguinte, também da nossa possibilidade de reflexão.

Jakobson (2000, p. 61) reconhece as metáforas e metonímias como processos cognitivos. Falando sobre a afasia (perturbação na linguagem), reconhece que as variedades de afasia se situam entre dois polos: distúrbio da similaridade (*metáfora*) e distúrbio da contiguidade (*metonímia*). O indivíduo que sofre do distúrbio da *similaridade* tem dificuldade de selecionar e substituir elementos linguísticos, ou seja, realizar e/ou compreender as *metáforas*. Já aquele que sofre do distúrbio da contiguidade apresenta dificuldades de combinar elementos no contexto, alterando o poder de preservação da hierarquia das unidades linguísticas, ou seja, não consegue elaborar e/ou compreender as *metonímias* – posição que vem reforçar o caráter cognitivo desses processos.

A *metáfora* estabelece uma *relação associativa* e a *metonímia*, uma *relação de contiguidade* (proximidade, adjacência). Dessa maneira, quando utilizamos esses recursos, não o fazemos para sermos mais expressivos e sim porque estamos observando as relações daquele modo e não de outro.

Essa concepção cognitivista é hoje tão aceita que já há vários trabalhos de pesquisa publicados, principalmente sobre as *metáforas*, na perspectiva da linguística cognitiva.

Lakoff e Johnson (2004, p. 93, grifo dos autores) assim comentam a *metonímia*:

A metonímia tem, pelo menos em parte, o mesmo uso que a metáfora, mas ela permite-nos focalizar mais especificamente certos aspectos da entidade a que estamos nos referindo. Assemelha-se também à metáfora no sentido de que não é somente um recurso poético ou retórico, nem é somente uma questão de linguagem. Conceitos metonímicos (como PARTE PELO TODO) fazem parte da maneira como agimos, pensamos e falamos no dia-a-dia.

Para os autores, nem as *metonímias* nem as *metáforas* “são ocorrências casuais ou aleatórias para serem tratadas como exemplos isolados” (2004, p. 94). Tratam-se de processos sistemáticos que organizam nossos pensamentos e ações e que se baseiam nas nossas experiências:

Os conceitos metonímicos permitem-nos conceptualizar uma coisa por sua relação com outra. Quando pensamos em um Picasso, não estamos pensando apenas em uma obra de arte: mas estamos também pensando na relação dessa obra com o artista, isto é, a sua concepção de arte, sua técnica, seu papel na história da arte etc. (LAKOFF; JOHNSON, 2004, p. 93).

Assim, quando alguém diz que “tempo é dinheiro”, realiza uma *metáfora* baseada em experiências de realidade. O mesmo acontece quando se diz “comi um prato cheio”: a *metonímia* é utilizada dentro de relações já estabelecidas socialmente em que *prato* estabelece relação com quantidade. Afinal, o *prato* não foi ingerido e sim o que havia dentro dele.

Você compra Maizena ou amido de milho?
Gilete ou lâmina de cortar?
Paramos pra “tomar uma Brahma”, mesmo que tomemos Skol.
Pedimos que alguém compre “Bombril” para nós,
ainda que seja uma palha de aço Assolan.
A metonímia está muito presente como uma estratégia de marketing.
É bom que o seu aluno tome consciência disso...

Diferentemente das *metáforas*, as *metonímias* recebem delimitações específicas. Segundo os gramáticos, ocorrem *metonímias* quando se usa: o autor pela obra (“Você terminou de ler o *Machado de Assis*?” – o livro ou a obra do autor); o continente pelo conteúdo (“O *ginásio* aplaudiu a seleção de futebol do Brasil” – *ginásio* está substituindo os torcedores); a parte pelo todo (“Preciso de um *teto*” – *teto* substituindo casa); o efeito pela causa (“*Suou* muito para conseguir trabalho” – *suor* (efeito) substitui esforço (causa)).

Brandão (1989, p. 83) afirma que “a possibilidade praticamente infinita de se encontrar um termo que englobe outros dois torna o processo metonímico um recurso extremamente produtivo de significação”. Isso faz com que a delimitação dos usos da metonímia não sejam suficientes para contemplar as suas possibilidades. Por isso, há muitas variações nessas classificações, entre os gramáticos.

Cegalla (1991, p. 515) acrescenta a essa lista os seguintes itens:

- a) O instrumento pela pessoa que o utiliza: Ele é um bom garfo. (por comedor)
- b) O sinal pela coisa significada: Os partidários da coroa eram poucos. (em vez de governo monárquico)
- c) O indivíduo pela espécie ou classe: Os mecenas das artes. (por protetores)
- d) A quantidade pela espécie: Os mortais. (no lugar de os homens)

Nicola e Infante (1992, p. 441) ainda complementam:

- Do princípio ativo para a coisa acionada, como vapor em vez de navio;
- De símbolo para coisa simbolizada, como bandeira indicando partido político ou a pátria; etc.

Desse modo, *metáfora* e *metonímia* não são usos especiais da linguagem e sim usos corriqueiros, cotidianos. Além disso, esses não são processos independentes, um está imbricado com o outro. Quando alguém diz: “gosto de você do fundo do meu coração”, construiu uma *metáfora* (fez uma associação). Contudo, essa *metáfora* foi construída a partir de uma *metonímia*, porque se observou a proximidade entre coração e sentimentos.

Jakobson (2000, p. 56), ao estudar a *metonímia* e a *metáfora* como processos cognitivos, admite que todos os dois processos são constantemente utilizados no comportamento verbal, “mas uma observação atenta mostra que, sob a influência dos modelos culturais, da personalidade e do estilo verbal, ora um, ora outro processo goza de preferência”.

A *metáfora* é definida como comparação. No entanto essa perspectiva nos parece equivocada, porque uma relação associativa nem sempre é uma relação comparativa. Quando se diz “tempo é dinheiro”, por exemplo, não

se quer dizer que “tempo é igual a dinheiro” e sim que o tempo é valioso como o dinheiro. Ou, quando se diz que “Maria é uma rosa”, não se quer dizer que “Maria é como uma rosa” e sim que ela lembra a beleza de uma rosa.

A metáfora cria uma imagem para o leitor,
na medida em que apresenta a realidade pelo viés.
O efeito inusitado chama a atenção,
até que a metáfora se cristaliza tornando-se uma
estrutura marcada (metáforas gastas).

Além disso, a *metáfora* configura um modo de ver a realidade. Quando um pescador diz “o mar é a minha casa”, ele não está estabelecendo uma comparação entre mar e casa. Ele está dizendo que se sente tão bem no mar como se sente em casa e, mais do que isso, que ele não vive sem o mar, que é lá que ele se sente integrado com o ambiente, tranquilo. Portanto, é difícil traduzir *metáforas*, pois elas dependem de quem disse, como disse e em que circunstâncias foram ditas. Elas significam em si, nas relações, nos discursos e traduzem modos de percepção que não poderiam ser expressos por uma linguagem objetiva.

Por isso encontramos, hoje, terapias de *metáfora*, que são técnicas psicoterapêuticas que levam a pessoa a observar a realidade por outro prisma, a partir dos próprios sentidos, das próprias percepções, que vão, lentamente, reorganizando as suas perspectivas de realidade.

Assim como as *metáforas*, as *metonímias* fazem parte do nosso cotidiano. O aluno tem razão quando não compreende por que “bebi um copo de água” (continente pelo conteúdo) é uma *metonímia*, já que o uso é corriqueiro e faz parte da nossa realidade experienciada. Ninguém estranha quando alguém diz que “precisa de um teto”, porque afinal o teto é a parte mais representativa da casa, pois nos protege das intempéries. Quando dizemos que “o homem é mortal” (o particular pelo universal), ninguém pensa que se trata de um uso especial. As *metonímias* fazem parte do nosso cotidiano.

Pelas *metáforas* estabelecemos relações inusitadas com a realidade. Um olhar metafórico é aquele que transcende a realidade imediata, in-

vadindo mesmo outras realidades experimentadas pelos sentidos. Já as *metonímias* nos levam ao específico, que também é um lugar no qual não detemos o nosso olhar. Elas têm a propriedade de nos trazer para a realidade singular, de nos transportar para detalhes, para a realidade concreta.

Olhar o mundo metonimicamente é uma característica daqueles que percebem a realidade a partir do seu imediatismo, que seleciona o específico como um modo de olhar. E essa perspectiva passa por questões histórico-sociais, por opções políticas, por momentos em que o homem se vê, ou quer se ver, inserido no específico, no particular e tem na realidade objetiva a sua referencialidade.

Segundo Jakobson (2000, p. 57),

[...] é a predominância da metonímia que governa e define efetivamente a corrente literária chamada de “realista”, que pertence a um período intermediário entre o declínio do Romantismo e o aparecimento do Simbolismo, e que se opõe a ambos. Seguindo a linha das relações de contiguidade, o autor realista realiza digressões metonímicas, indo da entrega à atmosfera e das personagens ao quadro espaço-temporal. Mostra-se ávido de pormenores sinedóquicos.

Tal como a literatura realista, os jornais primam em expressões metonímicas que provocam o efeito de sentido de inserção em uma realidade específica, suscitando um olhar direcionado no leitor. Se o professor se utiliza de tais textos, o próprio aluno poderá perceber a diferença entre eles e outros mais metafóricos e compreender o efeito que provocam no leitor. Desse modo, o aluno será treinado no jogo que os discursos estabelecem e no modo como eles podem ser produzidos¹⁵.

Nas aulas de língua portuguesa, além da análise desses dois processos em textos variados, parece fundamental demonstrar aos alunos o papel das metonímias nas propagandas, conforme anteriormente comentado, porque o aluno precisa estar consciente do jogo que se trava em linguagem. Já com relação às metáforas, parecem muito interessantes as descrições das experiências sensoriais, quando levamos os alunos

15 Boa referência sobre o tema da metáfora é o filme *O carteiro e o poeta* (1994).

a ambientes diversos. Dificilmente não usamos metáforas quando as realidades são experimentadas pelos cinco sentidos, como quando tapamos os olhos e tocamos coisas.

Ambiguidade e paráfrase

Saindo do âmbito da palavra, vamos caminhando em busca dos processos de significação calcados na frase, nos diálogos, no texto.

A *ambiguidade* e a *paráfrase* são estratégias argumentativas decorrentes do trabalho refletido sobre a linguagem. As duas estratégias são constantemente utilizadas, mas são pouco trabalhadas em salas de aula de ensino de língua materna e estrangeira.

No geral a *ambiguidade* é tratada como problema de linguagem, e a *paráfrase*, como passagem da voz ativa para a passiva. No entanto, cotidianamente encontramos *ambiguidades* em nossos diálogos, em bilhetes, manchetes de jornais, propagandas, etc. Também parafraseamos textos, aquilo que ouvimos e até o que falamos, quando dizemos com outras palavras o que acabamos de falar, ao tentar nos explicar.

Na tradição dos estudos de retórica, a *ambiguidade* é conhecida como anfibologia. Normalmente ela é estudada a partir de frases soltas. Localiza-se o fator gerador e procuram-se formas de desambiguiá-las.

A *ambiguidade* é definida como a propriedade dos enunciados de apresentarem várias possibilidades de interpretação, simultaneamente.

Exemplos:

Você pode falar bem do Brasil, você tem a Telesp.

(Telesp – companhia telefônica do estado de São Paulo)

Nokia 6120. O mundo todo só fala nele.

(Campanha publicitária em revista impressa)

Elas estão por um fio.

(Campanha publicitária do Governo Federal
para o cuidado com o coração)

Observe que, quando a possibilidade de dupla interpretação é desfeita pelo contexto de comunicação, então não se trata mais de *ambiguidade*. O pronome seu/sua é muito marcado pela *ambiguidade*. Por exemplo: “Pedro visitou seu amigo e depois saiu com sua noiva.” Nesse caso fica a dúvida se a noiva era de Pedro ou do amigo, contudo essa *ambiguidade* é desfeita se o assunto em pauta é Pedro e o ouvinte sabe que ele possui uma noiva. Além disso, a continuidade do discurso garante que a ambiguidade seja desfeita.

A desambiguação pelo contexto comunicativo ocorre naturalmente, pois o falante é capaz de identificar o sentido exato das palavras homônimas e polissêmicas quando em situações de uso. Uma frase do tipo “esperei muito tempo no banco”, se isolada, deixaria dúvidas se o banco é de assentar ou uma agência bancária, mas, dentro de condições normais de comunicação, o falante compreenderia exatamente de que banco se trata.

Tratar a ambiguidade fora do contexto comunicativo e com frases isoladas tem sido um erro recorrente em salas de aula de ensino de línguas.

Há, basicamente, três tipos de *ambiguidade*:

- **Ambiguidade lexical:** quando deriva, exclusivamente, de um item polissêmico.

Exemplo: “**Como fazer uma galinha no ponto.**” (mensagem publicitária da revista Ponto Cruz) – fator gerador: a polissemia da palavra *ponto*.

Observação: Muitas dessas ambiguidades são desfeitas pelo contexto, como no exemplo: “**O cachorro fez mal à moça**”. *Ambiguidade* gerada pela palavra cachorro, que pode receber um sentido conotativo de “homem aproveitador”.

- **Ambiguidade estrutural** (gramatical): no caso de se poder atribuir à sentença pelo menos duas estruturas gramaticais distintas. “**Deputado fala da reunião no canal 2**” (reportagem jornalística). Fator gerador: “fala da”, que pode gerar dois significados “fala sobre” ou “fala a partir da reunião”.

Também é necessário distinguir *ambiguidade* de vaguidade. A vaguidade é fruto da indeterminação própria das palavras ou sentenças. Por exemplo, a palavra “alto” é vaga, pois para que algo seja considerado “alto” é preciso que esteja relacionado a alguma coisa. Afinal, algo é considerado alto em relação a quê? O que é “alto” para alguém pode ser de tamanho normal para outros. Essa é uma questão de perspectiva.

- **Ambiguidade pragmática:** numa perspectiva mais abrangente, a *ambiguidade* reúne, além da multiplicidade de sentidos de palavras ou sentenças, uma variedade de forças próprias do ato de linguagem. Por exemplo, se alguém diz: **“Eu estarei aqui no momento oportuno”**. Esse ato de linguagem pode significar tanto uma promessa quanto uma ameaça ou uma advertência. Quando o contexto deixa esses atos de linguagem com possibilidades de dupla interpretação, temos aí uma *ambiguidade* que não é nem sintática nem lexical. Esse seria um caso de ambiguidade pragmática.

A Ambiguidade é uma propriedade inerente à língua natural.

Esse é um fator de riqueza da linguagem e
não um “vício de linguagem”.

Dicas para a sala de aula:

É muito importante treinar os alunos na observação das *ambiguidades*. Muitos não percebem a ambiguidade da frase:

“Carlos viu a queda da ponte”. Fator gerador: “ver ... da” (viu, da ponte, a queda ou testemunhou a queda de uma ponte específica).

Por isso, após observar várias ocorrências ambíguas em jornais, revistas, piadas, charges, sugerimos que o professor solicite ao aluno que busque colocações ambíguas nos lugares que frequenta. Nas igrejas, por exemplo, em seus quadros de avisos, nos locais de trabalho, em conversas cotidianas. Mas sempre dentro de contextos específicos, pois, por vezes, a ambiguidade não resiste a um esforço de interpretação.

Exemplo de convites em quadros de avisos de igrejas:

Encontro de Jovens Mamães:

Você quer se tornar uma jovem mamãe?

Mais importante que olhar a *ambiguidade* como erro é analisá-la como estratégia discursiva. Ler as ambiguidades significa ampliar as condições de leitura para textos diversos, como no texto acima em que a *ambiguidade* passa despercebida para muitos.

Se a *ambiguidade* quase não é trabalhada em salas de aula de ensino de línguas, a *paráfrase* o é menos ainda. Raramente encontramos referências à *paráfrase* em manuais didáticos, gramáticas ou mesmo em livros de semântica. Quando é tratada, vem anexada ao conceito de *sinonímia*, principalmente na passagem da voz ativa para a passiva, ou na mudança de tópico discursivo. Por exemplo:

**O bolo foi feito pela Júnia. → A Júnia fez o bolo.
Laura é mulher de Pedro. → Pedro é marido de Laura.**

Ou seja, somente a questão estrutural da linguagem é percebida, perdendo-se a riqueza da produção de discursos orais e escritos, quando a *paráfrase* é condição de processamento essencial desses.

Cotidianamente utilizamos *paráfrases*, ainda que de modo pouco refletido. Quando conversamos ou palestramos, constantemente estamos reorganizando o que acabamos de dizer, utilizando para isso novas estruturas e diferentes palavras. Alguns elementos responsáveis pela coesão textual podem ser considerados elementos introdutórios de *paráfrases*, como o “ou seja” e o “isto é”¹⁶.

A produção de textos não sobrevive sem a *paráfrase*. A progressão textual depende das retomadas parafrásicas para ser satisfatória.

**A paráfrase não é um uso especial da linguagem,
mas uma condição de argumentação, tanto na
linguagem escrita quanto na falada.**

16 Uma boa leitura sobre o tema é o livro de Affonso Romano de Sant’Anna, *Paródia, paráfrase e cia.* (1988).

Difícilmente somos compreendidos de uma primeira vez que organizamos um argumento. A análise depende de observação do mesmo assunto por perspectivas diferenciadas e essas retomadas são sempre parafrásicas, pois precisamos retomar a mesma perspectiva a fim de ampliá-la e seguir com o discurso analítico.

Quem não parafraseia não produz textos.

É muito importante diferenciar a *parafrase* da paródia. Enquanto a *parafrase* mantém o mesmo tom ideológico do texto, a paródia subverte o texto base, questionando-o. Veja os trechos de poemas abaixo:

Texto-fonte	Texto parafraseado	Texto parodiado
<p>Canção do exílio Gonçalves Dias</p> <p>Minha terra tem palmeiras, Onde canta o Sabiá; As aves, que aqui gorjeiam, Não gorjeiam como lá.</p>	<p>Europa, França e Bahia Carlos Drummond de Andrade</p> <p>Meus olhos brasileiros se fecham saudosos Minha boca procura a “Canção do Exílio”. Como era mesmo a “Canção do Exílio”? Eu tão esquecido de minha terra... Ai terra que tem palmeiras Onde canta o sabiá!</p>	<p>Canto de regresso à pátria Oswald de Andrade</p> <p>Minha terra tem palmares Onde gorjeia o mar Os passarinhos daqui Não cantam como os de lá.</p>

Música, poema, provérbio baseados em outros já existentes, aproveitando do anterior o ritmo, a cadência, não constituem necessariamente paródias. A paródia é um questionamento ao texto anterior. O humor provocado pela paródia é justamente este, de se contrapor. Exemplo: “Quem espera sempre alcança” (ditado popular). Paródia: “Quem espera nunca alcança”.

Já que a *parafrase* mantém o tom ideológico, a “Canção do exílio” pode ser considerada uma parafrase do Hino Nacional Brasileiro, pelo menos no que se refere à estrofe abaixo:

**Do que a terra mais garrida
Teus risinhos lindos campos têm mais flores
Nossos bosques têm mais vida
Nossa vida em teu seio mais amores**

Após apresentar a paráfrase para os alunos, parece importante demonstrar o seu papel na progressão textual como estratégia de retomada do que foi dito. Afinal, sem paráfrase dificilmente o aluno conseguirá compreender o que seja produzir um texto. A palavra escrita dá a ilusão de que o que foi escrito não precisa ser retomado, pois pode ser lido novamente. Então já está tudo dito, não há mais nada o que dizer, quando se faz meia redação. Ora, tal como na fala, a escrita exige que o leitor fale a mesma coisa de vários modos diferentes, retomando o que foi dito para dar prosseguimento ao assunto e vinculando pontos de vista para transformá-los argumentativamente. E sem a utilização da paráfrase nada disso é possível.

Dicas de sala de aula:

Parece interessante propor, em sala de aula, a identificação da paráfrase e da ambiguidade em diferentes suportes textuais: imprensa, arte, ciência, religião, esporte, culinária, etc.

Acompanhando a identificação, é necessário observar os efeitos de sentido causados por esses dois processos semânticos, decorrentes da posição ideológica assumida na apropriação da paráfrase, ou da intencionalidade na proposição da ambiguidade.

Logo após, seria interessante que os estudantes observassem a paráfrase nos próprios textos e fossem instigados a produzir textos ambíguos sem causar prejuízos à sua compreensão.

Pressupostos e subentendidos

Os *pressupostos* e os *subentendidos* foram estudados largamente por Oswald Ducrot. Na sua teoria, a questão ganhou enfoques variados com o passar do tempo. Esses temas foram pensados como estratégias argumentativas muito efetivas, particularmente a *pressuposição*.

O *pressuposto* é uma informação pouco discutida, mas que pode ser comprovada por meio de elementos linguísticos presentes nos enuncia-

dos. Se o ouvinte não questionar o pressuposto, ele se verá enredado pelos argumentos apresentados.

Os *subentendidos* são informações pouco explicitadas, mas que podem ser inferidas. Porém, se o falante quiser se esconder, pode negar que disse aquilo, diferentemente dos pressupostos que se erigem sobre dados linguísticos.

Exemplos:

Ex. 1: **Até o Marcos veio à aula hoje.**

Pressuposto: “Grande parte dos alunos, senão todos, foram à aula hoje”.

Subentendidos: “O Marcos vai pouco às aulas” ou “Os alunos faltam muito às aulas”.

O pressuposto, nesse exemplo, reside no “até” (advérbio de inclusão), enquanto elemento reconhecidamente desencadeador de pressuposição. Ao questionar o pressuposto, o diálogo fica comprometido, na sua possibilidade de continuidade: “Ora, os alunos dessa turma normalmente não faltam”.

Quanto ao subentendido, o Marcos pode dizer: “Mas eu nunca falto à aula”. Nesse caso, o falante poderia alegar que não quis dizer que o Marcos falta sempre, mas que ele faltou na outra aula. Ou os alunos poderiam questionar: “Nós frequentamos sempre as aulas, não faltamos quase nunca”. O falante poderia retrucar que “não quis dizer isso e sim que todos vieram hoje”.

Portanto, o pressuposto, se linguisticamente questionado, compromete a continuidade do diálogo. Já no caso dos subentendidos, por serem elementos de natureza retórica, o falante pode deles facilmente se safar.

Ex. 2: **A Helena parou de fumar cigarro.**

Pressuposto: “Helena fumava antes”.

Subentendido: “Ela continua fumando outras coisas que não cigarros”.

Mas Helena pode questionar, dizendo que ela não fuma outras coisas. O falante pode dizer que não disse que ela fuma nada além de cigarro.

Estando o pressuposto situado no verbo “parou”, o interlocutor pode intervir no diálogo dizendo: “Como ‘parou’, Helena nunca fumou cigarros”.

No livro *O dizer e o dito* (1987), Ducrot, ao analisar o processo de significação dos enunciados, percebeu que não haveria como fazer uma descrição semântica linguística finita para cada enunciado, pois eles não poderiam ser esgotados em somente uma interpretação. A esse respeito conclui:

[...] a descrição semântica se constituirá de um conjunto extremamente heterogêneo, heteróclito mesmo. Com efeito, aí deverão ser abrigados, além dos conhecimentos habitualmente chamados de linguísticos, um certo número de leis de ordem psicológica, lógica ou sociológica, um inventário das figuras de estilo empregadas pela coletividade que fala a língua L, com suas condições de aplicação, em suma, informações referentes às diferentes utilizações da linguagem nessa mesma comunidade (DUCROT, 1987, p. 15).

Desse modo, o processo de significação dos enunciados deveria seguir dois componentes principais: um *componente linguístico*, o pressuposto, e um *componente retórico*, o subentendido. Para uma melhor compreensão do tema, Ducrot propõe os seguintes exemplos:

- (1) Se Pedro vier, Jacques partirá.
- (2) Jacques não despreza vinho.
- (3) Jacques continua fumando.
- (4) Pedro deu pouco vinho a Jacques.

Segundo Ducrot, os enunciados (3) e (4) seriam classificados como contendo pressupostos, pois os pressupostos desses enunciados resistem tanto à negação quanto à interrogação, condição fundamental para a constatação de um pressuposto. Assim, temos que “os enunciados *Será que Jacques continua fumando?* e *É falso que Jacques continua fumando* continuam mantendo, tal como o faz (3), que Jacques fumava antigamente” (DUCROT, 1987, p. 19, grifos do autor). Já os conteúdos (1) e (2), classificados como subentendidos, dificilmente resistiriam ao teste da negação (Se Pedro não vier, Jacques não partirá) e da interrogação (Será que Jacques partirá, caso Pedro venha?) sem que se perdesse o sentido original. A esse respeito afirma:

Em síntese, o fenômeno de pressuposição parece estar em estreita relação com as construções sintáticas gerais – o que

fornece uma primeira razão para tratá-lo no componente linguístico onde, evidentemente, deveria ser descrito o valor semântico dessas construções. O mesmo argumento não pode ser empregado, tratando-se dos subentendidos, pois a relação com a sintaxe é bem mais difícil de aparecer (DUCROT, 1987, p. 19).

Salienta, ainda, a respeito do subentendido, que ele serve como um aparato ao enunciador, pois “permite acrescentar alguma coisa ‘sem dizê-la’, ao mesmo tempo que ela é dita” (DUCROT, 1987, p. 19). Ao contrário dos subentendidos, o pressuposto, preso ao sentido literal, funciona como uma verdade incontestável que serve como orientação para o discurso.

Essa teoria sofreu inúmeras críticas, o que fez o próprio Ducrot reformulá-la. Sobre os subentendidos, o seu limite não fica claro, pois a questão transcende os limites do argumento (limite da teoria), atingindo questões pragmáticas e contextuais. Afinal, só se pode dizer que uma mensagem ficou subentendida na dependência da situação de comunicação.

Uma pessoa que, por exemplo, diz “Quando vou a Paris fico em um Hotel próximo ao Louvre” está deixando subentendido que sempre vai a Paris, que tem costume com essa cidade. Contudo, se perguntada, ela pode dizer que foi uma só vez, mas que pretende ficar nesse hotel sempre que for a Paris, que fez amizades com os proprietários, o que não nega, necessariamente, o que ela disse, mas o subentendido permanece, porque a expressão temporal “Quando” traz um efeito de sentido de repetição: “Quando durmo...”; “Quando vou à praia...”.

Sentenças comuns podem gerar subentendidos, dependendo do contexto de uso. Exemplo: “Você tem fogo?” pode significar até mesmo um flerte, conforme a situação em que foi proferida.

Quanto aos pressupostos, todos os casos deveriam resistir à interrogação, negação e intercalação, como na frase:

“João parou de bater na mulher”.

Pressuposto: João batia na mulher antes.

- João parou de bater na mulher? (mantém o pressuposto de que ele batia antes)

- João não parou de bater na mulher. (também mantém o pressuposto de que ele batia na mulher antes)

- João, que está doente, parou de bater na mulher. (igualmente mantém o pressuposto de que ele batia na mulher)

Mas a frase “Até Maria veio” pressupõe que muitas pessoas vieram. Esse pressuposto alicerça-se na expressão “Até”. Contudo, resiste à negação, como previsto por Ducrot. “Até Maria não veio” levaria ao pressuposto de ninguém veio.

Ao mesmo tempo, pode-se dizer que qualquer enunciado possui um pressuposto, enquanto informação compartilhada por uma comunidade linguística. Se alguém diz “A piscina está cheia”, pressupõe-se que na casa há uma piscina, caso contrário a informação possui outro sentido e o ouvinte terá que fazer um esforço para compreendê-la.

Mesmo depois das inúmeras revisões que sofreram as teorias linguísticas sobre a *pressuposição* e os *subentendidos*, não há como negar que o trabalho com esses temas em sala de aula é fundamental para ampliar as condições de interpretação de textos, dos estudantes. Considerando as salas de aula de língua portuguesa, parece interessante levar em conta todas as formas de subentendidos, sejam eles visuais ou linguísticos, assim como conceber a pressuposição em seu sentido mais amplo, como uma base para que a comunicação se efetive, mas também no sentido de informação que prende o leitor e estabelece com ele um laço bastante coeso, de modo que, para ele fugir ao pressuposto, terá que questioná-lo. Se prosseguir no diálogo, é porque aceitou o pressuposto.

A informação pressuposta pode ser trabalhada a partir de piadas, programas humorísticos, ou dentro de falas cotidianas. O mais tranquilo é levar o jornal para a sala de aula e observar como ele joga com os pressupostos, envolvendo os leitores. As chamadas das reportagens dão a impressão de que é preciso ser interno àqueles conteúdos, que quem não lê jornal está “fora do mundo”, alienado. Consegue-se isso com a utilização da pressuposição, na maioria das vezes. Por exemplo, quando lemos “Encerram-se as Olimpíadas no Brasil”, podemos pressupor que estavam acontecendo as Olimpíadas no país, devido ao verbo encerrar. Essa manchete pressupõe que o leitor tenha conhecimento prévio desse fato. Se não sabe é porque se trata de um leitor alienado, que tem que ler mais jornais. Consumir notícias. Ser interno aos conteúdos veiculados pela mídia nacional, local e mundial, para ser considerado cidadão.

Para a sala de aula, parece fundamental levar os alunos a observarem o jogo travado por esses dois processos argumentativos, de modo que

aqueles possam se desvencilhar das amarras que estes propõem. No caso dos pressupostos, é preponderante observar os elementos linguísticos desencadeadores.

Breves considerações

A semântica tem sido muito pouco trabalhada em salas de aula de língua portuguesa. As questões relativas aos sentidos são esquecidas mesmo durante as aulas de leitura e produção de textos. O trabalho com os itens arrolados nesse capítulo pode levar a uma maior ambiência com a linguagem, na busca de leitores mais atentos aos jogos da significação.

Entretanto, a conceituação excessiva parece dispensável, pois o importante é treinar nos alunos o olhar para os entrelaçamentos que o movimento dos sentidos vai tecendo.

O ganho será, sem dúvida, a formação de cidadãos mais conscientes e capazes de intervir na sociedade, bem como de pessoas capazes de rever a própria realidade à luz das metáforas, novas organizações de campos semânticos e de todos os demais processos semânticos aqui elencados, assim como tantos outros que não pudemos abordar, mas que estão presentes nos textos estudados em salas de aulas de língua portuguesa e estrangeiras.

Conclusões

A semântica da enunciação

Conforme temos afirmado até aqui, a semântica surge como disciplina autônoma no estruturalismo, ao priorizar o *significado* em detrimento das questões envolvidas nas produções do *sentido*. Quando a linguística, como ciência, define como seu objeto de estudo, a *langue* (Saussure), o estudo da linguagem passa a ser percebido sem que se levasse em conta aquele que fala ou as condições histórico-sociais desse ser que se articula em linguagem.

Foi sob a égide do **significado**, ou conceito, que a semântica se erigiu como ciência autônoma, capaz de influenciar outros variados campos de investigação. Considera-se o signo assemelhando-o ao vocábulo e para além do seu uso (instância da *parole*). Essa postura está presente no *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure (1972).

Qual livro de semântica é mais adequado para os estudantes de graduação em Letras?

Difícil responder, porque é vasta a literatura sobre o tema. As perguntas seriam, então:

Que concepção de linguagem o livro apresenta?

É sob essa perspectiva que eu, como professor(a), entendo a significação?

Na proposta estruturalista, porém, o estudo do léxico é mantido, tendo por base a herança das concepções historicistas (período anterior ao estruturalismo). Contudo, dentro da abordagem historicista, ainda que se focasse o vocábulo, estudavam-se as *mudanças de sentido* com os fatores estilísticos, os sintáticos e os morfológicos. Já o estruturalismo separa esses campos de conhecimento. Caberá à semântica observar os significados presentes numa língua natural, descrevendo o seu funcionamento. Estudam-se, então, os campos léxicos, os antônimos, os sinônimos, os homônimos, os hiperônimos, buscando quadros lógicos e bem estabelecidos das possibilidades de significados presentes nas línguas. Uma obra que representou essa perspectiva foi a *Semântica* de John Lyons (1980).

É interessante notar que dificilmente são encontrados, nas obras desse período, estudos sobre a propriedade polissêmica das línguas, sobre as conotações – estas só aparecem como oposição à denotação, como desvio, portanto –, enfim, sobre as *mudanças de sentido*, de modo geral. Portanto, as mudanças de sentido são classificadas e ordenadas, recebendo denominações inusitadas. Contudo, em uma literatura voltada para a graduação, mas que ainda ocupa os primórdios do estruturalismo em semântica, encontramos uma abordagem da significação como um movimento dos sentidos, como na *Semântica* de Ullmann (1977) ou mesmo n' *A semântica* de Guirraud (1975), porque elas ainda trazem traços do período anterior, o historicismo.

Já na versão gerativista da proposta estruturalista, ainda que o estudo do vocábulo por ele mesmo tenha sido abandonado para dar lugar à sintaxe, a semântica perde espaço, pois os componentes de significação não são tão facilmente categorizados como os sintáticos, a não ser por traços distintivos básicos. Uma obra que reflete bem esse período é a de Lúcia Lobato, *A semântica na linguística moderna: o léxico* (1977).

No entanto, dentro da virada funcionalista que tem como fator de análise o texto – abordagem que chega ao Brasil na década de 70 –, a semântica passa a ser vista como sendo a base da linguagem, considerada de modo indissociável das demais disciplinas de estudo da linguagem humana. Nesse momento, os estudos em pragmática ganham espaço e as implicaturas conversacionais, as dêixis, os atos de fala, as questões de polidez, etc. passam a fazer parte das aulas de semântica.

Antecedendo a esse período, ganhou realce a semântica argumentativa, que tem como nomes fundadores Émile Benveniste e Oswald Ducrot, que

percebiam a significação a partir de condições argumentativas concretas, observando os pressupostos, o movimentos das conjunções e dos verbos, trazendo à tona os estudos da enunciação de modo efetivo, ao considerar os implícitos e a significação observada nos argumentos, ainda que não fossem considerados os atos de fala. As obras de semântica passam a abordar, por exemplo, o acarretamento, a referenciação, as anáforas e as pressuposições. As obras mais atuais de semântica, voltadas para a graduação, refletem essa tendência, ainda que não abandonem as perspectivas da lógica formal clássica e a abordagem estruturalista, como a *Iniciação à semântica* de Duarte (2000) e o *Manual de semântica* de Cançado (2005).

Na análise do discurso (AD), a semântica sempre teve um papel preponderante. É da década de 1970 a obra de Michel Pêcheux *Semântica e discurso*. Sob essa perspectiva, porém, o que se leva em conta são os sentidos e não propriamente os significados, pois interessavam à AD os efeitos de sentido. Segundo Pêcheux (1990, p. 56), a AD deve cuidar não do significado estabelecido e sim das suas contradições, elipses, faltas, equívocos. A semântica é, para essa disciplina, o encontro possível com a materialidade da linguagem.

Panoramicamente podemos resumir o que foi dito antes, entendendo que, sob a égide dos estudos aristotélicos e hermenêuticos, a semântica começa a se estruturar ainda no historicismo (mudanças de sentido) e ganha sua autonomia no período estruturalista nas suas vertentes: estruturalista clássica, gerativista, argumentativa e formal. Já na sua vertente funcionalista, surge a semântica cognitiva, bem como a pragmática (como disciplina) e os estudos em linguística textual, que tomam por base as questões semânticas. Evidentemente se trata de uma visão bastante panorâmica, mas suficiente para situar os estudos na área, a fim de tecermos algumas conclusões.

Como foi dito em nossa **Conversa inicial**, a perspectiva aqui adotada é a da semântica da enunciação, ou seja, estamos entendendo que não há um significado estático, único, unívoco, quando se produz a linguagem. Nem mesmo se se considerar que existe um significado básico, ainda ele é fluido. Quando dizemos, por exemplo, “acende a luz”, no geral nos referimos à lâmpada. Também dizemos “luz do dia”, significando “reflexos do sol”. Então, qual o significado

básico da palavra “luz”? Ao que parece, trata-se de um signo polissêmico, além de receber conotações as mais variadas e inesperadas nas interações cotidianas, como quando ele é relacionado ao conceito de ideia, nas revistas em quadrinhos.

Segundo a perspectiva aqui adotada, *a semântica é o estudo dos sentidos ou dos efeitos de sentidos*. Isso porque acreditamos que os significados são fluidos, instáveis, dinâmicos, dependentes do momento do uso para se constituírem. O que se tem são significados estabilizados em determinados momentos, que possibilitam que as pessoas se entendam, mas eles se modificam sempre. As palavras se fazem no uso e não existem fora ou antes do uso, por isso não podem ser vistas separadas dos discursos, dos lugares sociais em que aparecem.

Nas palavras de Bakhtin:

Em essência, para a consciência individual, a linguagem [...] coloca-se nos limites de seu território e nos limites do território de outrem. A palavra da língua é uma palavra semi-alheia. Ela só se torna “própria” quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com a sua orientação semântica e expressiva. Até o momento em que foi apropriado, o discurso não se encontra em uma língua neutra e impessoal (pois não é do dicionário que ele é tomado pelo falante!), ele está nos lábios de outrem, nos contextos de outrem e a serviço das intenções de outrem: e é lá que é preciso que ele seja isolado e feito próprio. Nem todos os discursos se prestam de maneira igualmente fácil a esta assimilação e a esta apropriação: muitos resistem firmemente, outros permanecem alheios, soam de maneira estranha na boca do falante que se apossou deles, não podem ser assimilados por seu contexto e escapam dele; é como se eles, fora da vontade do falante, se colocassem “entre aspas”. A linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem. Dominá-la, submetê-la às próprias intenções e acentos é um processo difícil e complexo (BAKHTIN, 1975, p. 100).

É muito marcada, na nossa sociedade, a concepção de que a linguagem expressa o pensamento. Ou seja, o pensamento é separado da linguagem, cabendo à linguagem a tarefa de nomear a realidade.

Para a linguística não há separação entre pensamento e linguagem, porque não se pensa fora da linguagem. Além disso, não se acredita que se pense melhor na medida em que se possua mais vocabulário. A linguagem não é um conjunto de palavras, mas um sistema complexo que estrutura em si formas de vida, que levam a modos de pensar, de conceber a realidade. Há vários filmes que abordam essa questão, como *O enigma de Kaspar Hauser*, *Nell* e outros.

Bakhtin (1988, p. 95) ainda afirma que:

De fato, a forma linguística, como acabamos de mostrar, sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc.

A literatura sobre semântica não difere muito os conceitos de **sentido** e **significado**. Afirma-se, simplesmente, que o sentido é o que percebemos do significado das palavras, quando em uso. Ora, essa concepção admite ainda que exista um significado primeiro e que o significado seja o conceito, ou seja, aquilo que nos possibilita pensar. *Pensamento e linguagem* estão separados, segundo essa concepção; o homem aprende a linguagem para aprender a pensar.

Segundo Julia Kristeva, em seu livro *História da Linguagem*, “a linguagem é simultaneamente o único modo de ser do pensamento, a sua realidade e a sua realização” (1969, p. 17). Para essa autora, “não há sociedade sem linguagem, tal como não há sociedade sem comunicação” (1969, p. 18).

O que percebemos é que os homens estruturam seu modo de ver a vida na medida em que interagem em linguagem. Não há uma separação entre o homem e a linguagem. Um não antecede o outro como se a linguagem fosse uma herança social. Ela se impõe aos sujeitos. Kristeva afirma que: “O homem moderno está mergulhado na linguagem, vive na fala, é assaltado por milhares de signos” (1969, p. 9).

A referida autora vai mais longe ao dizer da influência da linguagem sobre o homem:

Pois hoje em dia, nada, ou quase nada, se faz sem fala, e é necessário saber, apesar de tudo, se essa coisa que fala quando eu falo e que me implica totalmente em cada som que enuncio, em cada palavra que escrevo, em cada signo que faço, se essa coisa é realmente eu, ou um outro que existe em mim, ou ainda um não sei quê de exterior a mim mesmo que se exprime através da minha boca em virtude de qualquer processo ainda inexplicado (KRISTEVA, 1969, p. 10).

Segundo Octavio Paz (1986, p. 30):

[...] a palavra é o homem mesmo. Somos feitos de palavras. Elas são a nossa única realidade ou, ao menos, o único testemunho de nossa realidade. Não tem pensamento sem linguagem [...]. E ainda o silêncio diz algo, pois está impregnado de signos. Não podemos escapar à linguagem.

Rubem Alves (1994, p. 14) também afirma, na mesma direção: “Desde que nascemos continuamente palavras vão sendo ditas. Elas entram no nosso corpo, ele vai sendo transformado, virando uma outra coisa, diferente da que era”.

Há um mito de que desejamos passar um pensamento organizado, quando falamos. Na verdade, o pensamento se organiza com a elaboração da linguagem. O que buscamos nas interações, na maior parte das vezes, é marcar espaço, estabelecer a nossa diferença, apresentar relações de poder e força, convencer, ser notado, entre tantas outras intenções nem sempre conscientes. O que fazemos é nos influenciar mutuamente impondo comportamentos ao mesmo tempo que outros burlam padrões, desconstruindo formas estabilizadas.

Por isso os sentidos mudam constantemente e o que fica no dicionário – os significados das palavras – são formas temporariamente estabilizadas que são constantemente reformuladas em seus sentidos, até que um novo significado seja o mais evidente e estável para um determinado momento histórico de uma comunidade.

Enconióstico

Na esbóltica tesnalha de cavílica,
Escomirando a flântula combúria,
Cautolosia o serpifal da escúria,
Com três hipóticos getais de fílica.

Porém, no pifo, atrás da massenúria
Contamilando a estáfila clastílica,
Cortenovava a sístola esmepílica,
Com menões, com terris e sem mortúria.

E esses portoses áltios se rortam
Na extrêmica perfina do terfalho,
Enquanto as tílicas em chunda se amortam!

E nessa alvítica chalinda em balho,
Eu me consfílio, e em sínase se extortam
Os comaris dos sanafrais de analho!

José Augusto de Carvalho (1983)

O soneto anteriormente apresentado, de José Augusto Carvalho, traz à tona a questão da significação. Nesse soneto a maior parte das palavras não possui significados, foram criadas pelo autor. No entanto, o poema passa uma sensação de mortalha, de penúria, podridão. O sentido do texto remete-nos a um lugar sombrio, com mortos, uma vida decrépita, o soneto passa, enfim, um sentido de desesperança. Mas como esse sentido é conseguido se as palavras não possuem significados? O soneto possui sentido devido à analogia que fazemos com outros sonetos e com palavras semelhantes; as suas palavras não se encontram nos dicionários.

Um texto publicado pela empresa Microtec em anúncio na revista *IstoÉ* (MICROTEC, 1997) demonstra bem como as palavras participam da vida social, mais do que são herdadas, pois se refazem num movimento constante. Vejamos a seguir:

*Se no seu tempo **comandos de teclado** eram mecanismos internos do piano, **monitor** era guia de excursão, **programas** eram folhetos que traziam o descritivo dos espetáculos, **arquitetura** era a arte de dispor elementos de um edifício ou espaço urbano, **resolução** era o mesmo que decisão, **rodar** era ficar dando voltas de carro, **dispositivo de armazenamento** era o que a gente chama de despensa, **analista** era o seu psicólogo, **disco rígido** era LP e **disco flexível** era um daqueles compactos de plástico, **fonte** era nascente de água, **utilitários** eram veículos de transportar mercadorias e **drive** era aquele lugar escurinho onde você ia pra namorar, saiba que tudo isso ficou na **memória** (que antigamente era a reunião das nossas lembranças).*

Uma semântica que assuma a instabilidade dos sentidos como objeto de estudos só entende a linguagem no uso e por isso tem por base os discursos. Caberá a essa semântica estudar o movimento dos sentidos na linguagem, na sua relação com os sujeitos e a história, como ocorre no texto publicado na revista *IstoÉ*.

Já Pinto (1977, p. 90) defende “uma semântica discursiva, baseada no desenvolvimento de uma teoria dos discursos”.

Portanto, ao selecionarmos e trabalharmos os tópicos que poderão ser utilizados em aulas de semântica nos cursos de licenciatura em Letras, tecemos como meta levar os alunos de graduação a uma reflexão sobre a linguagem que contemple uma perspectiva enunciativa, assim pontuada por Mari (2008, p. 94):

Os signos não funcionam, numa dada situação histórica, apenas com o substrato conceitual que se pode a eles atribuir numa dimensão puramente estrutural e

linguística, ainda que esse substrato venha a tornar-se determinante para a situação de uso. Eles são também produto de todo itinerário histórico que cumprem em cada instante de uso; a saber, em cada circunstância política própria, eles se deixam contaminar por aquilo que é circunstancial e momentâneo. Ao incorporar a determinação histórica, a questão da produção do sentido abre espaço, então, para uma série de fatores que afetam a percepção do sentido, fatores que se materializam, muitas vezes, mediante a manipulação do código.

Referências

ABRAHÃO, Virginia B. B. A interpretação de dados de pesquisa e a análise de discursos. **Revista (con)textos linguísticos**, v. 3, p. 77-90, 2009.

ABRAHÃO, Virginia B. B. A perspectiva da produção do sentido. In: LINS, Maria da Penha P.; YACOVENCO, Lilian C. (Orgs.). **Caminhos em linguística**. Vitória: Nuples, DLL, Ufes, 2002.

ABRAHÃO, Virginia B. B. A semântica no ensino de línguas. In: ENCONTRO DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM APLICADAS AO ENSINO, 5., 2011, Natal. **Anais...** Natal: EDUFRN, 2011. v. 1, p. 01-11.

ABRAHÃO, Virginia B. B. A semântica no quadro das ciências da linguagem. **Revista do Sell**, v. 1, p. 1-18, 2010.

ABRAHÃO, Virginia B. B. Funcionalismo e gerativismo: pressupostos sociológicos e filosóficos. In: SILVA, Alacir de Araújo; LINS, Maria da Penha Pereira (Orgs.). **Recortes Linguísticos**. Vitória: Saberes Instituto de Ensino, 2000. v. 1, p. 11-29.

ABRAHÃO, Virginia B. B. O conceitual e/ou convencional nos processos de significação. **Revista Contexto**, Vitória, v. 7, p. 163-171, 2000.

ABRAHÃO, Virginia B. B. Referência e sentido. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DA UFTM, 3., 2011, Uberaba. **Anais...** Uberaba: UFTM, 2011.

ABRAHÃO, Virginia B. B. Sujeito e linguagem. In: MORAES, Alexandre (Org.). **Modernidades e pós-modernidades: literatura em dois tempos**. Vitória: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2002. v. 1, p. 370-379.

ABRAHÃO, Virginia B. B.; MORAES, Fabiano de O. A construção da referência na enunciação: uma análise de *Chapeuzinho Vermelho*. In: DIAS, Luiz Francisco; LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves; DALMASCHIO, Luciani (Orgs.). **Enunciação e materialidade linguística**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2015. Disponível

vel em: <<http://150.164.100.248/site/E-Livros/EnuncMaterialidade-Ling2015.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

ABRAHÃO, Virginia B. B.; MORAES, Fabiano de O. Referenciação: aspectos discursivos. **Revista Saberes Letras**, v. 9, p. 112-135, 2011.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Presença; Martins Fontes, 1970.

ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. São Paulo: Ars Poética, 1994.

ÂNGELO, Ivan. Menina. In: _____. **Contos mineiros**. São Paulo: Ática, 1984.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética** – a teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1975.

BARROS, Manoel. **Livro das ignorâncias**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.

BERG, Jonathan. Is semantics still possible? **Journal of Pragmatics**, Elsevier, v. 32, 2002.

BOUQUET, Simon. De um pseudo Saussure aos textos saussurianos originais. **Letras & Letras**, v. 25, n. 1, p. 161-175, 2009.

BRANDÃO, Roberto de Oliveira. **As figuras de linguagem**. São Paulo: Ática, 1989.

CALVET, Louis-Jean. **Saussure pró e contra**: para uma linguística social. Trad. Maria Elizabeth L. Salum. São Paulo: Cultrix, 1977.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARDOSO, Silvia Helena Barbi. **A questão da referência**: das teorias clássicas à dispersão dos discursos. Campinas: Autores Associados, 2003.

CARVALHO, José Augusto. Enconióstico. **Revista Letras**, Vitória, ano III, p. 22, 1983.

CATARINO, Dilson. Denotação x conotação. **Gramática on-line**, 3 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.gramaticaonline.com.br/Page.aspx?id=9&iddetalhe=263&idsubcat=56&idcateg=3>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHOMSKY, Noam. **Knowledge of language**. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, Noam. **Reflexões sobre a linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1980.

COMANDOS de teclado. **Isto é**, São Paulo, maio 1997. (Anúncio publicitário da empresa Microtec, Agência Berg). Disponível em: <<http://www.propagandaemrevista.com.br/anunciantes/por/M/?page=16>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

CORACINI, Maria José. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. Campinas: Fontes, 1991.

CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.

DICIONÁRIO INFORMAL. 2006-2017. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

DUARTE, Paulo. **Iniciação à semântica**. Fortaleza: Editora da UFC, 2000.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1986.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. **Princípios de semântica linguística: dizeres e não dizeres**. São Paulo: Cultrix, 1972.

ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FERREIRA, Maira Coutinho. Campos léxico-semânticos e o ensino de vocabulário de segunda língua. **Revista Prolíngua**, v. 2, n. 2, p. 38-47, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/download/13430/7626>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos. **Ensaio – Educação Física e Esporte: uma análise crítica**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004. (Série Princípios).

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREGE, Gottlob. Begriffsschrift, a formula language, modeled upon that of arithmetic, for pure thought. In: VAN HEIJNOORT, Jean (Ed.). **From Frege to Gödel**. Lincoln: toExcel Press, 1999. p. 1-82.

FREGE, Gottlob. **Sobre o sentido e a referência**. São Paulo: Cultrix, 1978.

FUCHS, Catherine. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação. Trad. de João Wanderley Geraldi. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 8, p. 129-134, 1985.

FUCHS, Catherine. **La paraphrase**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GREIMAS, Algirdas J. **Sobre o sentido**. Ensaios semióticos. Petrópolis: Vozes, 1975.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

GUIRRAUD, Pierre. **A semântica**. Rio de Janeiro: Difel, 1975.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história ao discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 29-52.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. **Semântica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Trad. de Izidro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2000.

KATZ, Jerrold J. The scope of semantics. In: _____. **Semantic theory**. New York: Harper & Row, 1972. p. 1.

KEMPSON, Ruth. **Teoria semântica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Lisboa: 70, 1969.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

LANGAKER, Ronald. **A linguagem e sua estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1972.

LOBATO, Lúcia M. P. **A semântica na linguística moderna: o léxico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elemento para uma análise marxista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário gramatical da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Globo, 1966.

LYONS, John. **Semântica I**. Lisboa: Presença, 1980.

MARCONDES, Danilo. A crise dos paradigmas e o surgimento da modernidade. In: BRANDÃO, Zaia. **A crise dos paradigmas e a educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Série Questões da Nossa Época, v. 35).

MARCONDES, Danilo. Questões relativas à interpretação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LEITURA. **Leitura, saber e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Proler; Centro Cultural Banco do Brasil, 1994.

MARI, Hugo. Aspectos da teoria da referência. **Caderno de Debates Plural**, Belo Horizonte, v. 18, p. 93-118, 2005.

MARI, Hugo. **Os lugares do sentido**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 1991. (Cadernos de Pesquisa\NAPq, 1).

MARI, Hugo. **Os lugares do sentido**. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

MARQUES, Maria Helena Duarte. **Iniciação à semântica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena (Orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Fabiano de Oliveira. **As estratégias de referenciação em “Chapeuzinho Vermelho”**: da Idade Média à modernidade. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. JODELET, Denise (Org.). **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. p. 62-86.

MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda V.; FOLTRAN, Maria José (Org.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.

NICOLA, José; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. 9. ed. São Paulo: Scipione, 1992.

O CARTEIRO e o poeta. Direção: Michael Radford. Produção: Mario & Vittorio Cecchi Gore e Gaetano Daniele. Itália: Cecchi Gore Group Cinematografica, Pentafilme, Esterno Mediterraneo, Blue Dahlia Production, 1994.

OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. **The meaning of meaning**. New York: Harvest, 1923. p. 186-187.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Semântica formal**: uma breve introdução. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **Consenso e conflito da educação física brasileira**. São Paulo: Papirus, 1994.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso** – princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

PALMER, Frank R. **A semântica**. Lisboa: 70, 1976.

PAVEL, Thomas. **A miragem linguística**: ensaio sobre a modernização intelectual. Campinas: Pontes, 1990.

PAZ, Octavio. **El arco y la lira**. México: Ponto de Cultura Económica, 1986.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PERINE, Mário. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PINTO, Milton José. **Análise semântica de línguas naturais**: caminhos e obstáculos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

PLATÃO. **Crátilo**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Edufpa, 1988.

PLATÃO SAVIOLI, Francisco; FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

PUTNAM, Hilary. Is semantics possible? In: SCHWARTZ, Stephen P. (Ed.). **Naming, necessity and natural kinds**. Ithaca: Cornell University Press, 1977. p. 139-152.

RECTOR, Mônica; YUNES, Eliana. **Manual de semântica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **A linguagem como trabalho e como mercado** – uma teoria da produção e da alienação linguísticas. São Paulo: Difel, 1985.

SANDER, Benno. **Consenso e conflito**. Perspectivas analíticas na pedagogia e na administração de educação. São Paulo: Pioneira, 1984.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase e cia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1988.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de linguística geral**. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler, com a colaboração de Antoinette Weil. São Paulo: Cultrix, 2004.

TARSKI, Alfred. **La concepción semántica de la verdad y los fundamentos de la semántica**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

TRIER, Jost. **Der deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes**. Heidelberg: C. Winter, 1931.

ULLMANN, Stephen. **Semântica**. Uma introdução à ciência do significado. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1977.

VELOSO, Caetano. O quereres. In: _____. **Velô**. Rio de Janeiro: Polygram, 1984.

VERÓN, Eliseo. **A produção do sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Cultrix, 1984. (Coleção Os Pensadores).

Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas Trajanus Roman e Warner Pro. Sua capa foi impressa em papel Supremo 300g/m² e seu miolo em papel Pólen Soft areia 80g/m² medindo 14,5 x 21 cm, com uma tiragem de 300 exemplares.

Impressão via parceria com a Gráfica Universitária.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



GRÁFICA
UNIVERSITÁRIA

